



**FORMULÁRIO**  
**DE REFERÊNCIA 2022**  
**VERSÃO 6**

---

# Índice

---

## 1. Responsáveis Pelo Formulário

1.0 - Identificação dos responsáveis	1
1.1 – Declaração do Diretor Presidente	2
1.2 - Declaração do Diretor de Relações Com Investidores	3
1.3 - Declaração do Diretor Presidente/relações Com Investidores	4

## 2. Auditores Independentes

2.1/2.2 - Identificação E Remuneração Dos Auditores	5
2.3 - Outras Informações Relevantes	6

## 3. Informações Financ. Selecionadas

3.1 - Informações Financeiras	7
3.2 - Medições Não Contábeis	8
3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras	9
3.4 - Política de Destinação Dos Resultados	10
3.5 - Distribuição de Dividendos E Retenção de Lucro Líquido	13
3.6 - Declaração de Dividendos À Conta de Lucros Retidos ou Reservas	14
3.7 - Nível de Endividamento	15
3.8 - Obrigações	16
3.9 - Outras Informações Relevantes	17

## 4. Fatores de Risco

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco	18
4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado	43
4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes	46
4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores	62
4.5 - Processos Sigilosos Relevantes	63
4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto	64
4.7 - Outras Contingências Relevantes	66

## Índice

4.8 - Regras do País de Origem e do País em Que os Valores Mobiliários Estão Custodiados	67
<b>5. Gerenciamento de Riscos E Controles Internos</b>	
5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos	68
5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado	69
5.3 - Descrição Dos Controles Internos	70
5.4 - Programa de Integridade	72
5.5 - Alterações significativas	75
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	76
<b>6. Histórico do Emissor</b>	
6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do Emissor, Prazo de Duração E Data de Registro na Cvm	77
6.3 - Breve Histórico	78
6.5 - Informações de Pedido de Falência Fundado em Valor Relevante ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial	79
6.6 - Outras Informações Relevantes	80
<b>7. Atividades do Emissor</b>	
7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas	81
7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista	88
7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais	89
7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais	90
7.4 - Clientes Responsáveis Por Mais de 10% da Receita Líquida Total	91
7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades	92
7.6 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior	93
7.7 - Efeitos da Regulação Estrangeira Nas Atividades	94
7.8 - Políticas Socioambientais	95
7.9 - Outras Informações Relevantes	96
<b>8. Negócios Extraordinários</b>	
8.1 - Negócios Extraordinários	97
8.2 - Alterações Significativas na Forma de Condução Dos Negócios do Emissor	98

## Índice

8.3 - Contratos Relevantes Celebrados Pelo Emissor E Suas Controladas Não Diretamente Relacionados Com Suas Atividades Operacionais	99
8.4 - Outras Inf. Relev. - Negócios Extraord.	100
<b>9. Ativos Relevantes</b>	
9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros	101
9.2 - Outras Informações Relevantes	102
<b>10. Comentários Dos Diretores</b>	
10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais	103
10.2 - Resultado Operacional E Financeiro	121
10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras	123
10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor	124
10.5 - Políticas Contábeis Críticas	127
10.6 - Itens Relevantes Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras	128
10.7 - Comentários Sobre Itens Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras	129
10.8 - Plano de Negócios	130
10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante	131
<b>11. Projeções</b>	
11.1 - Projeções Divulgadas E Premissas	132
11.2 - Acompanhamento E Alterações Das Projeções Divulgadas	133
<b>12. Assembléia E Administração</b>	
12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa	134
12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais	139
12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração	140
12.4 - Descrição da Cláusula Compromissória Para Resolução de Conflitos Por Meio de Arbitragem	141
12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal	142
12.7/8 - Composição Dos Comitês	148
12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores	151

## Índice

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros	152
12.11 - Acordos, Inclusive Apólices de Seguros, Para Pagamento ou Reembolso de Despesas Suportadas Pelos Administradores	153
12.12 - Outras informações relevantes	154

### 13. Remuneração Dos Administradores

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária	155
13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal	156
13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal	160
13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária	161
13.5 - Remuneração Baseada em Ações	162
13.6 - Opções em Aberto	163
13.7 - Opções Exercidas E Ações Entregues	164
13.8 - Precificação Das Ações/opções	165
13.9 - Participações Detidas Por Órgão	166
13.10 - Informações Sobre Planos de Previdência Conferidos Aos Membros do Conselho de Administração E Aos Diretores Estatutários	167
13.11 - Remuneração Individual Máxima, Mínima E Média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária E do Conselho Fiscal	168
13.12 - Mecanismos de Remuneração ou Indenização Para os Administradores em Caso de Destituição do Cargo ou de Aposentadoria	169
13.13 - Percentual na Remuneração Total Detido Por Administradores E Membros do Conselho Fiscal Que Sejam Partes Relacionadas Aos Controladores	170
13.14 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal, Agrupados Por Órgão, Recebida Por Qualquer Razão Que Não A Função Que Ocupam	171
13.15 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum E de Controladas do Emissor	172
13.16 - Outras Informações Relevantes	173

### 14. Recursos Humanos

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos	175
14.2 - Alterações Relevantes - Recursos Humanos	176
14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados	177
14.4 - Descrição Das Relações Entre O Emissor E Sindicatos	178

## Índice

14.5 - Outras Informações Relevantes - Recursos Humanos	179
---	-----

### 15. Controle E Grupo Econômico

15.1 / 15.2 - Posição Acionária	180
15.3 - Distribuição de Capital	184
15.4 - Organograma Dos Acionistas E do Grupo Econômico	185
15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte	186
15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor	187
15.7 - Principais Operações Societárias	188
15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico	191

### 16. Transações Partes Relacionadas

16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas	192
16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas	193
16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado	201
16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas	204

### 17. Capital Social

17.1 - Informações Sobre O Capital Social	205
17.2 - Aumentos do Capital Social	206
17.3 - Informações Sobre Desdobramentos, Grupamentos E Bonificações de Ações	207
17.4 - Informações Sobre Reduções do Capital Social	208
17.5 - Outras Informações Relevantes	209

### 18. Valores Mobiliários

18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública	210
18.3 - Descrição de Exceções E Cláusulas Suspensivas Relativas A Direitos Patrimoniais ou Políticos Previstos no Estatuto	211
18.4 - Volume de Negociações E Maiores E Menores Cotações Dos Valores Mobiliários Negociados	212
18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil	213

## Índice

---

18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários	215
18.6 - Mercados Brasileiros em Que Valores Mobiliários São Admitidos À Negociação	216
18.7 - Informação Sobre Classe E Espécie de Valor Mobiliário Admitida À Negociação em Mercados Estrangeiros	217
18.8 - Títulos Emitidos no Exterior	218
18.9 - Ofertas Públicas de Distribuição	219
18.10 - Destinação de Recursos de Ofertas Públicas	220
18.11 - Ofertas Públicas de Aquisição	221
18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários	222
<b>19. Planos de Recompra/tesouraria</b>	
19.1 - Informações Sobre Planos de Recompra de Ações do Emissor	229
19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria	230
19.3 - Outras Inf. Relev. - Recompra/tesouraria	231
<b>20. Política de Negociação</b>	
20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários	232
20.2 - Outras Informações Relevantes	233
<b>21. Política de Divulgação</b>	
21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações	234
21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas	235
21.3 - Administradores Responsáveis Pela Implementação, Manutenção, Avaliação E Fiscalização da Política de Divulgação de Informações	236
21.4 - Outras Informações Relevantes	237

## 1.0 - Identificação dos responsáveis

**Nome do responsável pelo conteúdo do formulário**

**Silvia Carvalho Nascimento e Silva**

**Cargo do responsável**

Diretor Presidente

**Nome do responsável pelo conteúdo do formulário**

**Gustavo Rozenbaum Bcheche**

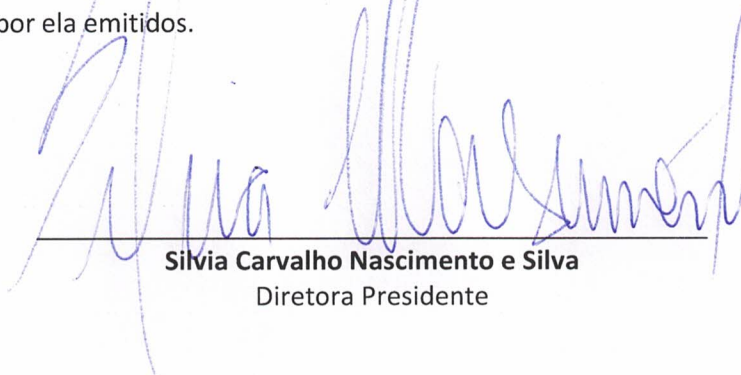
**Cargo do responsável**

Diretor de Relações com Investidores



### 1.1 - Declaração da Diretora Presidente

Eu, **Silvia Carvalho Nascimento e Silva**, brasileira, casada, administradora de empresas, residente e domiciliada na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, com endereço comercial na Avenida do Contorno nº 3.800, 19º andar, Bairro Santa Efigênia, CEP 30.110-022, na qualidade de Diretora Presidente da AÇO VERDE DO BRASIL S.A., sociedade anônima, com sede na cidade de Açailândia, Estado do Maranhão, na Rodovia BR 222, KM 14,5, Distrito de Pequiá, CEP 65.930-000, inscrita no CNPJ/ME sob nº 07.636.657/0001-99 (“AVB”) declaro que: (i) revi todas as informações contidas no Formulário de Referência; (ii) todas as informações contidas no Formulário de Referência atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, em especial aos artigos 14 a 19; e (iii) o conjunto das informações contidas no Formulário de Referência é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da AVB e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.



**Silvia Carvalho Nascimento e Silva**  
Diretora Presidente

## 1.2 Declaração do Diretor de Relações com Investidores

Eu, Gustavo Rozenbaum Bcheche, brasileiro, casado, engenheiro civil, residente e domiciliado na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, com endereço comercial na Avenida do Contorno nº 3800 19º andar, Bairro Santa Efigênia CEP: 30110-022, na qualidade de Diretor de Relações com Investidores da AÇO VERDE DO BRASIL S.A., sociedade anônima, com sede na cidade de Açailândia, Estado do Maranhão, na Rodovia BR 222, KM 14,5, Distrito de Pequiá, CEP 65.930-000., inscrita no CNPJ/ME sob nº 07.636.657/0001-99 (“AVB”) declaro que: (i) revi todas as informações contidas no Formulário de Referência; (ii) todas as informações contidas no Formulário de Referência atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos artigos 14 a 19; e (iii) o conjunto das informações contidas no Formulário de Referência é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da AVB e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.



---

**Gustavo Rozenbaum Bcheche**  
Diretor de Relações com Investidores

### **1.3 - Declaração do Diretor Presidente/relações Com Investidores**

Não aplicável. Declarações do Diretor Presidente e do Diretor de Relações com Investidores já se encontram descritas no item 1.1. acima.

**2.1/2.2 - Identificação E Remuneração Dos Auditores**

<b>Possui auditor?</b>	SIM
<b>Código CVM</b>	471-5
<b>Tipo auditor</b>	Nacional
<b>Nome/Razão social</b>	Ernst & Young Auditores Independentes S.S.
<b>CPF/CNPJ</b>	61.366.936/0014-40
<b>Data Início</b>	16/08/2018
<b>Descrição do serviço contratado</b>	(i) Auditoria das demonstrações financeiras da Companhia, relativa aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2017, 2018, 2020 e 2021, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo IASB; (ii) Revisão das informações financeiras intermediárias não auditadas preparadas de acordo com as normas brasileiras e internacionais referentes aos trimestres findos em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2019, 2020 e 2021 preparadas de acordo com NBC TG 21 Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB; e (iii) Procedimentos pré-acordados em conexão com a listagem Categoria B na CVM.
<b>Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço</b>	São devidos aos auditores os seguintes valores como remuneração pelos serviços descritos acima prestados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021:  (i) Auditoria das demonstrações financeiras da Companhia relativa ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 e Revisão das informações financeiras intermediárias não auditadas referentes aos trimestres findos em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro: R\$789.481,20 (setecentos e oitenta e nove mil, quatrocentos e oitenta e um reais e vinte centavos).
<b>Justificativa da substituição</b>	N/A
<b>Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor</b>	N/A

Nome responsável técnico	DATA_INICIO_ATUACAO	CPF	Endereço
Tomás Lima Assumpção Menezes	16/08/2018	013.799.896-12	Rua Antônio de Albuquerque, 156, 11º andar, Savassi, Belo Horizonte, MG, Brasil, CEP 30112-010, Telefone (31) 32322100, e-mail: tomas.menezes@br.ey.com

## **2.3 - Outras Informações Relevantes**

### **ESCOLHA DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

Conforme previsto no estatuto social da Companhia, compete ao Conselho de Administração escolher e destituir auditores independentes.

### **PREVENÇÃO DE CONFLITOS DE INTERESSES ENTRE COMPANHIA E AUDITORES INDEPENDENTES**

Além das informações obrigatórias apresentadas nos itens 2.1 e 2.2, adotamos determinados procedimentos para evitar conflitos de interesses, perda de independência ou objetividade dos referidos Auditores Independentes, de forma que: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

### 3.1 - Informações Financeiras

**(Reais)**

**Exercício social (31/12/2021)**

**Exercício social (31/12/2020)**

**Exercício social (31/12/2019)**

---

### **3.2 - Medições Não Contábeis**

Não aplicável, tendo em vista que, nos termos da Instrução CVM 480, este item é facultativo para emissores de valores mobiliários registrados na categoria B.

### **3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras**

Não aplicável, tendo em vista que, nos termos da Instrução CVM 480, este item é facultativo para emissores de valores mobiliários registrados na categoria B.



### 3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

	2021	2020	2019
<b>a. regras sobre retenção de lucros</b>	<p>Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, a Assembleia Geral da Companhia poderá deliberar, por proposta da Administração, a retenção de parte do lucro líquido para ser utilizado em investimentos da Companhia.</p> <p>De acordo com o Estatuto Social da Companhia, sobre o lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) será destinado, antes de qualquer outra destinação, para a reserva legal, até o limite máximo previsto na Lei das Sociedades por Ações.</p> <p>Adicionalmente, conforme previsto no artigo 196 da Lei das S.A., a Companhia, por deliberação da Assembleia Geral de Acionistas, poderá aprovar proposta de sua Administração para reter parcela do lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital previamente aprovado.</p>	<p>Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, a Assembleia Geral da Companhia poderá deliberar, por proposta da Administração, a retenção de parte do lucro líquido para ser utilizado em investimentos da Companhia.</p> <p>De acordo com o Estatuto Social da Companhia, sobre o lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) será destinado, antes de qualquer outra destinação, para a reserva legal, até o limite máximo previsto na Lei das Sociedades por Ações.</p> <p>Adicionalmente, conforme previsto no artigo 196 da Lei das S.A., a Companhia, por deliberação da Assembleia Geral de Acionistas, poderá aprovar proposta de sua Administração para reter parcela do lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital previamente aprovado.</p> <p>financeiras preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.</p>	<p>Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, a Assembleia Geral da Companhia poderá deliberar, por proposta da Administração, a retenção de parte do lucro líquido para ser utilizado em investimentos da Companhia.</p> <p>De acordo com o Estatuto Social da Companhia, sobre o lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) será destinado, antes de qualquer outra destinação, para a reserva legal, até o limite máximo previsto na Lei das Sociedades por Ações.</p> <p>Adicionalmente, conforme previsto no artigo 196 da Lei das S.A., a Companhia, por deliberação da Assembleia Geral de Acionistas, poderá aprovar proposta de sua Administração para reter parcela do lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital previamente aprovado.</p>
<b>a.i. valores das retenções de lucros</b>	<p>Em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, do nosso lucro líquido no valor de R\$543.619 mil, acrescido de movimentação patrimonial positiva da conta de lucros do exercício no valor de R\$1.156 mil correspondente à realização de Reserva de Ajuste de Avaliação Patrimonial, realizamos as seguintes retenções: (i) R\$11.002 mil foram destinados à Reserva Legal; (ii) R\$191.690 mil para Reserva de Incentivos Fiscais; e (iii) R\$298.456 mil para Reserva de Garantia Operacional.</p> <p>Os montantes de lucro líquido, dividendos e retenções acima descritos são calculados em conformidade com as demonstrações</p>	<p>Em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, do nosso lucro líquido no valor de R\$99.961 mil, acrescido de movimentação patrimonial positiva da conta de lucros do exercício no valor de R\$19.476 mil correspondente à realização de Reserva de Ajuste de Avaliação Patrimonial; e R\$6.042 mil de reapropriação da Reserva de Incentivos Fiscais, realizamos as seguintes retenções: (i) R\$4.998 mil foram destinados à Reserva Legal; (ii) R\$82.488 mil para Reserva de Incentivos Fiscais; e (iii) R\$36.438 mil para Reserva de Garantia Operacional.</p>	<p>Em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, do nosso lucro líquido no valor de R\$62.586 mil, acrescido de R\$3.619 mil de realização de Reserva de Ajuste de Avaliação Patrimonial e R\$3.143 mil de reversão de Reserva Legal, realizamos a retenção de R\$69.349 mil à Reserva de Incentivos Fiscais.</p> <p>Os montantes de lucro líquido, dividendos e retenções acima descritos são calculados em conformidade com as demonstrações financeiras preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.</p>

### 3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

	2021	2020	2019
	financeiras preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.	Os montantes de lucro líquido, dividendos e retenções acima descritos são calculados em conformidade com as demonstrações	
<b>a.ii. percentuais em relação aos lucros totais declarados</b>	(i) Reserva Legal: 2,0% (ii) Reserva de Incentivos Fiscais: 35,3% (iii) Reserva de Garantia Operacional: 54,9%	(i) Reserva Legal: 5% (ii) Reserva de Incentivos Fiscais: 82,5% (iii) Reserva de Garantia Operacional: 36,5%	(i) Reserva de Incentivos Fiscais: 100,0%
<b>b. regras sobre distribuição de dividendos</b>	<p>O Estatuto Social assegura a seus Acionistas o direito, em cada exercício, a dividendos e/ou juros de capital próprio não inferiores a 1% (um por cento) do lucro líquido ajustado, na forma da Lei das Sociedades por Ações e alterações posteriores. As ações preferenciais classe B fazem jus a um dividendo prioritário, fixo e cumulativo de R\$ 4,7519529071769 (quatro reais vírgula sete, cinco, um, nove, cinco, dois, nove, zero, sete, um, sete, seis, nove) por ação, corrigido pela variação positiva do IPCA apurada anualmente, a partir de 02 de dezembro de 2020. Em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, os dividendos somente podem ser distribuídos, depois de efetuada a dedução, antes de qualquer participação, dos prejuízos acumulados e da provisão para o Imposto sobre a Renda. A Lei das Sociedades por Ações autoriza que a Companhia pague dividendos à conta do lucro líquido do exercício, de lucros acumulados ou de reserva de lucros (excluída a reserva legal).</p> <p>Em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, (i) R\$1.079 mil foram destinados para pagamento de dividendo preferencial prioritário fixo; (ii) R\$42.549 mil para dividendo mínimo obrigatório e dividendo adicional.</p> <p>Os montantes de lucro líquido, dividendos e retenções acima descritos são calculados em conformidade com as demonstrações financeiras preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.</p>	<p>O Estatuto Social assegura a seus Acionistas o direito, em cada exercício, a dividendos e/ou juros de capital próprio não inferiores a 1% (um por cento) do lucro líquido ajustado, na forma da Lei das Sociedades por Ações e alterações posteriores. As ações preferenciais classe B fazem jus a um dividendo prioritário, fixo e cumulativo de R\$ 4,7519529071769 (quatro reais vírgula sete, cinco, um, nove, cinco, dois, nove, zero, sete, um, sete, seis, nove) por ação, corrigido pela variação positiva do IPCA apurada anualmente, a partir de 02 de dezembro de 2020. Em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, os dividendos somente podem ser distribuídos, depois de efetuada a dedução, antes de qualquer participação, dos prejuízos acumulados e da provisão para o Imposto sobre a Renda. A Lei das Sociedades por Ações autoriza que a Companhia pague dividendos à conta do lucro líquido do exercício, de lucros acumulados ou de reserva de lucros (excluída a reserva legal).</p> <p>Em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, (i) R\$980 mil foram destinados para pagamento de dividendo preferencial prioritário fixo; e (ii) R\$574 mil para dividendo mínimo obrigatório.</p>	<p>O Estatuto Social assegura a seus Acionistas o direito, em cada exercício, a dividendos e/ou juros de capital próprio não inferiores a 1% (um por cento) do lucro líquido ajustado, na forma da Lei das Sociedades por Ações e alterações posteriores. Em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, os dividendos somente podem ser distribuídos, depois de efetuada a dedução, antes de qualquer participação, dos prejuízos acumulados e da provisão para o Imposto sobre a Renda. A Lei das Sociedades por Ações autoriza que a Companhia pague dividendos à conta do lucro líquido do exercício, de lucros acumulados ou de reserva de lucros (excluída a reserva legal).</p> <p>Em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, não houve distribuição aos nossos acionistas em forma de juros sobre capital próprio/dividendos.</p> <p>Os montantes de lucro líquido, dividendos e retenções acima descritos são calculados em conformidade com as demonstrações financeiras preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.</p>

### 3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

	2021	2020	2019
<b>c. periodicidade das distribuições de dividendos</b>	Anual, sendo permitida a distribuição de dividendos intercalares e intermediários	Anual, sendo permitida a distribuição de dividendos intercalares e intermediários	Anual, sendo permitida a distribuição de dividendos intercalares e intermediários
<b>d. eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais</b>	<p>A Companhia possui com a SUDENE (antiga ADENE), incentivo fiscal de redução de 75% do imposto de renda tendo como base de cálculo o lucro da exploração, limitado à produção de 360.000 toneladas/ano (limite máximo).</p> <p>A Companhia possui ainda com o Estado do Maranhão, o Sistema de Apoio à Indústria e ao Comércio Exterior do Estado do Maranhão ("SINCOEX") que é um incentivo fiscal sob a forma de financiamento subsidiado, destinado às Empresas Industriais e Agroindustriais (EIA) com projetos de implantação, ampliação e realocização, bem como às Empresas Especializadas em Comércio Exterior (ECEX).</p> <p>A redução do imposto de renda (SUDENE) e o SINCOEX são incentivos contabilizados no resultado do período. A parcela do lucro líquido decorrente destes incentivos, são destinadas para reserva de incentivos fiscais e excluídas da base de cálculo do dividendo obrigatório.</p>	<p>A Companhia possui com a SUDENE (antiga ADENE), incentivo fiscal de redução de 75% do imposto de renda tendo como base de cálculo o lucro da exploração, limitado à produção de 360.000 toneladas/ano (limite máximo).</p> <p>A Companhia possui ainda com o Estado do Maranhão, o Sistema de Apoio à Indústria e ao Comércio Exterior do Estado do Maranhão ("SINCOEX") que é um incentivo fiscal sob a forma de financiamento subsidiado, destinado às Empresas Industriais e Agroindustriais (EIA) com projetos de implantação, ampliação e realocização, bem como às Empresas Especializadas em Comércio Exterior (ECEX).</p> <p>A redução do imposto de renda (SUDENE) e o SINCOEX são incentivos contabilizados no resultado do período. A parcela do lucro líquido decorrente destes incentivos, são destinadas para reserva de incentivos fiscais e excluídas da base de cálculo do dividendo obrigatório.</p>	<p>A Companhia possui com a SUDENE (antiga ADENE), incentivo fiscal de redução de 75% do imposto de renda tendo como base de cálculo o lucro da exploração, limitado à produção de 360.000 toneladas/ano (limite máximo).</p> <p>A Companhia possui ainda com o Estado do Maranhão, o Sistema de Apoio à Indústria e ao Comércio Exterior do Estado do Maranhão ("SINCOEX") que é um incentivo fiscal sob a forma de financiamento subsidiado, destinado às Empresas Industriais e Agroindustriais (EIA) com projetos de implantação, ampliação e realocização, bem como às Empresas Especializadas em Comércio Exterior (ECEX).</p> <p>A redução do imposto de renda (SUDENE) e o SINCOEX são incentivos contabilizados no resultado do período. A parcela do lucro líquido decorrente destes incentivos, são destinadas para reserva de incentivos fiscais e excluídas da base de cálculo do dividendo obrigatório.</p>
<b>e. se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.</b>	Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui uma política de destinação de resultados formalizada.	Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui uma política de destinação de resultados formalizada.	Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui uma política de destinação de resultados formalizada.

### **3.5 - Distribuição de Dividendos E Retenção de Lucro Líquido**

**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Não aplicável, tendo em vista que, nos termos da Instrução CVM 480, este item é facultativo para emissores de valores mobiliários registrados na categoria B.

### **3.6 - Declaração de Dividendos À Conta de Lucros Retidos ou Reservas**

Não aplicável, tendo em vista que, nos termos da Instrução CVM 480, este item é facultativo para emissores de valores mobiliários registrados na categoria B.

**3.7 - Nível de Endividamento**

<b>Exercício Social</b>	<b>Soma do Passivo Circulante e Não Circulante</b>	<b>Tipo de índice</b>	<b>Índice de endividamento</b>	<b>Descrição e motivo da utilização de outro índice</b>
<b>31/12/2021</b>	1.200.883.000,00	Índice de Endividamento	1,13387442	

**3.8 - Obrigações**

<b>Exercício social (31/12/2021)</b>							
Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Títulos de dívida	Garantia Real		26.974.000,00	95.397.000,00	32.604.000,00	89.915.000,00	244.890.000,00
Empréstimo	Garantia Real		63.884.000,00	100.050.000,00	19.167.000,00	0,00	183.101.000,00
Financiamento	Garantia Real		64.503.000,00	251.202.000,00	51.885.000,00	1.133.000,00	368.723.000,00
Empréstimo	Quirografárias		35.881.000,00	92.424.000,00	0,00	0,00	128.305.000,00
<b>Total</b>			<b>191.242.000,00</b>	<b>539.073.000,00</b>	<b>103.656.000,00</b>	<b>91.048.000,00</b>	<b>925.019.000,00</b>

**Observação**

Observação: As informações desta tabela se baseiam nas demonstrações financeiras da Companhia, notadamente nas rubricas: empréstimos e financiamentos registrados no curto e longo prazo relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 (preparada em IFRS). Para fins da tabela acima, foram considerados os prazos de vencimento das respectivas obrigações da Companhia. Na seção relativa a financiamentos foram considerados os créditos que possuem exigência de comprovação da destinação dos recursos, e na seção relativa a empréstimos foram considerados os créditos em que não há exigência de comprovação sobre como os recursos foram utilizados.

### **3.9 - Outras Informações Relevantes**

A Companhia entende não haver informações relevantes adicionais que não foram abordadas nos itens acima.



## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

### Descrição dos fatores de risco:

O investimento nos valores mobiliários de emissão da Companhia envolve exposição a determinados riscos. Antes de tomar qualquer decisão de investimento em qualquer valor mobiliário de emissão da Companhia, os potenciais investidores devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Formulário de Referência que expressam aquilo que, à luz do entendimento da Companhia, pode afetar substancial e adversamente seus negócios, sua condição financeira e seus resultados operacionais, influenciando, deste modo, eventuais decisões de investimento relacionadas à Companhia.

Para os fins desta seção “4.1. Fatores de Risco”, exceto se expressamente indicado de maneira diversa ou se o contexto assim o exigir, a menção ao fato de que um risco, incerteza ou problema poderá causar ou ter ou causará ou terá “efeito adverso” ou “efeito negativo” para a Companhia, ou expressões similares, significa que tal risco, incerteza ou problema poderá ou poderia causar efeito adverso relevante nos negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros da Companhia, bem como no preço, liquidez e volume de negociação dos valores mobiliários de emissão da Companhia.

A seguir, estão descritos os principais fatores de risco considerados relevantes, na data deste Formulário de Referência, que a Companhia acredita influenciarem a decisão de investidores em adquirir valores mobiliários emitidos por ela. Caso esses riscos venham a se materializar, os negócios, a situação financeira e patrimonial, e o preço dos valores mobiliários emitidos pela Companhia podem ser adversamente afetados. Os riscos descritos a seguir são, na data deste Formulário de Referência, aqueles que a Companhia conhece e que acredita que podem afetá-la adversamente, e estão expostos em ordem decrescente de relevância, dentro de cada subitem (4.1.”a” a 4.1.”j”). Além disso, riscos adicionais não conhecidos pela Companhia atualmente, ou que a Companhia considera irrelevantes na data deste Formulário de Referência, também podem vir a afetá-la adversamente.

Antes de tomar qualquer decisão de investimento referente a qualquer valor mobiliário de emissão da Companhia, os potenciais investidores devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Formulário de Referência, os riscos mencionados a seguir e as demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas da Companhia.

#### a) Riscos relacionados à Companhia

##### (i) Os resultados operacionais da Companhia poderão ser prejudicados se houver diminuição na demanda de aço.

A demanda por aço é cíclica tanto no Brasil quanto no exterior e, assim, uma redução na demanda do aço no mercado local e internacionais pode afetar adversamente a Companhia. Sendo assim, os resultados operacionais da Companhia poderão ser afetados pelas flutuações macroeconômicas dos mercados globais e das economias domésticas dos países consumidores de aço, assim como por mudanças no ambiente de negócios, principalmente nos mercados de construção civil, serralheiro, automotivo, indústria e agropecuário.

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Dessa forma, qualquer redução significativa na demanda de aço no mercado doméstico ou internacional poderá causar um efeito adverso para os negócios e resultados operacionais da Companhia.

**(ii) Acidentes ou falhas em equipamentos utilizados nas atividades operacionais poderão levar à queda ou paralisação da produção, o que poderá reduzir as receitas operacionais da Companhia.**

O processo de produção do aço pela Companhia depende de alguns equipamentos cruciais, como altos-fornos, convertedores e laminadores. Esses equipamentos poderão apresentar defeitos graves ou avarias que podem gerar interrupções significativas do processo produtivo, diminuindo assim os volumes de produção da Companhia e sua capacidade de honrar seus compromissos com clientes, além de poder demandar investimentos relevantes para manutenção preventiva e corretiva, pagamento de multas contratuais, rescisões contratuais e/ou a necessidade de compra, pela Companhia, de produtos de seus concorrentes para fazer frente às suas obrigações com seus clientes, o que poderá impactar adversamente seus negócios e suas receitas operacionais.

Portanto, na ocorrência de eventual suspensão do uso de seus equipamentos, em razão de acidentes ou falhas significativas, os resultados operacionais e negócios da Companhia podem ser afetados de forma adversa.

**(iii) A extensão da pandemia declarada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em razão da disseminação do coronavírus (COVID-19), a percepção de seus efeitos, ou a forma pela qual tal pandemia impactará os negócios da Companhia depende de desenvolvimentos futuros, que são altamente incertos e imprevisíveis, podendo resultar em um efeito adverso relevante nos negócios da Companhia, em sua condição financeira, resultados das operações e fluxos de caixa e, finalmente, em sua capacidade de continuar operando seus negócios.**

Surto ou potenciais surtos de doenças podem ter um efeito adverso nas nossas operações. Historicamente, algumas epidemias e surtos regionais ou globais, como a provocada pelo zika vírus, a provocada pelo vírus ebola, pelo vírus H5N5 (popularmente conhecida como gripe aviária), a febre aftosa, pelo vírus H1N1 (influenza A, popularmente conhecida como gripe suína), a síndrome respiratória do oriente médio (MERS) e a síndrome respiratória aguda grave (SARS) afetaram determinados setores da economia dos países em que essas doenças se propagaram. A Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou, em 11 de março de 2020, o estado de pandemia em razão da disseminação global do coronavírus (COVID-19). Tal disseminação criou incertezas macroeconômicas, volatilidade e perturbação significativas. Em resposta, muitos governos implementaram políticas destinadas a impedir ou retardar a propagação da doença, tais como a restrição à circulação e até mesmo o isolamento social. Essas políticas influenciaram o mercado em que atua a Companhia e o comportamento da população em geral, resultando na acentuada queda ou até mesmo na paralisação das atividades de empresas de diversos setores, incluindo o de siderurgia.

Além disso, uma desaceleração econômica global, incluindo aumento do desemprego, que pode resultar em menor atividade comercial, tanto durante a pandemia do COVID-19 quanto depois que o surto diminuir, tem potencial para continuar diminuindo a demanda pelos produtos ofertados por nossa Companhia.

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Diante das incertezas quanto à dinâmica de evolução do surto, o impacto final na economia global e nacional, bem como sobre as operações da Companhia, ainda não pode ser mensurado, considerando que até o momento não temos previsão do término da pandemia e das medidas severas que estão sendo ou foram adotadas para a sua contenção e também não é possível mensurar os desmembramentos do impacto dessas medidas na economia brasileira. A extensão em que o surto do COVID-19 afeta os negócios da Companhia, sua condição financeira, resultados operacionais ou fluxos de caixa dependerá de desenvolvimentos futuros, que são altamente incertos e imprevisíveis, incluindo, entre outros, a duração e a distribuição geográfica do surto, sua gravidade, as ações para conter o vírus ou tratar seu impacto e com que rapidez e até que ponto as condições econômicas e operacionais normais podem ser retomadas. Mesmo com a diminuição do surto do COVID-19, a Companhia pode continuar a ter impactos materialmente adversos em seus negócios como resultado de seu impacto econômico global, incluindo qualquer recessão, desaceleração econômica ou aumento nos níveis de desemprego que ocorreu ou pode ocorrer no futuro. Inexistem eventos recentes comparáveis que possam servir de orientação quanto ao efeito da disseminação do COVID-19 e de uma pandemia global e, como resultado, o impacto final do surto do COVID-19 ou de uma epidemia de saúde semelhante é altamente incerto e sujeito a alterações.

Em razão dos impactos do COVID-19, antecipamos a desmobilização de uma unidade de alto forno de outubro de 2020 para abril de 2020, no início da pandemia do COVID-19. Além disso, a Companhia aderiu a programas anunciados pelos governos municipais, estaduais e federal relacionados a postergação de empréstimos e financiamentos, tributos e encargos sociais.

A depender da evolução do surto de COVID-19, ou ainda em virtude de outras epidemias ou pandemias, é possível haver paralisações nas atividades da Companhia.

Os efeitos decorrentes dos eventos da pandemia do COVID-19 são contínuos e, portanto, a Companhia continuará avaliando a evolução dos efeitos da pandemia do COVID-19 em suas receitas, ativos, negócios e perspectivas, incluindo qualquer possível impacto sobre a sua capacidade de continuar operando seus negócios.

A Companhia não pode garantir que outros surtos regionais e/ou globais não acontecerão. E, caso aconteçam, não consegue garantir que será capaz de tomar as providências necessárias para impedir um impacto negativo em seus negócios de dimensão igual ou até superior ao impacto provocado pela pandemia do COVID-19.

Qualquer surto de uma doença que afete o comportamento das pessoas ou que demande políticas públicas de restrição à circulação de pessoas e/ou de contato social pode ter um impacto adverso nos negócios da Companhia, bem como na economia brasileira. Surtos de doenças também podem impossibilitar que seus funcionários se dirijam às suas instalações (incluindo por prevenção ou por contaminação em larga escala de seus colaboradores), o que prejudicaria o regular desenvolvimento de seus negócios.

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

**(iv) As operações da Companhia estão expostas à possibilidade de perdas por paralisações de terceiros e outros eventos que não estão no controle da Companhia e que podem afetar negativamente seu desempenho financeiro.**

Em suas operações a Companhia utiliza o transporte rodoviário para abastecimento de carvão e escoamento da venda do aço para desenvolver suas atividades. Em razão disso Companhia está sujeita a paralisações e bloqueios de rodovias e outras vias públicas, a exemplo da greve dos caminhoneiros em maio de 2018, quando os caminhoneiros brasileiros iniciaram uma greve nacional para reivindicação de redução de tributos incidentes sobre o diesel e alteração da política de preços de combustíveis no Brasil. Naquele episódio a Companhia teve parte de suas operações afetadas à medida que foi reduzida a disponibilidade de motoristas para a realização de transportes rodoviários das cargas da Companhia. Paralisações e bloqueios de rodovias e outras vias públicas podem voltar a afetar negativamente os negócios e resultados da Companhia.

Adicionalmente, a Companhia está exposta a interrupção de seus negócios devido a fatores políticos, bem como reivindicações trabalhistas, manifestações de grupos ou associações ambientalistas e/ou sociais, greves (de seus empregados ou daqueles vinculados às entidades com quem a Companhia se relaciona, tais como portos e caminhoneiros que abastecem os terminais da Companhia), movimentos indígenas e manifestações das comunidades que vivem no entorno das operações. Essas interrupções não estão cobertas por seguros contratados pela Companhia e podem causar um efeito adverso relevante nos resultados das suas operações.

**(v) A perda de membros da alta administração, ou a incapacidade de atrair, treinar e manter pessoal adicional para integrá-la, pode ter um efeito adverso relevante sobre a Companhia.**

A capacidade da Companhia de manter sua posição competitiva depende em larga escala da continuidade e qualidade dos serviços da sua alta administração, cujos membros são essenciais para o desenvolvimento e execução de nossas estratégias de negócios.

Não é possível garantir que a Companhia conseguirá atrair ou manter profissionais qualificados, aptos a gerir, implementar e operar novas tecnologias e desenvolver soluções, de forma a acompanhar seu ritmo de crescimento e aumento em sua demanda, ou que não incorrerá em custos substanciais para tanto, o que pode prejudicar os resultados da Companhia.

Além disso, a perda dos serviços de qualquer dos membros de sua alta administração, inclusive em virtude da inabilitação de administradores, decorrente de eventuais processos, ou a incapacidade de atrair, treinar e manter pessoal adicional para integrá-la, pode causar um efeito adverso relevante na sua situação financeira e nos seus resultados operacionais.

Na medida em que a Companhia expande seus negócios, pode ser incapaz de identificar, contratar e manter em sua alta administração um número suficiente de membros qualificados e alinhados à sua cultura corporativa. Tal falha poderia resultar em uma piora em seu desenvolvimento estratégico e conseqüentemente em um enfraquecimento da marca. O insucesso em manter tal cultura, qualidade e marca pode afetar adversamente os negócios e resultados operacionais da Companhia.

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

**(vi) Decisões desfavoráveis em processos judiciais, administrativos ou arbitrais podem causar efeitos adversos para a Companhia.**

A Companhia é ou pode vir a ser ré em processos judiciais, administrativos e arbitrais, nas esferas cível, ambiental, criminal, tributária e trabalhista, cujos resultados podem ser desfavoráveis.

A Companhia mantém provisões para demandas judiciais, as quais foram constituídas para fazer face às perdas prováveis em processos administrativos e judiciais relacionados a questões fiscais, trabalhistas, cíveis e ambientais, em valor julgado suficiente pela administração, segundo a avaliação e posição dos seus consultores jurídicos externos.

A Companhia figurava como reclamada, em 31 de dezembro de 2021, em 26 reclamações trabalhistas. Os pleitos dessas ações estão relacionados com a responsabilidade subsidiária e/ou solidária, adicionais de insalubridade e periculosidade, horas extras, ações indenizatórias decorrentes de suposto acometimento de doenças ocupacionais ou acidentes do trabalho, intervalo inter e intrajornada, e horas *in itinere*.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia figurava em 75 ações cíveis. As ações possuem objetos diversos, com indenizações decorrentes de suposta poluição, discussões contratuais, pagamentos de sobrestadias, questões imobiliárias, indenizações por acidente, dentre outros.

Para o mesmo período, dentre os processos judiciais ambientais em que a Companhia figurou como ré, encontram-se ações de execução de multas impostas em decorrência de supostas irregularidades e ações civis públicas com pedido de regularização cumulada com indenizações, que consistem em recomposições ambientais, na maioria dos casos. Tais processos, em geral, são decorrentes de discussões de supostos impactos ao meio ambiente relacionados às atividades industriais da Companhia.

Da mesma forma, um ou mais de seus administradores podem vir a ser réus em processos judiciais, administrativos e arbitrais, nas esferas cível, ambiental, criminal, tributária e trabalhista, cuja instauração e/ou resultados podem afetá-los negativamente, especialmente se forem processos de natureza criminal, eventualmente impossibilitando-os ao exercício de suas funções na Companhia, o que poderá causar efeito adverso relevante na sua reputação, nos seus negócios ou nos seus resultados, direta ou indiretamente.

Decisões contrárias aos seus interesses, aos interesses de seus administradores e/ou de seus acionistas controladores, ou ainda aos seus prognósticos de perda, poderão representar perdas financeiras e impedir a realização de seus projetos conforme inicialmente planejados, podendo afetar adversamente sua reputação, seus negócios ou resultados. O valor de provisões feitas pela Companhia poderá ser inferior ao valor total das condenações referentes aos processos citados acima.

Para mais informações acerca das ações judiciais promovidas contra a Companhia, veja os itens 4.3 a 4.7 deste Formulário de Referência.

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

**(vii) A Companhia pode não dispor de seguro suficiente para se proteger contra perdas substanciais.**

A Companhia não pode garantir que as coberturas das apólices de seguro estarão disponíveis ou serão suficientes para cobrir eventuais danos decorrentes de sinistros relacionados a riscos inerentes às atividades da Companhia. Além disso, existem determinados tipos de riscos que podem não estar cobertos por suas apólices, tais como, exemplificativamente, guerra, caso fortuito, força maior ou interrupção de certas atividades, inclusive em decorrência de pandemias como a pandemia da COVID-19.

Na data deste Formulário de Referência, o seguro para cobertura de risco patrimonial e operacional “All Risks” da Companhia, por circunstâncias mercadológicas específicas do setor de seguros, encontra-se em processo de renovação.

Dessa forma, a Companhia pode estar exposta a responsabilidades para as quais não está segurada. Na ocorrência de qualquer um dos eventos não garantidos pelas seguradoras, a Companhia poderá sofrer um revés financeiro para cobrir eventuais danos, o que poderá comprometer as receitas e os investimentos da Companhia, podendo afetar materialmente a sua capacidade econômica, financeira e operacional.

**(viii) Os processos de governança da Companhia, gestão de riscos e Compliance podem falhar em detectar comportamentos contrários à legislação e regulamentação aplicáveis e aos seus padrões de ética e conduta, o que pode ocasionar efeitos materiais adversos nos negócios e na imagem da Companhia.**

A Companhia está sujeita à Lei nº 12.846/13 (“Lei Anticorrupção”), que impõe responsabilidade objetiva às empresas, no âmbito cível e administrativo, por atos de corrupção e fraude praticados por seus dirigentes, administradores e colaboradores e terceiros agindo em seu nome. Dentre as sanções aplicadas àqueles considerados culpados estão: multas, perda de benefícios ilicitamente obtidos, suspensão de operações corporativas, confisco de ativos e dissolução da pessoa jurídica envolvida na conduta ilícita, sanções estas que, se aplicadas, podem afetar material e adversamente os resultados da Companhia. De acordo com a Lei Anticorrupção, as pessoas jurídicas consideradas culpadas por atos de corrupção poderão ficar sujeitas a multas no valor de até 20% do faturamento bruto do exercício anterior ao da instauração do processo administrativo ou, caso não seja possível estimar o faturamento bruto, a multa será estipulada entre R\$6.000,00 e R\$60.000.000,00.

Adicionalmente, diversos contratos financeiros celebrados pela Companhia contêm cláusulas que exigem o cumprimento da Lei Anticorrupção. Dessa forma, o descumprimento da Lei Anticorrupção pela Companhia, por sociedades integrantes de seu grupo econômico ou por seus representantes pode representar um evento de inadimplemento no âmbito de tais contratos e, conseqüentemente, provocar o vencimento antecipado das dívidas.

Conseqüentemente, se a administração da Companhia, empregados ou terceiros, agindo em seu nome, interesse ou benefício, envolverem-se em qualquer investigação ou processo anticorrupção ou criminal em conexão com seus negócios, os negócios da Companhia podem ser afetados adversamente de forma relevante tanto em relação ao seu aspecto financeiro, quanto em relação à sua reputação.

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

O Brasil ainda possui uma percepção de elevado risco de corrupção pública, o que pode deixar a Companhia exposta à possíveis violações de leis anticorrupção, incluindo a brasileira. Adicionalmente, os processos de governança, políticas, gestão de riscos e compliance da Companhia podem não ser capazes de: (i) detectar violações à Lei Anticorrupção ou outras violações relacionadas, como leis de combate à lavagem de dinheiro e demais leis aplicáveis com relação à condução do seu negócio perante entidades governamentais; (ii) detectar ocorrências de condutas indevidas e comportamentos fraudulentos e desonestos por parte de seus administradores, funcionários, pessoas físicas e jurídicas contratadas e outros agentes que possam representar a Companhia, (iii) gerenciar todos os riscos identificados na sua política de gerenciamento de riscos e novos riscos; e (iv) detectar outras ocorrências de comportamentos não condizentes com princípios éticos e morais.

A Companhia não possui uma política de compliance formalizada. Portanto, falhas nos processos de governança, políticas, gestão de riscos e compliance da Companhia podem afetar material e adversamente a reputação, negócios, capacidade de contratação com poder público, condições financeiras e resultados operacionais da Companhia, ou a cotação de mercado de suas ações de forma negativa.

**(ix) A Companhia está sujeita a riscos associados ao não cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados e pode ser afetada adversamente pela aplicação de multas e outros tipos de sanções.**

No ano de 2018, foi sancionada a Lei Geral de Proteção de Dados, conforme alterada (Lei nº 13.709/2018 – “LGPD”), que entrou em vigor no ano de 2020 e transformou a forma pela qual a proteção de dados pessoais no Brasil é regulada e tratada. A LGPD estabelece um novo marco legal a ser observado nas operações de tratamento de dados pessoais e prevê, entre outros, os direitos dos titulares de dados pessoais, as bases legais aplicáveis à proteção de dados pessoais, os requisitos para obtenção de consentimento, as obrigações e requisitos relativos a incidentes de segurança e vazamentos e a transferências de dados, bem como a autorização para a criação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados.

Caso a Companhia não esteja em conformidade com a LGPD, ela poderá estar sujeita às sanções, de forma isolada ou cumulativa, de advertência, obrigação de divulgação de incidente, bloqueio temporário e/ou eliminação de dados pessoais e multa de até 2% (dois por cento) do faturamento da empresa, grupo ou conglomerado no Brasil no seu último exercício, excluídos os tributos, até o montante global de R\$50.000.000 (cinquenta milhões de reais) por infração. Além disso, ela pode ser responsabilizada por danos materiais, morais, individuais ou coletivos por ela causados e ser considerada solidariamente responsável por danos materiais, morais, individuais ou coletivos causados por ela e suas subsidiárias, devido ao não cumprimento das obrigações estabelecidas pela LGPD.

Desta forma, falhas na proteção dos dados pessoais tratados pela Companhia, bem como a inadequação à legislação aplicável, podem acarretar multas elevadas, divulgação do incidente para o mercado, eliminação dos dados pessoais da base, e até a suspensão de suas atividades, o que poderá afetar negativamente a sua reputação e os seus resultados e, conseqüentemente, o valor de suas ações.

A Companhia não pode garantir que conseguirá usar medidas de segurança da informação suficientes para proteger os dados pessoais que gerencia e armazena, e nem que tais medidas serão suficientes e eficientes,

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

o que poderá sujeitar a Companhia às penalidades financeiras além de afetar negativamente a reputação e os resultados da Companhia.

**(x) Falhas na proteção contra riscos relacionados à segurança cibernética podem causar perda de receita e danos à reputação da Companhia, prejudicando suas operações ou resultando na divulgação não autorizada de informações.**

A infraestrutura de Tecnologia da Informação (“TI”) da Companhia está sujeita a falhas em sua segurança cibernética, incluindo ataques cibernéticos, os quais podem incluir:

- (i) Ataques cibernéticos, os quais podem incluir invasão das plataformas e dos sistemas de tecnologia da informação, que tenham por objetivo acessar, alterar, furtar, corromper ou destruir sistemas e plataformas utilizadas pela Companhia, redes de computadores e informações armazenadas ou transmitidas da Companhia ou de parceiros de negócio; e
- (ii) Violação de privacidade e dados pessoais, acesso ou divulgação não autorizados, de dados confidenciais e/ou particulares de clientes por pessoas dentro ou fora da Companhia.

Os fatores acima podem ser decorrentes de *malware* (como vírus de computador), *ransomware*, *worm*, *phishing*, engenharia social, exploração de fraquezas do ambiente e sistemas, contaminação (seja intencional ou acidental) das redes e sistemas por terceiros com os quais existe a troca de dados, bem como outros tipos de ataques.

Quaisquer ataques cibernéticos bem sucedidos podem resultar em impactos na imagem e reputação da organização, na paralização de sistemas ou indisponibilidade de serviços, ocasionando perdas de negócios, contaminação, corrupção ou perda de dados de clientes e outras informações sensíveis armazenadas, na violação de segurança de dados, na divulgação não autorizada de informações ou, ainda, na perda de níveis significativos de ativos líquidos (incluindo valores monetários).

Tentativas de ataques cibernéticos continuam evoluindo em dimensão e sofisticação, e a Companhia pode incorrer em custos significativos na tentativa de modificar ou melhorar as medidas de proteção, ou para investigar ou remediar quaisquer vulnerabilidades ou violação, ou, ainda, para comunicar ataques cibernéticos a seus clientes.

Adicionalmente a Companhia, ainda não implementou uma rotina de testes de invasão a seus sistemas informáticos, ou “pentests”, por ela própria ou por empresa terceirizada especializada. Em razão disso não é possível antever ou mensurar o quanto ela está sujeita a ataques cibernéticos envolvendo a extorsão de valores significativos mediante o sequestro de dados.

Caso a Companhia não seja capaz de proteger de maneira eficiente os seus sistemas e plataformas contra ataques cibernéticos, isso pode ocasionar: violações à privacidade, de dados pessoais e confidencialidade de clientes; prejuízos decorrentes de danos a segurança de rede e violação de dados de clientes; conflitos com clientes; danos de imagem e reputação da Companhia; responsabilidade de mídia e custos relacionados; processos judiciais, multas regulatórias, sanções, intervenção, reembolsos e outros custos de



## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

indenização; custos decorrentes de gerenciamento de crises para identificação e preservação de dados, consultoria jurídica, contratação de terceiros, defesas emergenciais e indenizações; custos necessários à restauração de ambientes (custos relativos à utilização da estrutura de backup da Companhia para restaurar informações ou sistemas da Companhia); e custos relacionados a indenização decorrentes a ações judiciais.

Todos esses fatores podem ter um efeito material adverso sobre os negócios, a reputação e os resultados das operações da Companhia. Além disso, a Companhia poderá não ser capaz de se atualizar na mesma velocidade, ou, ainda, ter que destinar uma quantidade de recursos financeiros acima do que tinha originalmente previsto para combater tais ataques.

Além disso, a Companhia administra, retém e mantém parcerias com terceiros para o arquivamento, processamento, manutenção e disponibilização, através da internet, de dados eletrônicos que contém informações pessoais confidenciais de clientes no curso regular de suas operações, as quais podem ser objeto de acesso e divulgações não autorizados.

Qualquer uso indevido ou não autorizado de informações de clientes, ou qualquer percepção pública de que a Companhia divulgou informações de clientes sem sua autorização prévia, poderá sujeitar a Companhia a ações judiciais e sanções administrativas, que podem afetar de forma prejudicial e substancial sua reputação e situação financeira.

Por fim, as formas de ataques cibernéticos estão sempre sendo alteradas e reinventadas. A Companhia poderá não ser capaz de se atualizar na mesma velocidade, ou, ainda, ter que destinar uma quantidade de recursos financeiros acima do que tinha originalmente previsto para combater tais ataques.

**(xi) A Companhia se beneficia de incentivos fiscais e a suspensão, o cancelamento ou a não obtenção de novos incentivos pode afetar adversamente os seus resultados.**

A Companhia goza de benefícios fiscais mediante (i) o Contrato de Habilitação SINCOEX, firmado em 03 de maio de 2011 e da Resolução SINCOEX 009/2009, previstos na Lei 6.429/1995, conforme alterada, bem como no Decreto nº 16.731/1999, conforme alterado, ambos do Governo do Estado do Maranhão, e (ii) o Laudo Constitutivo emitido pela SUDENE 0215/2018, de 28 de novembro de 2018.

Tais incentivos, em síntese, consistem em (i) financiamento concedido à Companhia para o pagamento de até 75% das alíquotas do ICMS devidas nas saídas de produtos incentivados, nos termos do art. 1º, § 1º, da Lei n. 6.249/95, diferido em três anos, com prazo de fruição de dez anos; e na (ii) redução de 75% do imposto de renda incidente sobre o lucro da exploração das atividades incentivadas, quais sejam: produção de aço e gases, limitado à produção de 360.000 toneladas/ano com término do prazo de vigência em 31 de dezembro de 2024.

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, o impacto dos benefícios fiscais nos resultados da Companhia foi de R\$136.476.000,00. Já no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, o impacto foi de R\$82.488.000,00 e no exercício social de 31 de dezembro de 2019, o impacto foi de R\$62.935.000,00.

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A concessão destes incentivos ocorre em função do atendimento à determinadas condições e por prazo certo. Assim, em caso de descumprimento de tais condições, os benefícios poderão ser suspensos ou até cancelados.

Considerando as mudanças políticas e a possibilidade de alcance do tema em uma futura reforma tributária, a Companhia não pode garantir que, após o término do prazo descrito acima, continuará a obter os créditos tributários, de forma sucessiva e ininterrupta e, caso os incentivos fiscais venham a ser revogados, por iniciativa da SEFAZ/MA, pelo CONFAZ, ou pela Receita Federal do Brasil, a geração de caixa da Companhia poderá sofrer efeito adverso.

A Companhia estima, em eventual suspensão ou cancelamento de seus benefícios fiscais vigentes, um potencial incremento de 18,75% na alíquota nominal de imposto de renda.

**(xii) A Companhia adota a verticalização da produção de ferro gusa através do “aço verde”, conceito criado para um aço produzido com energia renovável, sem o consumo de combustível fóssil. Eventuais falhas no processo de produção do “aço verde” podem afetar adversamente a reputação, operações e os resultados da Companhia.**

A Companhia pode ser incapaz de atender os critérios e especificidades do processo de verticalização da produção de ferro gusa através do “aço verde”, conceito criado para um aço produzido com energia renovável, sem o consumo de combustível fóssil.

As falhas no processo de produção do “aço verde” podem envolver a escassez de carvão vegetal, falhas no fornecimento de energia renovável por seus fornecedores, assim como defeitos nos filtros do alto forno e na planta de gases, entre outros. Em caso de eventuais falhas em seu processo produtivo, a Companhia poderá ter sua reputação abalada, assim como poderá precisar desembolsar valores adicionais para solução de tais erros.

Além disso, para ser considerada uma produtora de “aço verde”, a Companhia deve obter e manter vigente a declaração de verificação do inventário de CO<sub>2</sub> emitido pela SGS, com a metodologia da WorldSteel Association e FGV Programa Brasileiro GHG Protocol. A Companhia pode não conseguir obter todas as certificações necessárias ou, ainda, não obter as suas renovações de forma tempestiva. A não obtenção ou a não renovação de tais certificações podem ter um efeito adverso aos seus negócios e à sua reputação.

Os riscos específicos envolvendo a eventual perda do certificado de Usina Siderúrgica Integrada de carbono neutro, relativo à emissão zero de CO<sub>2</sub>, podem incluir:

- (i) no curto prazo: danos à imagem da empresa;
- (ii) em médio prazo: restrição à venda de produtos siderúrgicos em alguns mercados, tendo em vista a potencial adoção de países à Taxação de Carbono para todo aço importado oriundo de usinas siderúrgicas de elevado nível de emissões CO<sub>2</sub>, como, por exemplo, o *Carbon Border Adjustment Mechanism* (CBAM), o qual será aplicável à Comunidade Econômica Européia (CBAM) a partir de 2023; e

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

- (iii) a longo prazo: na proibição de venda de produtos siderúrgicos em grande parte dos mercados mundiais.

A devida implementação do processo de verticalização da produção do ferro gusa, assim como a manutenção das certificações aplicáveis supramencionadas, são fatores críticos e basilares ao sucesso das operações da Companhia. Portanto, eventuais falhas neste processo poderão afetar adversamente os resultados financeiros e operacionais da Companhia, assim como a sua imagem.

**(xiii) A Companhia fez uso das prerrogativas para reestruturação de operações de crédito e capital, suspensão temporária de contratos de trabalho e recolhimento de encargos trabalhistas e prorrogação de prazos para recolhimento de tributos, em todos os casos estabelecidas em razão da Pandemia de COVID-19, sendo que o descumprimento dos termos estabelecidos para a utilização de tais prerrogativas podem afetar adversamente seus resultados e sua capacidade econômico-financeira.**

Em razão dos impactos da Pandemia de COVID-19 na economia brasileira, o Governo Federal editou, entre outras, as Medidas Provisórias nº 927 de 22 de março de 2020 e nº 936 de 1º de abril de 2020, que estabeleceram medidas trabalhistas, bem como o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda, ambos com o intuito de permitir a preservação de empregos e renda dos trabalhadores e a continuidade das atividades empresariais no Brasil, durante a Pandemia de COVID-19 em 2020.

O Ministério da Economia e a Secretaria da Receita Federal do Brasil, editaram, respectivamente as Portarias nº 139, de 03 de abril de 2020, nº 201 de 11 de maio de 2020, nº 245 de 15 de junho de 2020 e a Instrução Normativa RFB nº 1932 de 03 de abril de 2020, que estabeleceram a prorrogação do prazo para o recolhimento de tributos federais, parcelas relativas a programas de parcelamento administradores pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria da Fazenda Nacional e a apresentação da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF) e da Escrituração Fiscal Digital da Contribuição para o PIS/Pasep, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e da Contribuição Previdenciária sobre a Receita (EFD-Contribuições).

Adicionalmente, o Banco Central do Brasil publicou a Resolução CMN nº 4.798 de 6 de abril de 2020, que estabeleceu, por tempo determinado, em função de eventuais impactos da Pandemia de COVID-19 na economia, critérios temporários para a caracterização das reestruturações de operações de crédito, para fins de gerenciamento de risco de crédito pelas instituições financeiras.

Nesse sentido, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, a Companhia se utilizou das prerrogativas previstas nessas normas em relação a: (i) reestruturação de operações de empréstimo e financiamento firmadas junto ao Banco do Nordeste S.A. e ao Banco do Brasil S.A.; (ii) suspensão temporária de contratos de trabalho de determinados colaboradores com a consequente suspensão do recolhimento dos respectivos encargos trabalhistas; (iii) adoção do teletrabalho para determinados colaboradores; (iv) prorrogação do recolhimento de tributos federais e contribuições sociais; e (v) prorrogação de parcelamentos de tributos federais.

No âmbito de suas operações de empréstimo e financiamento, a Companhia promoveu junto ao Banco do Nordeste a negociação de condições que possibilitaram a postergação do vencimento de determinados

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

contratos, de dezembro de 2024 e junho de 2026, para junho de 2025 e dezembro de 2026, respectivamente, resultando na incorporação ao saldo do referido contrato das parcelas com vencimento no período compreendido entre março de dezembro de 2020. Os encargos financeiros originalmente estabelecidos foram mantidos inalterados, tendo seus valores sido capitalizados no saldo devedor.

Adicionalmente, no âmbito de suas operações de empréstimo e financiamento, a Companhia promoveu junto ao Banco do Brasil S.A. a negociação de condições que possibilitaram a postergação do vencimento de determinado contrato, de março de 2021 para junho de 2021, resultando na incorporação ao saldo do referido contrato das parcelas com vencimento no período compreendido entre maio e julho de 2020. Os encargos financeiros originalmente estabelecidos foram mantidos inalterados, tendo seus valores sido capitalizados no saldo devedor.

Em 31 de dezembro de 2020, a soma das parcelas dos empréstimos e financiamentos postergados da Companhia, no âmbito de tais programas governamentais, era de R\$43,6 milhões.

No âmbito trabalhista, a Companhia se utilizou das prerrogativas de suspensão dos contratos de trabalho, adoção do teletrabalho e do diferimento no recolhimento do FGTS devido nos meses de março, abril e maio de 2020, nos termos do Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda, Medida Provisória 927/2020.

Nesse período, a suspensão dos pagamentos do FGTS foi de R\$511 mil, e o pagamento dessas despesas foi diferido para o período compreendido entre julho de 2020 e dezembro de 2020.

No âmbito tributário a Companhia se utilizou das prerrogativas de prorrogação dos prazos para recolhimento das contribuições ao PIS e a COFINS e ao INSS, parcela patronal, acrescida do RAT, devidas nas competências de março a maio de 2020. Foram ainda prorrogados os parcelamentos de tributos federais devidos no período de maio a julho de 2020.

Nesse período, o diferimento dos pagamentos dos tributos foi de R\$ 4.916 mil, e o pagamento dessas despesas foi diferido para julho, setembro e outubro de 2020. O diferimento dos parcelamentos foi de R\$ 1.146 mil, e o pagamento dessas despesas foi diferido para agosto, outubro e dezembro de 2020.

O eventual recrudescimento dos impactos da Pandemia do COVID-19, sem que sejam tomadas novas medidas compensatórias pelas autoridades competentes, ou a não manutenção da receita operacional da Companhia em seus níveis históricos, pode afetar negativamente o cumprimento das obrigações financeiras estabelecidas nos instrumentos de dívida dos quais a Companhia é parte, bem como de suas obrigações trabalhistas afetadas pelos programas governamentais de enfrentamento à Pandemia de COVID-19.

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

**(xiv) Se a Companhia não for capaz de continuamente incrementar a eficácia de seus controles internos, pode incorrer em erros no reporte de seus resultados e/ou não ser capaz de prevenir práticas inapropriadas, erros ou fraudes, o que pode impactar negativamente suas demonstrações financeiras e seus resultados operacionais.**

As políticas e procedimentos da Companhia para identificar, analisar, quantificar, avaliar, monitorar e gerenciar riscos podem não ser eficazes, sendo tal risco potencializado por eventual falha ou incapacidade de incrementar seus controles internos. Os métodos de gerenciamento de riscos podem não prever exposições futuras ou não serem suficientes contra riscos a que a Companhia está sujeita, incluindo riscos desconhecidos e/ou não mapeados e que poderão ser significativamente maiores do que aqueles indicados pelas medidas históricas que a Companhia utiliza.

Os auditores independentes da Companhia, no processo de elaboração das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, identificaram como principal assunto de auditoria, a metodologia utilizada pela Companhia na mensuração e reconhecimento de sua receita líquida de vendas. As receitas da Companhia são primordialmente decorrentes das vendas de produtos siderúrgicos, em especial, fio máquina e vergalhão. A Companhia identifica os direitos de cada parte em relação aos bens a serem transferidos, na qual cada venda dos bens é considerada uma obrigação de desempenho distinta, e não há envolvimento contínuo com os bens vendidos. Esta obrigação é satisfeita no momento específico do tempo no qual a transferência de controle sobre tais produtos para os clientes se realiza, respeitando os modelos de entrega e frete determinados em seus contratos.

Os Auditores Independentes, no tratamento desse assunto, identificaram a necessidade de realização desse ajuste de forma automática, uma vez que a redução das receitas reconhecidas por competência de cada mês (cut-off), é manual, embora não tenha sido identificado ajustes sobre as Demonstrações Financeiras tomadas em conjunto relacionados aos ajustes de receitas.

Nesse sentido, os sistemas, políticas e procedimentos de controles internos da Companhia podem não ser suficientes e/ou totalmente eficazes para detectar práticas inapropriadas, erros ou fraudes de seus procedimentos de controles internos, e a Companhia poderá identificar outras fraquezas e deficiências em seus controles internos sobre relatórios financeiros.

Não há garantias de que a Companhia conseguirá identificar e sanar eventuais falhas, bem como que seus potenciais esforços de remediação serão bem-sucedidos. A Companhia pode não conseguir concluir tempestivamente qualquer correção necessária. A falha ou a ineficácia nos controles internos, poderá ter um efeito adverso significativo para a Companhia, bem como no valor dos valores mobiliários de sua emissão.

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

### **b) Riscos relacionados a seu controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle**

#### **(i) Os interesses dos acionistas controladores da Companhia podem entrar em conflito com os interesses de outros detentores de suas ações ordinárias ou da Companhia.**

Os acionistas controladores têm poderes para, entre outras coisas, eleger a maioria dos membros do Conselho de Administração e determinar o resultado de qualquer deliberação que exija aprovação de acionistas, inclusive nas operações com partes relacionadas, reorganizações societárias, alienações e a época do pagamento de quaisquer dividendos futuros, observadas as exigências de pagamento do dividendo obrigatório impostas pela Lei nº 6.404/76.

Não se pode assegurar que os interesses dos acionistas controladores da Companhia estarão alinhados com os interesses dos demais investidores e da Companhia nas deliberações.

Para mais informações acerca dos acionistas controladores da Companhia, veja o item 15 deste Formulário de Referência.

### **c) Riscos relacionados a seus acionistas**

#### **(i) A Companhia pode não ter adesão de seus acionistas em um eventual aumento de capital.**

A Companhia poderá, no futuro, optar por captar recursos oriundos de capital próprio, por meio da emissão pública ou privada de ações e/ou títulos de dívida conversíveis ou não em ações. A captação de recursos adicionais, cuja fonte sejam os acionistas da Companhia, poderá não ter adesão por parte dos mesmos. Com isso, a Companhia poderá ter limitações na alternativa para captação de recursos.

### **d) Riscos relacionados a suas controladas e coligadas**

Os riscos relacionados às controladas diretas e indiretas da Companhia são substancialmente os mesmos relacionados às atividades da Companhia.

### **e) Riscos relacionados a seus fornecedores**

#### **(i) Os negócios da Companhia dependem de um fornecimento estável e adequado de matérias primas, que podem estar sujeitas a escassez no fornecimento ou atrasos na entrega.**

A manutenção das atividades da Companhia depende do fornecimento de matérias-primas, consistindo principalmente de minério de ferro e carvão vegetal. A eventual perda de fornecedores ou a interrupção significativa na cadeia de fornecimento de matérias-primas pode ter um efeito adverso significativo nas atividades da Companhia e resultar em impactos relevantes nos resultados.

#### **(ii) Aumentos no preço de insumos podem elevar os custos inerentes às atividades da Companhia e podem afetar adversamente seus resultados operacionais**

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A Companhia está sujeita a aumentos por parte de seus fornecedores e prestadores de serviços nos custos dos insumos e serviços necessários às suas atividades, tais como energia, combustíveis, peças ou mão de obra. Tais aumentos fogem ao controle da Companhia e a Companhia não pode prever quando os preços destes insumos e serviços sofrerão reajustes. Caso não seja possível à Companhia repassar os aumentos dos custos de insumos e serviços aos clientes, a condição financeira e os resultados operacionais da Companhia podem ser adversamente impactados.

### **(iii) A utilização de mão-de-obra terceirizada pode implicar na assunção de obrigações de natureza trabalhista e previdenciária.**

A utilização de mão-de-obra terceirizada pela Companhia, pode implicar na assunção de contingências de natureza trabalhista e previdenciária. A assunção de tais contingências é inerente à contratação de terceiros, uma vez que podem ser atribuídas à Companhia, na condição de tomadoras de serviços de terceiros, a responsabilidade pelos débitos trabalhistas e previdenciários dos empregados das empresas prestadoras de serviços, quando essas deixarem de cumprir com suas obrigações trabalhistas e previdenciárias.

A Companhia pode, por sua vez, vir a responder pelas eventuais contingências trabalhistas e previdenciárias relativas à Companhia, independentemente de ser assegurado a ela o direito de ação de regresso contra as empresas prestadoras de serviços. A ocorrência de eventuais contingências é de difícil previsão e quantificação, e se vierem a se consumir poderão afetar adversamente a situação financeira da Companhia e os seus resultados, bem como impactar negativamente sua imagem em caso de eventual aplicação de multa ou pagamento de indenização.

### **(iv) A aquisição de minério de ferro pela Companhia é concentrada em um único fornecedor.**

O minério de ferro, uma das principais matérias primas para a produção da Companhia, é adquirido na Mina de Carajás. Dessa forma, caso tal fornecedor decida alterar as condições de compra de forma adversa, por quaisquer razões, incluindo econômicas ou ainda em decorrência de alterações na capacidade de sua produção, de forma adversa, a Companhia poderá ser afetada negativamente, na medida em que sua capacidade de produção será prejudicada e, conseqüentemente, seus negócios, situação financeira, resultados operacionais e perspectivas serão diretamente afetados.

### **f) Riscos relacionados a seus clientes**

#### **(i) Os resultados operacionais da Companhia são afetados por reduções discricionárias nos gastos do consumidor.**

O agravamento das condições macroeconômicas no Brasil pode reduzir o volume de consumo da população brasileira em geral. Fatores como crescimento econômico, liquidez dos mercados, inflação, taxas de juros, preços dos ativos, políticas tributárias, instabilidade social e política, entre outros, têm potencial para afetar adversamente a rentabilidade dos negócios da Companhia. Cenários com altos índices de desemprego, falências, aumento da inadimplência do consumidor, altas taxas de juros e redução do acesso ao crédito tendem a reduzir o poder de compra da população e, portanto, reduzir os volumes de vendas de nossos

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

clientes, e conseqüentemente, acarretar uma redução dos produtos vendidos pela Companhia. O agravamento das condições macroeconômicas no Brasil pode, portanto, afetar negativamente o desempenho financeiro da Companhia.

**(ii) A Companhia possui uma concentração por demanda de aço em determinados setores industriais, sendo que uma eventual redução nesta demanda poderia afetar adversamente seus resultados.**

A Companhia tem relativa concentração das suas vendas ao mercado de construção civil e indústria. Portanto, uma redução na atividade econômica tipicamente pode resultar em uma redução na demanda de seus clientes. E, na hipótese de uma queda na demanda por produtos e serviços nesses setores, a Companhia poderá não ser capaz de manter o volume de atividades e, adicionalmente, ter que reduzir os seus níveis de produtividade, apresentando uma conseqüente redução em suas vendas.

Esses e outros fatores poderão afetar negativamente seus resultados operacionais devido à perda de escala decorrente da diluição de custos fixos.

**g) Riscos relacionados aos setores da economia nos quais a Companhia atue**

**(i) Falhas, ineficiências e interrupções no transporte e infraestrutura podem afetar adversamente as operações da Companhia.**

O acesso a infraestrutura de transporte de qualidade é essencial para o crescimento da economia brasileira como um todo e especificamente para as operações da Companhia. Melhorias no transporte e infraestrutura que exigem grandes investimentos são necessárias para garantir melhor a entrega de matérias-primas para as operações da Companhia, bem como seus produtos para seus clientes. Além disso, investimentos maiores em infraestrutura podem permitir que os produtos da Companhia sejam mais acessíveis a terminais de exportação a preços competitivos. A Companhia não pode garantir que o governo brasileiro ou o setor privado farão tais investimentos.

Adicionalmente, parte das matérias primas da Companhia utiliza o transporte ferroviário. Deste modo, em caso de interdição de determinados trechos da linha férrea, pode acarretar dificuldades de abastecimento de matérias primas e escoamento da produção. Neste caso a Companhia procura utilizar rotas alternativas, que podem acarretar custos mais elevados. Além disso, falhas, ineficiências e interrupções no ambiente de infraestrutura podem afetar adversamente a Companhia

**(ii) A sazonalidade nas vendas pode afetar os resultados da Companhia.**

Historicamente, os meses de dezembro, janeiro e fevereiro registram demanda ligeiramente menor em razão de paradas e férias coletivas que ocorrem em diversas empresas consumidoras de aço. Como as vendas da Companhia estão sujeitas às sazonalidades descritas acima, o planejamento de vendas procura levar em consideração a compatibilização dessas variáveis, ao mesmo tempo em que procura manter a produção estável, compensando oscilações internas com exportações para outros mercados.



## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

- h) Riscos relacionados à regulação dos setores em que a Companhia atue**
- (i) Redução ou revogação de impostos de importação de aços no Brasil.**

Em 31 de dezembro de 2021, as tarifas de importação de aço encontravam-se fixadas entre 10% e 14% dependendo do produto siderúrgico comercializado. Já em maio de 2022, o governo reduziu de 10,8% para 4% a alíquota de imposto sobre o vergalhão de aço. O Governo Brasileiro pode alterar as mencionadas alíquotas, por exemplo, por razões de desequilíbrio comercial, derivado de variações na conjuntura econômica local ou internacional. Redução nas alíquotas de importação de produtos siderúrgicos poderão elevar os níveis de importação afetando os resultados da Companhia.

- (ii) Outras alterações da legislação tributária brasileira poderão aumentar a carga tributária da Companhia, e consequentemente, impactar adversamente os seus resultados operacionais.**

O Governo Federal regularmente implementa mudanças nas leis tributárias e regimes fiscais que, eventualmente, podem aumentar a carga tributária ou extinguir benefícios fiscais da Companhia, de seus fornecedores ou clientes. Essas mudanças incluem ajustes na alíquota aplicável e a imposição de tributos temporários, cujos recursos são alocados a determinadas finalidades pelo Governo Federal.

Nesse cenário, os Governos Federal, Estadual e Municipal poderão promover alterações legislativas para impor, ainda que temporariamente, tratamento tributário mais oneroso às atividades da Companhia. Os efeitos dessas medidas e quaisquer outras alterações decorrentes da promulgação de reformas fiscais adicionais não podem ser quantificados e são imprevisíveis. Algumas dessas medidas podem aumentar as obrigações fiscais totais da Companhia, de seus fornecedores ou clientes, o que, por sua vez, afetaria adversamente os seus resultados operacionais.

Além disso, a interpretação das leis tributárias por tribunais e autoridades tributárias está em constante evolução. No Brasil, o sistema tributário é altamente complexo e a interpretação das leis e regulamentos tributários é comumente controversa, podendo ocasionar novas discussões administrativas e judiciais dos tributos controvertidos, que podem resultar em decisões desfavoráveis à Companhia.

Em maio de 2014, foi promulgada a Lei Federal nº 12.973, que converte em lei as disposições previstas na Medida Provisória nº 627 de 11 de novembro de 2013. A Lei Federal nº 12.973/14 introduziu mudanças nas regras fiscais, revogou um regime tributário temporário vigente entre 2008 e 2014 e regulou a transição das práticas contábeis brasileiras então aplicáveis aos padrões internacionais IFRS. Ademais, a Lei Federal nº 12.973/14 realizou algumas modificações no tratamento tributário das receitas contábeis, a base tributável do ágio na aquisição de participações, o tratamento fiscal de fusões e aquisições, ajustes de valor presente nas investidas, despesas pré-operacionais e arrendamentos mercantis. Alterações na interpretação da norma contábil e no tratamento tributário a que a Companhia está sujeita podem afetar adversamente a sua lucratividade.

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

**(iii) A não obtenção de autorizações e licenças necessárias poderiam afetar negativamente as operações da Companhia.**

A Companhia depende da obtenção de autorizações e licenças concedidas por agências governamentais para a realização de algumas das suas atividades. A obtenção de tais licenças para determinadas atividades das quais sejam esperados impactos ambientais relevantes exige investimentos em conservação ambiental para compensação de qualquer impacto. A licença operacional exige, entre outras coisas, a divulgação periódica pela Companhia do seu cumprimento com os padrões de emissões estabelecidos pelas agências ambientais.

A não obtenção, renovação ou cumprimento das obrigações de tais licenças operacionais poderiam causar atrasos na realização de atividades, aumento de custos, multas pecuniárias ou até a suspensão da atividade afetada, causando um impacto adverso relevante na Companhia.

**(iv) Medidas restritivas impostas por países importadores para conter o comércio de produtos de aço podem afetar os negócios da Companhia aumentando o custo de seus produtos ou reduzindo sua capacidade de exportação.**

A Companhia é uma produtora de aço que abastece o mercado interno brasileiro e o exterior. As exportações da Companhia enfrentam a concorrência de outros produtores de aço, assim como restrições impostas pelos países importadores na forma de cotas, impostos sobre mercadorias, tarifas ou aumentos nas taxas de importação. Qualquer um desses fatores pode aumentar os custos dos produtos e torná-los menos competitivos ou impedir que a Companhia venda nesses mercados. Não há garantia de que os países importadores não irão impor cotas, impostos sobre mercadorias, tarifas, nem de que não aumentarão as taxas de importação, o que poderá impactar adversamente os resultados operacionais e a condição financeira da Companhia.

**i) Riscos relacionados aos países estrangeiros onde a Companhia atue**

**(i) Regulações protetivas poderão prejudicar a capacidade da Companhia de exportar seus produtos.**

A Companhia pode ou não vir a realizar exportações, dependendo do contexto mercadológico e estratégia comercial. A Companhia está exposta a riscos relacionados a alterações nas condições sociais, econômicas e políticas dos países em que atua, o que pode afetar adversamente o negócio, condição financeira e resultados operacionais. Atualmente há um aumento das ações protecionistas no mundo para evitar principalmente o aço chinês, e em alguns mercados acabam promovendo ações contra outros países, incluindo o Brasil.

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

### j) Riscos relacionados a questões socioambientais

**(i) As leis e regulamentos ambientais e de saúde e segurança do trabalho podem exigir dispêndios maiores que aqueles em que atualmente incorremos para seu cumprimento e o descumprimento dessas leis e regulamentos pode resultar em penalidades civis, criminais e administrativas.**

Estamos sujeitos a legislação federal, estadual e municipal, bem como regulamentos, autorizações e licenças, relativos à proteção da saúde e segurança do trabalho e do meio ambiente. Qualquer descumprimento dessas leis, regulamentos, licenças e autorizações, ou falha na sua obtenção ou renovação, podem resultar na aplicação de penalidades civis, criminais e administrativas, tais como imposição de multas, cancelamento de licenças e revogação de autorizações, bem como impactar negativamente a reputação da Companhia. Tendo em vista a possibilidade de regulamentos ou leis serem editados ou a ocorrência de outros eventos não previstos, especialmente considerando que as leis ambientais se tornem mais rigorosas no Brasil, o montante e prazo necessários para futuros gastos para manutenção da conformidade com os regulamentos pode aumentar e afetar de forma adversa a disponibilidade de recursos para dispêndios de capital e para outros fins. A conformidade com novas leis ou com as leis e regulamentos ambientais em vigor pode causar no aumento dos custos e despesas da Companhia, impactando de forma relevante, em seus resultados operacionais.

**(ii) Mudanças climáticas podem ocasionar danos aos negócios da Companhia**

Eventuais alterações climáticas adversas e imprevistas podem causar danos aos negócios da Companhia e, conseqüentemente, demandar a realização de investimentos adicionais e não planejados em relação a nossas instalações e operações, o que pode afetar adversamente os seus negócios e os seus resultados operacionais.

Adicionalmente, condições climáticas adversas podem interferir no cronograma de execução dos projetos da Companhia, o que pode levar ao adiamento nos cronogramas dos seus projetos e de seus investimentos, impactando negativamente os seus negócios e os seus resultados operacionais.

**(iii) Incêndios, chuvas fortes ou outros desastres naturais ou de origem humana podem afetar nossas instalações e a nossa estrutura de custos, o que pode causar um efeito material adverso em nossas atividades, situação financeira e resultados operacionais.**

Incêndios, chuvas fortes e danos ambientais causados por desastres, naturais ou humanos, podem danificar ou destruir nossas instalações, danificar e ocasionar atrasos em nossas operações. Interrupções duradouras no fornecimento de energia elétrica podem implicar em aumentos significativos de nossos custos, o que pode causar um efeito material adverso em nossas atividades, situação financeira e resultados operacionais.

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

### k) Riscos relacionados a fatores macroeconômicos

**(i) O surto de doenças transmissíveis em todo o mundo, como do atual coronavírus (COVID-19), pode levar a uma maior volatilidade no mercado de capitais global e resultar em pressão negativa sobre a economia mundial e a economia brasileira, impactando o mercado de negociação das ações de emissão da Companhia.**

Surtos ou potenciais surtos de doenças que afetem o comportamento das pessoas, como do atual coronavírus, o Zika, o Ebola, a gripe aviária, a febre aftosa, a gripe suína, a Síndrome Respiratória no Oriente Médio ou MERS e a Síndrome Respiratória Aguda Grave ou SARS, podem ter um impacto adverso relevante no mercado de capitais global, nas indústrias mundiais, na economia mundial e brasileira, nos resultados da Companhia e na cotação das ações de sua emissão.

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde decretou a pandemia decorrente do COVID-19, cabendo aos países membros estabelecerem as melhores práticas para as ações preventivas e de tratamento aos infectados. Como consequência, o surto do COVID-19 resultou em medidas restritivas relacionadas ao fluxo de pessoas impostas pelos governos de diversos países em face da ampla e corrente disseminação do vírus, incluindo quarentena, *lockdown* ao redor do mundo restrições às viagens e transportes públicos, fechamento prolongado de locais de trabalho, interrupções na cadeia de suprimentos, fechamento do comércio e redução de consumo de uma maneira geral pela população. Como consequência de tais medidas, os países impuseram restrições às viagens e transportes públicos, fechamento prolongado de locais de trabalho, interrupções na cadeia de suprimentos, fechamento do comércio e redução de consumo de uma maneira geral pela população, o que pode resultar na volatilidade no preço de matérias-primas e outros insumos, fatores que conjuntamente exercem um efeito adverso relevante na economia global e na economia brasileira.

Não há garantia de que o governo brasileiro não adote no futuro novos regulamentos que possam afetar nossa liquidez, estratégia de financiamento, crescimento de empréstimos e a solvência de nossos clientes.

**(ii) O Governo Federal exerceu e continua a exercer influência significativa sobre a economia brasileira. Essa influência, bem como a conjuntura econômica e política brasileira, podem causar um efeito adverso relevante nas nossas atividades.**

O Governo Federal realiza intervenções na economia do país e realiza modificações significativas em suas políticas e normas monetárias, fiscais, creditícias e tarifárias. Historicamente, as medidas tomadas pelo Governo Federal para controlar a inflação, além de outras políticas e normas, implicaram em aumento das taxas de juros, mudança das políticas fiscais, controle de salários e preços, bloqueio ao acesso a contas bancárias, desvalorização cambial, controle de capital e limitação às importações, entre outras medidas. Não temos controle sobre quais medidas ou políticas o Governo Federal poderá adotar no futuro, e não podemos prevê-las. Nossas atividades, situação financeira, resultados operacionais e perspectivas poderão ser prejudicados de maneira relevante por modificações nas políticas ou normas que envolvam ou afetem fatores, tais como:

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

- Taxas de juros;
- Inflação;
- Liquidez dos mercados financeiros e de capitais domésticos;
- Expansão ou contração da economia brasileira, de acordo com as taxas de crescimento do PIB;
- Instabilidade social e política;
- Política monetária;
- Controles cambiais e restrições a remessas para o exterior;
- Flutuações cambiais;
- Política fiscal; e
- Outros acontecimentos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos que venham a ocorrer no Brasil ou que o afetem.

A incerteza quanto à implementação de mudanças por parte do Governo Federal nas políticas ou normas que venham a afetar esses ou outros fatores no futuro podem contribuir para a incerteza econômica no Brasil e para aumentar a volatilidade do mercado brasileiro de valores mobiliários e dos valores mobiliários emitidos no exterior por companhias brasileiras.

Tais incertezas e outros acontecimentos futuros na economia brasileira poderão ter um efeito adverso relevante sobre nossas atividades e nossos resultados operacionais.

**(iii) O desenvolvimento e a percepção de risco em outros países, particularmente em países de economia emergente e nos Estados Unidos, China e União Europeia, podem afetar adversamente a economia brasileira e os negócios da Companhia.**

O mercado de valores mobiliários de emissão de companhias brasileiras é influenciado, em diferentes graus, pelas condições econômicas e de mercado de outros países, inclusive Estados Unidos, China, União Europeia e países de economias emergentes. A reação dos investidores aos acontecimentos nesses outros países pode ter um efeito adverso relevante sobre o valor de mercado dos valores mobiliários de companhias brasileiras, em especial, aqueles negociados em bolsas de valores. Crises nos Estados Unidos, China, na União Europeia ou em países emergentes podem reduzir o interesse de investidores nos valores mobiliários de companhias brasileiras, tal como a recente tensão política entre Estados Unidos e Irã e o surto de Covid-19 na China e na Europa.

Além disso, na medida em que disputas comerciais entre países, em especial a atual disputa entre os Estados Unidos e a China, e outros problemas econômicos em países de mercados emergentes afetem o

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Brasil negativamente, nosso negócio e o valor de mercado de nossas ações também poderão ser afetados negativamente.

Os preços das ações na B3, por exemplo, são historicamente afetados por flutuações nas taxas de juros vigentes nos Estados Unidos, bem como pelas variações dos principais índices de ações norte-americanos. Acontecimentos em outros países e mercados de capitais poderão prejudicar o valor de mercado das ações de emissão da Companhia, podendo, ademais, dificultar ou impedir totalmente o seu acesso aos mercados de capitais e ao financiamento de suas operações no futuro em termos aceitáveis.

Não há garantia de que o mercado de capitais esteja aberto às companhias brasileiras ou de que os custos de financiamento nesse mercado sejam vantajosos para a Companhia. Crises em outros países emergentes podem restringir o interesse dos investidores em relação aos títulos e valores mobiliários emitidos por companhias brasileiras, inclusive os de emissão da Companhia, o que pode prejudicar o seu acesso ao mercado de capitais e ao financiamento das suas operações no futuro, em termos aceitáveis ou absolutos.

**(iv) A instabilidade política pode afetar adversamente a economia brasileira, os negócios os resultados e o preço das ações da Companhia.**

O ambiente político brasileiro tem influenciado historicamente e continua influenciando o desempenho da economia do país e a confiança de investidores e do público em geral, resultando em desaceleração econômica e aumento da volatilidade nos valores mobiliários emitidos por companhias brasileiras.

O Presidente do Brasil tem poder para determinar políticas e expedir atos governamentais relativos à condução da economia brasileira e, conseqüentemente, afetar as operações e o desempenho financeiro das empresas, incluindo os da Companhia. A Companhia não pode prever quais políticas o novo governo irá adotar, muito menos se tais políticas ou mudanças nas políticas atuais poderão ter um efeito adverso sobre a Companhia ou sobre a economia brasileira. Além disso, o atual ministro da Economia, Paulo Guedes, propôs durante a campanha presidencial a realização de eventual reforma tributária, que, se promulgada, poderia aumentar as despesas e, conseqüentemente, impactar adversamente os negócios da Companhia. Adicionalmente, o recente impasse entre o novo governo e o Congresso tem gerado incertezas em relação à implementação, pelo novo governo, de mudanças relativas às políticas monetária, fiscal e previdenciária, bem como em relação às alterações na legislação pertinente, o que pode contribuir para a instabilidade econômica. Essas incertezas podem aumentar a volatilidade do mercado de títulos brasileiros.

Não é possível garantir que o desenvolvimento desses eventos ou de outros eventos político-econômicos não cause instabilidade adicional na economia brasileira, e no mercado de capitais

**(v) Mudanças na legislação fiscal podem resultar em aumentos em determinados tributos diretos e indiretos, o que poderia reduzir a rentabilidade da Companhia.**

O governo brasileiro implementa regularmente mudanças no regime tributário, representando potencial aumento na carga tributária da Companhia e na de seus clientes e fornecedores. Tais mudanças incluem alterações em alíquotas e, ocasionalmente, a criação de tributos temporários, cuja arrecadação é vinculada a finalidades governamentais específicas. Atualmente existem no congresso brasileiro propostas para a

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

implementação de uma reforma tributária. Entre as propostas em discussão, existe a possibilidade de uma mudança completa no sistema de tributação ao consumo, que extinguiria três tributos federais IPI, PIS e COFINS, ICMS, que é estadual, e o ISS, municipal, para a criação de um único novo Imposto sobre Operações com Bens e Serviços (IBS) que incidiria sobre o consumo. A Companhia não pode assegurar que não haverá uma reforma tributária ou mudanças na legislação e regulamentação aplicáveis que alterarão o atual regime tributário a que se submete a Companhia, ou que os incentivos fiscais serão efetivamente mantidos nas atuais condições até o final de seus prazos de vigência, ou que será capaz de renovar os incentivos fiscais em condições favoráveis depois de expirados seus prazos atuais. Caso essas mudanças aumentem, direta ou indiretamente, a carga tributária da Companhia pode ter sua margem bruta reduzida, impactando material e adversamente os seus negócios e resultados operacionais.

### **(vi) Concentração bancária no Brasil pode prejudicar a disponibilidade e o custo do crédito.**

De acordo com o Relatório de Economia Bancária 2020, publicado pelo Banco Central do Brasil, em dezembro de 2020, os cinco maiores bancos brasileiros — Banco do Brasil, Bradesco, Caixa Econômica, Itaú Unibanco e Santander — concentravam 67,0% dos ativos totais, o que fez com que o Brasil figurasse no grupo de países com os sistemas bancários mais concentrados do mundo. A título de comparação, em 2018, a concentração era de 69,3%. Essa concentração pode afetar a concorrência, com possíveis efeitos sobre o *spread* bancário e outros preços. Adicionalmente, um eventual problema de relacionamento com um dos bancos pode afetar a capacidade de financiamento da Companhia, de seus clientes e dos consumidores.

### **(vii) Qualquer degradação da classificação de crédito do Brasil (rating) pode afetar negativamente a percepção sobre a Companhia.**

Podemos ser adversamente afetados pela percepção dos investidores quanto aos riscos relacionados à classificação de crédito da dívida soberana do Brasil. As agências de classificação avaliam regularmente o Brasil e suas classificações soberanas, que se baseiam em uma série de fatores, incluindo tendências macroeconômicas, condições fiscais e orçamentárias, métricas de cálculos de dívida e a perspectiva de mudanças em qualquer desses fatores.

Em setembro de 2015, a Standard & Poor's iniciou a revisão da nota de risco de crédito soberano do Brasil, rebaixando-a para um grau abaixo do denominado grau de investimento e, desde então, o Brasil vem sofrendo sucessivos cortes em sua nota pelas três principais agências de classificação de risco no mundo. Após o rebaixamento feito em 30 de setembro de 2015, a Standard & Poor's reduziu novamente a nota de risco de crédito do Brasil de BB+ para BB e, mais recentemente, em 11 de janeiro de 2018, rebaixou a nota de risco de crédito soberano do Brasil de BB para BB- com perspectiva estável, citando o atraso na aprovação de medidas fiscais que reequilibrem as contas públicas. Em fevereiro de 2016, a Moody's rebaixou a nota de risco de crédito do Brasil para um grau abaixo do grau de investimento, para Ba2, com uma perspectiva negativa, alterada em abril de 2018 para uma perspectiva estável. Em fevereiro de 2018, a Fitch rebaixou a nota de risco de crédito soberano do Brasil para BB negativo, nota essa que foi reafirmada em dezembro de 2021, mas com uma perspectiva negativa, citando os riscos para a economia e finanças públicas e trajetória da dívida no contexto de aperto monetário e crescente dúvidas sobre a capacidade do país de cumprir com o teto dos gastos públicos.

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A classificação de crédito soberana do Brasil atualmente é avaliada abaixo do grau de investimento pelas três principais agências de rating acima mencionadas. Conseqüentemente, a percepção sobre o valor de empresas brasileiras foi afetada negativamente. A continuação ou o agravamento da atual situação econômica brasileira e a contínua incerteza política, entre outros fatores, pode levar a novos rebaixamentos. Qualquer nova degradação das classificações de crédito soberano do Brasil poderia aumentar a percepção de risco dos investidores e, como resultado, afetar negativamente a percepção sobre o valor da Companhia.

### **(viii) A inflação e as medidas do Governo Federal para combatê-la podem contribuir para a incerteza econômica no Brasil, afetando adversamente o resultado operacional da Companhia.**

Historicamente, o Brasil tem registrado elevadas taxas de inflação, se comparadas com as economias mais desenvolvidas. Determinadas medidas do Governo Federal para combatê-las, como elevação da taxa de juros básica da economia ("SELIC") tiveram impacto negativo relevante sobre a economia brasileira, na medida em que reduziram o nível de atividade econômica, aumentaram o custo de captação das empresas, além de reduzir os investimentos de longo prazo.

No passado, as medidas adotadas para combater a inflação, bem como a especulação sobre tais medidas, geraram clima de incerteza econômica no Brasil e aumentaram a volatilidade do mercado brasileiro de valores mobiliários. Os índices de inflação anuais foram de -0,53%, 7,55%, 7,32%, 23,12% e 17,78% em 2017, 2018, 2019, 2020 e 2021 respectivamente, de acordo com o Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M), e de 2,95%, 3,75%, 4,31%, 4,52% e 10,06% em 2017, 2018, 2019, 2020 e 2021 respectivamente, de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Caso o Brasil venha a vivenciar significativa inflação no futuro, não é possível prever se a Companhia será capaz de compensar os efeitos da inflação em sua estrutura de custos, por meio do repasse do aumento dos custos decorrentes da inflação para os preços cobrados de seus clientes, o que poderá diminuir as margens operacionais da Companhia. A adoção da política de câmbio flutuante e a desvalorização do Real em relação ao Dólar podem criar pressões inflacionárias adicionais no Brasil, acarretando a necessidade de adoção de políticas recessivas pelo Governo Federal, acompanhadas de altas taxas de juros, que podem afetar a economia como um todo, inclusive o setor de atuação da Companhia.

### **(ix) A instabilidade cambial pode prejudicar a economia brasileira e, conseqüentemente, nossos resultados.**

A moeda brasileira tem sofrido forte oscilação com relação ao dólar e outras moedas fortes ao longo das últimas quatro décadas. Durante todo esse período, o Governo Federal implementou diversos planos econômicos e utilizou diversas políticas cambiais, incluindo desvalorizações repentinas, minidesvalorizações periódicas, sistemas de mercado de câmbio flutuante, controles cambiais e mercado de câmbio duplo. Desde 1999, o Brasil adotou um sistema macroeconômico de metas de inflação, o qual pressupõe câmbio flutuante com intervenções do Banco Central na compra ou venda de moeda estrangeira com o objetivo de garantir o poder de compra da moeda local. De tempos em tempos, houve flutuações significativas da taxa de câmbio entre o Real e o Dólar e outras moedas.



## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Nos últimos anos, houve flutuações significativas da taxa de câmbio entre o Real e o Dólar e outras moedas. Por exemplo, no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, observou-se a desvalorização de 17,1% da moeda brasileira frente ao Dólar, com a taxa de câmbio entre o Real e o Dólar de R\$3,87 por US\$1,00. No exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, observou-se a desvalorização de 4,0% da moeda brasileira frente ao Dólar, com a taxa de câmbio entre o Real e o Dólar de R\$4,03 por US\$1,00. No exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, a taxa de câmbio entre o Real e o Dólar era de R\$5,19 por US\$1,00, representando uma desvalorização da moeda brasileira frente ao Dólar de 28,8%. Já em 31 de dezembro de 2021, a taxa de câmbio entre o Real e o Dólar era de R\$5,57 por US\$1,00, representando uma desvalorização da moeda brasileira frente ao Dólar de 7,3%. Não se pode garantir que o Real não sofrerá valorização ou desvalorização em relação ao Dólar novamente.

A desvalorização do real pode criar pressões inflacionárias adicionais no Brasil e acarretar aumentos das taxas de juros, podendo afetar de modo negativo a economia brasileira como um todo e os nossos resultados, por conta da retração no consumo e do aumento de nossos custos. Por outro lado, a valorização do real pode levar à deterioração das contas correntes do país e da balança de pagamentos, bem como a um enfraquecimento no crescimento do produto interno bruto gerado pela exportação. Não exercemos quaisquer influências sobre a política cambial adotada no Brasil e nem dispomos da capacidade de prevê-la. Nosso negócio, situação financeira, resultados operacionais e perspectivas poderão ser afetados negativamente por mudanças em tais políticas cambiais.

## 4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

Além dos riscos indicados no item 4.1 deste Formulário de Referência, a Companhia também está exposta a determinamos riscos de mercado, os quais referem-se basicamente àqueles inseridos no curso normal dos negócios da Companhia, sejam eles: (i) risco de taxa de câmbio e (ii) risco de taxa de juros.

### (i) Risco de taxa de câmbio

A exposição decorre da existência de ativos e passivos denominados em Dólar, uma vez que a moeda funcional da Companhia é o Real e é denominada exposição cambial natural. A exposição líquida é o resultado da compensação da exposição cambial natural pelos instrumentos adotados pela Companhia.

A exposição líquida consolidada está demonstrada a seguir:

	Em 31 de dezembro de					
	2021	2020	2019	2021	2020	2019
<b>Exposição cambial</b>	valores em US\$ mil			valores em R\$ mil		
Caixa e equivalente de caixa	1.965	26	10	10.965	135	39
Adiantamentos	1.418	1.198	492	7.912	6.228	1.984
<b>Total do ativo</b>	<b>3.383</b>	<b>1.224</b>	<b>502</b>	<b>18.877</b>	<b>6.363</b>	<b>2.023</b>
Fornecedores	-1.618	-1.503	-2.875	-9.030	-7.812	-11.589
Adiantamento de contrato de câmbio	0	0	-30.311	0	0	-122.175
Adiantamentos de clientes	0	-29.186	-11.718	0	-151.670	-47.230
Comissão de agentes de exportação	0	-10.874	-11.892	0	-56.509	-47.934
<b>Total do passivo</b>	<b>-1.618</b>	<b>-41.563</b>	<b>-56.796</b>	<b>-9.030</b>	<b>-215.991</b>	<b>-228.928</b>
<b>Exposição em Dólar</b>	<b>1.765</b>	<b>-40.339</b>	<b>-56.294</b>	<b>9.847</b>	<b>-209.628</b>	<b>-226.905</b>
	valores em €\$ mil			valores em R\$ mil		
Adiantamentos (Ativo)	1.250	632	0	7.900	4.030	0
Fornecedores (Passivo)	-157	0	0	-990	4.030	0
<b>Exposição em Euro</b>	<b>1.093</b>	<b>632</b>	<b>0</b>	<b>6.910</b>	<b>8.060</b>	<b>0</b>

### Análise de sensibilidade da exposição cambial

A Companhia estima que, em um cenário provável em 31 de dezembro de 2022, a taxa de câmbio do Dólar será de 5,60. Essa estimativa é baseada no relatório Focus do Banco Central do Brasil de 31 de dezembro de 2021. Em relação ao Euro, a Companhia estima uma desvalorização da moeda com a mesma paridade do Dólar.

A Companhia fez uma análise de sensibilidade de efeitos no resultado advindos de uma alta na taxa de câmbio de 25% (Cenário 1) e 50% (Cenário 2) em relação ao cenário provável.

A moeda utilizada na análise de sensibilidade e seus respectivos cenários são demonstrados a seguir:

Moeda	Taxa de Câmbio	Cenário Provável	Cenário 1	Cenário 2
USD	5,5805	5,6000	7,0000	8,4000
Euro	6,3210	6,3431	7,9289	9,5146

## 4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

Os impactos no resultado são assim demonstrados:

<b>Instrumento</b>	<b>Valor de Referência</b>	<b>Cenário Provável</b>	<b>Cenário 1</b>	<b>Cenário 2</b>
Caixa e equivalente de caixa	10.965	11.003	13.754	16.505
Adiantamentos	7.912	7.941	9.926	11.911
<b>Total do ativo</b>	<b>18.877</b>	<b>18.944</b>	<b>23.680</b>	<b>28.416</b>
Fornecedores	-9.030	-9.061	-11.326	-13.591
<b>Total do passivo</b>	<b>-9.030</b>	<b>-9.061</b>	<b>-11.326</b>	<b>-13.591</b>
<b>Exposição cambial líquida em Dólar</b>	<b>9.847</b>	<b>9.883</b>	<b>12.354</b>	<b>14.825</b>
Adiantamentos	7.900	7.928	9.910	11.891
Fornecedores	-990	-994	-1.242	-1.490
<b>Exposição cambial líquida em Euro</b>	<b>6.910</b>	<b>6.934</b>	<b>8.668</b>	<b>10.401</b>

### (ii) Risco de Taxa de Juros

Esse risco decorre de passivos de curto e longo prazo com taxas de juros pré ou pós-fixadas e índices de inflação. A Companhia contrata empréstimo e financiamentos junto às principais instituições financeiras no Brasil, fazendo frente às suas necessidades de caixa para investimentos e seu crescimento.

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos, bem como, impactem a demanda por seus produtos. A Companhia está exposta ao risco de taxa de juros referenciadas em CDI e IPCA.

Em 31 de dezembro de 2021, a posição de dívida total (representada pela soma de empréstimos e financiamentos, circulante e não circulante) da Companhia era de R\$925.019 mil, sendo 49% com taxa de juros pós-fixadas, conforme detalhado abaixo:

<b>Valores em milhares de R\$</b>	<b>Indexador</b>	<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>		
		<b>2021</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Empréstimos e Financiamentos	CDI	318.433	151.334	21.019
Empréstimos e Financiamentos	IPCA	132.683	32.899	0

Qualquer aumento nestes indicadores poderá gerar impacto negativo sobre nossas despesas financeiras e resultados operacionais.

A Companhia participa em operações de swap com o objetivo de proteger e gerenciar o risco da taxa de juros. Essas operações visam reduzir a volatilidade da taxa de juros das debêntures série IPCA. A Companhia não possui instrumentos financeiros com fins especulativos.

Em 20 de outubro de 2021, a Companhia realizou a contratação de operações de SWAP de taxas com o objetivo de hedge para as debêntures de série IPCA no montante original de R\$29.347 mil. Nesta operação, houve troca (swap) dos índices de remuneração dessas debêntures correspondente ao IPCA + 5,2% pela taxa do CDI + 0,32%.

## 4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

### Análise de sensibilidade da exposição cambial e taxas de juros

A Companhia estima que, em um cenário provável em 31 de dezembro de 2022, as taxas CDI, IPCA e IGPM, serão de 11,50%, 5,03% e 5,49% respectivamente. Essas estimativas são baseadas no relatório Focus do Banco Central do Brasil de 31 de dezembro de 2021. A estimativa da taxa CDI é baseada na Meta Selic divulgada que acompanha o CDI.

A Companhia fez uma análise de sensibilidade de efeitos no resultado advindos de uma alta na taxa de juros de 25% e 50% em relação ao cenário provável.

As taxas utilizadas na análise de sensibilidade e seus respectivos cenários são demonstrados a seguir:

Taxa	Taxa de Juros	Cenário Provável	Cenário 1	Cenário 2
CDI	9,15%	11,50%	14,38%	17,25%
IPCA	10,06%	5,03%	6,29%	7,55%
IGP-M	17,79%	5,49%	6,86%	8,24%

Os impactos no resultado são assim demonstrados:

Taxa	% a. a.	Ativo	Passivo	Exposição Líquida	Cenário Provável	Cenário 1	Cenário 2
CDI	9,15%	276.506	-318.433	-41.927	-4.821	-6.028	-7.232
IPCA	10,06%	0	-140.349	-140.349	-7.060	-8.824	-10.589
IGP-M	17,79%	0	-5.352	-5.352	-294	-367	-441
		<b>276.506</b>	<b>-464.134</b>	<b>-187.628</b>	<b>-12.175</b>	<b>-15.219</b>	<b>-18.262</b>

### 4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Somos parte em diversos processos administrativos e judiciais relacionados a questões tributárias, trabalhistas, cíveis, ambientais e outros no curso normal de nossos negócios. Para a descrição dos processos relevantes a seguir, selecionamos os processos que acreditamos, com base na análise e avaliação de nossos assessores jurídicos, bem como nosso julgamento de negócios, poderiam influenciar decisões de investimento. Consideramos relevantes os processos em razão do valor envolvido, considerando o valor correspondente a 1% (um por cento) do patrimônio líquido consolidado da Companhia nas últimas demonstrações financeiras anuais, ou em razão dos riscos relacionados à matéria discutida, independentemente de valor.

As provisões são realizadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade – IAS 37 – Provisões Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. O valor reconhecido como provisão considera a melhor estimativa de desembolso exigido para liquidar a obrigação em questão, na data das Demonstrações Financeiras. Para tanto, a Companhia considera o resultado histórico de suas ações judiciais (êxitos e perdas) bem como a evolução jurisprudencial, de forma a se municiar de elementos que indicam o valor a ser provisionado conforme o caso, observadas a legislação e a regulamentação aplicáveis.

A Companhia apresentava as seguintes provisões para ações de natureza trabalhistas, cíveis e tributárias vinculadas a processos judiciais em curso, por natureza, nas datas indicadas:

<b>Natureza (em R\$ milhares)</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
Cíveis	8.377	17.135	15.436
Trabalhistas	2.974	2.890	2.357
Ambiental	494	50	0
<b>Total</b>	<b>11.845</b>	<b>20.075</b>	<b>17.793</b>

Descrevemos a seguir os principais processos judiciais e administrativos individualmente relevantes a que a Companhia estava sujeita em 31 de dezembro de 2021, segregados conforme sua natureza.

Os referidos processos são acompanhados por assessores legais especializados, que orientam a Companhia quanto à possibilidade de perda e posicionamento dos órgãos julgadores de forma a manter as provisões para contingências sempre atualizadas.

#### (i) Processos Tributários

**Autos de Infração: (1) 5419630000194-6 / (2) 5419630000195-4 / (3) 5419630000196-2 / (4) 5419630000197-0 / (5) 5419630000199-7 / (6) 5419630000200-4 / (7) 4141949000060-0 / (8) 4141949000599-3**

<b>Juízo</b>	Delegacia da Receita Estadual de São Luís/MA
<b>Instância</b>	Administrativa
<b>Data de instauração</b>	19/12/2019
<b>Partes no processo</b>	Secretaria da Fazenda do Estado do Maranhão x AVB

### 4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Autos de Infração: (1) 5419630000194-6 / (2) 5419630000195-4 / (3) 5419630000196-2 / (4) 5419630000197-0 / (5) 5419630000199-7 / (6) 5419630000200-4 / (7) 4141949000060-0 / (8) 4141949000599-3

#### Valores, bens ou direitos envolvidos

R\$ 107.845.900,49, sendo o valor por auto: (1) R\$ 836.547,49 / (2) R\$ 713.495,60 / (3) R\$ 221.344,09 / (4) R\$ 25.597.077,05 / (5) R\$ 67.715.493,30 / (6) R\$ 12.463.799,62 / (7) R\$ 269.589,69 / (8) R\$ 28.544,65

Assunto: SINCOEX

Autos de Infração lavrados para exigir o ICMS resultante da diferença entre o financiamento SINCOEX calculado pela Companhia (sobre o ICMS incidente nas operações incentivadas) e aquele apurado pelo Fisco (sobre o valor do ICMS recolhido em guias de arrecadação). Autos lavrados para dois CNPJ's de empresas do grupo da Companhia e por período - 01/2016 a 12/2018.

Argumentos de Defesa da Companhia:

#### Principais fatos

(i) a Companhia sempre calculou o financiamento com base no "CONTRATO DE HABILITAÇÃO PARA SINCOEX" firmado em 2011 com o Estado do Maranhão – e que determina que o valor do benefício deve ser calculado sobre o valor do ICMS incidente sobre suas operações incentivadas; (ii) após mais de 9 anos de vigência do benefício, a forma de cálculo em questão jamais havia sido questionada pela Fiscalização, que, inclusive, validou expressamente o entendimento da Companhia em contatos estabelecidos no ano de 2015;

(iii) o programa eletrônico disponibilizado pela Fazenda Estadual para preenchimento da Declaração de Informações Econômico Fiscais (DIEF) confirma o entendimento adotado pela Companhia, na medida em que é o próprio sistema que: (1º) exige que o contribuinte preencha um campo com os valores de suas saídas incentivadas; (2º) calcula automaticamente o financiamento do SINCOEX sobre os valores informados a título de saídas incentivadas; e, por fim, (3º) "importa" o valor calculado para a aba correspondente à apuração do imposto e subtrai o financiamento do montante a recolher;

(iv) o procedimento de auditoria n. 41419490000280-3 (que abrangeu o mesmo período do lançamento ora combatido) foi encerrado pela Fiscalização no ano de 2019 diante da constatação de que "não foram encontradas irregularidades na apuração do imposto, tampouco

**4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes**

**Autos de Infração: (1) 5419630000194-6 / (2) 5419630000195-4 / (3) 5419630000196-2 / (4) 5419630000197-0 / (5) 5419630000199-7 / (6) 5419630000200-4 / (7) 4141949000060-0 / (8) 4141949000599-3**

na fruição do benefício”.

De forma totalmente arbitrária, contudo, a referida fiscalização foi desconsiderada em razão da suposta identificação de erro material no procedimento (o qual, na verdade, diz respeito exclusivamente à alteração do entendimento fiscal acerca de qual base deveria ser adotada no cálculo do benefício); tendo sido iniciada, na sequência, a auditoria n. 41419490000600-0, que deu origem às autuações em referência.

Movimentação:

Autos 1 a 6:  
16/01/2020 – Impugnação ao Auto de Infração apresentada pela Companhia  
04/11/2020 – Decisão administrativa declarando a procedência da autuação.  
24/11/2020 – Recurso voluntário apresentado pela AVB.

17/03/2022 - Parecer da auditora fiscal: A partir dos novos fatos apresentados, foi identificado equívoco nas declarações do percentual das saídas incentivadas apresentadas pela matriz nos anos de 2016, 2017 e 2018, que pode ter resultado em ICMS a recolher acima do devido pelo auto de infração. Com isso solicito abertura de Revisão de Ofício, de acordo com o previsto pelo Art. 147, inciso VIII, do CTN e art. 185 da lei estadual 7799/2002.”

Autos 7 e 8:  
16/01/2020 - Impugnação ao Auto de Infração apresentada pela Companhia

<b>Chance de perda</b>	Possível
<b>Análise do impacto em caso de perda do processo</b>	Impacto financeiro, não há valor provisionado

**Autos de Infração: (1) 1833672010020151-4 / (2) 1833672009920152-8**

<b>Juízo</b>	Delegacia da Receita Estadual de São Luís/MA
<b>Instância</b>	Administrativa
<b>Data de instauração</b>	11/03/2015
<b>Partes no processo</b>	Delegado da Receita Federal em São Luis/MA x AVB
<b>Valores, bens ou direitos envolvidos</b>	R\$ 10.436.905,18, sendo o valor por auto: (1) R\$ 10.390.033,15 / (2) R\$ 46.872,03

### 4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

**Autos de Infração: (1) 1833672010020151-4 / (2) 1833672009920152-8**

#### Principais fatos

Autos de Infração lavrados em razão da suposta constatação de que, durante o período de agosto de 2010 a junho de 2014, a Impugnante teria realizado importações utilizando-se indevidamente do benefício fiscal de suspensão da Contribuição para o PIS/PASEP – Importação e da COFINS – Importação, instituído pelo Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital (“RECAP”). Para suportar o lançamento fiscal, a Fiscalização alegou que, com o advento do Ato Declaratório Executivo nº 11/2010, expedido para dar cumprimento à decisão liminar proferida nos autos da Ação Civil Pública nº 0028990-42.2010.4.01.3700, movida pelo IBAMA contra a Companhia, todos os incentivos e benefícios fiscais concedidos pelo Poder Público à Companhia estariam suspensos, dentre eles o RECAP. Assim, em razão dessa suposta suspensão do RECAP, a Fiscalização exige crédito tributário de PIS/PASEP - Importação e da COFINS – Importação relativo aos bens importados no período fiscalizado.

Argumentos de Defesa da Companhia: Nas defesas administrativas apresentadas, a Companhia demonstrou (i) a necessidade de cancelamento das autuações, na medida em que a Companhia estava devidamente habilitada no RECAP nas datas de registro das declarações de importação dos bens; (ii) a necessidade de cancelamento das autuações por violação ao art. 146 do CTN (isso porque, tendo sido realizado o desembaraço aduaneiro das mercadorias importadas, já havia sido homologado o autolancamento efetivado pela empresa; (iii) a ausência de qualquer prejuízo ao erário no caso analisado.

Na sequência, a Companhia noticiou, ainda, a necessidade de cancelamento das autuações em razão de fato novo superveniente à apresentação das Impugnações aos Autos de Infração, qual seja: a obtenção, em novembro de 2015, de decisão judicial, nos autos da Medida Cautelar nº 0053468-83.2015.4.01.0000, suspendendo os efeitos da decisão proferida no Agravo de Instrumento interposto pelo IBAMA (o qual, como dito, havia suspenso os benefícios fiscais da empresa). A referida suspensão foi certificada, ainda, nos autos da Ação Civil Pública nº 0028990-42.2010.4.01.3700.



**4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes****Autos de Infração: (1) 1833672010020151-4 / (2) 1833672009920152-8**

	Movimentação:
	Auto 1: 09/04/2015 – Impugnação ao Auto de Infração apresentada pela Companhia 16/11/2017 - Julgaram improcedente a Impugnação, mantiveram o lançamento. (auto 1) 18/12/2017 – Recurso voluntário apresentado pela AVB.
	Auto 2: 09/04/2015 – Impugnação apresentada
<b>Chance de perda</b>	Possível
<b>Análise do impacto em caso de perda do processo</b>	Impacto financeiro, não há valor provisionado

**Auto de Infração n.º 1833672010520197-1**

<b>Juízo</b>	Delegacia da Receita Federal em São Luís/MA
<b>Instância</b>	Administrativa
<b>Data de instauração</b>	18/06/2019
<b>Partes no processo</b>	Inspetor da Inspetoria do Porto de São Luis/MA x AVB
<b>Valores, bens ou direitos envolvidos</b>	R\$5.278.153,91
<b>Principais fatos</b>	<p>Autos de Infração lavrados para cobrança de PIS-Importação e COFINS-Importação supostamente devidos pela Companhia na medida em que, segundo a fiscalização, a Companhia teria efetuado diversas importações se utilizando indevidamente do benefício, mesmo tendo a sua habilitação no âmbito do RECAP cancelada no período autuado.</p> <p>Argumentos de Defesa da Companhia: Na peça de defesa, a Companhia demonstrou que, na realidade, o RECAP havia sido indevidamente cancelado pelo ADE nº 02/2017 em razão de erro material incorrido pela Companhia quando da realização do pedido de cancelamento de outro benefício fiscal. Diante deste contexto, pleiteou-se: (i) o cancelamento da autuação, na medida em que o cancelamento do RECAP decorreu de vício de vontade; (ii) cancelamento da autuação por violação ao art. 146 do CTN (isso porque, tendo sido realizado o desembaraço das mercadorias pelo Canal Vermelho, já havia sido homologado o autolancamento efetivado pela empresa); (iii) subsidiariamente, necessidade de cancelamento da multa regulamentar de 1%, uma vez que a</p>

**4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes****Auto de Infração n.º 1833672010520197-1**

mercadoria estava perfeitamente identificada e caracterizada.

Na sequência, em petição de fatos novos apresentada em setembro de 2019, a Companhia comprovou a superveniência de Despacho Decisório proferido no PTA nº 10325.720883/2019-87 (pedido de revisão do pedido de cancelamento do RECAP), por meio do qual da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Imperatriz/MA houve por bem “ACOLHER O PEDIDO FORMULADO PELA REQUERENTE E, CONSEQUENTEMENTE, DECLARAR: (a) o cancelamento do ADE nº 02/2017 (...) com o consequente restabelecimento dos efeitos do Ato Declaratório Executivo Nº 07, datado de 16 de dezembro de 2015, constante do processo original nº 10325.721.469/2015-61; ou seja, restabelecendo o seu estado “a quo”; (...)”. A referida decisão foi tornada pública por meio do Ato Declaratório Executivo nº 04/2019.

Movimentação:

24/07/2019 – Impugnação ao auto de infração apresentada pela Companhia

**Chance de perda**

Possível

**Análise do impacto em caso de perda do processo**

Impacto financeiro, não há valor provisionado

**Auto de Infração: 47216300016-8**

**Juízo**

Delegacia da Receita Estadual em São Luís/MA

**Instância**

Administrativa

**Data de instauração**

10/05/2021

**Partes no processo**

Secretaria da Fazenda do Estado do Maranhão x AVB

**Valores, bens ou direitos envolvidos**

R\$ 36.466.013,19

Auto de Infração lavrado para cobrança de ICMS supostamente devido pela Companhia em razão da realização, no período compreendido entre abril/2016 e setembro/2020, de operações de aquisição interestadual de energia elétrica destinada a consumo final.

**Principais fatos**

Argumentos de Defesa da Companhia:

(a) o ICMS exigido pelo Estado do Maranhão é devido em razão de uma operação interna de consumo de energia, não havendo que se falar em

**4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes****Auto de Infração: 47216300016-8**

falta de recolhimento pela Companhia, mas, na realidade, em aplicação do regime de diferimento previsto no art. 1º, § 1º, I, da Lei nº 7.977/03; (b) a literalidade dos arts. 2º, § 1º, III, e 3º, III, da Lei Complementar nº 87/96 (integralmente reproduzidos pelo RICMS do Estado do Maranhão) excetua, da hipótese de incidência do tributo estadual, os casos em que o insumo é, cumulativamente, (i) adquirido em operação interestadual e (ii) destinado ao processo de industrialização do adquirente

**Movimentação:**

16/06/2021 Impugnação ao auto de infração apresentada.

20/07/2021 Decisão Administrativa - "Face ao exposto e de conformidade com as peças que constam dos autos, julga-se PROCEDENTE O AUTO DE INFRAÇÃO".

05/08/2021 Recurso Voluntário interposto pela Companhia.

---

**Chance de perda**


---

 Possível
 

---



---

**Análise do impacto em caso de perda do processo**


---

 Impacto financeiro, não há valor provisionado
 

---

**(ii) Processos Cíveis****Processos nº 0002564-71.2016.8.10.0022 e 0003010-74.2016.8.10.0022**

<b>Juízo</b>	2ª vara cível de Açailândia/MA
<b>Instância</b>	1ª Instância
<b>Data de instauração</b>	2016
<b>Partes no processo</b>	Pessoas Físicas x AVB
<b>Valores, bens ou direitos envolvidos</b>	Valor da causa, respectivamente, R\$ 806.080,00 e R\$ 110.400,00, com pedido de indenização por danos morais e materiais decorrentes de acidente com moinha de carvão da Companhia.
<b>Principais fatos</b>	Tratam-se de ações de indenização por danos morais, materiais e lucros cessantes, decorrentes de queimaduras de 3º grau sofridos pelos autores ao se deslocarem pelas dependências da Companhia e pisarem em munha de carvão, argumentando que, pelas sequelas, não poderiam mais prover o seu próprio sustento, passando a depender de terceiros, necessitando, ainda, de medicamentos, cirurgias reparadoras e fisioterapia diariamente. Imputam a responsabilidade do dano

**4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes****Processos nº 0002564-71.2016.8.10.0022 e 0003010-74.2016.8.10.0022**

à Companhia sob argumentação de não haver, a mesma, adotado medidas para impedir o acidente ocorrido, tendo em vista que, supostamente, se trataria de uma área de livre acesso e sem a existência de proteção, advertência ou sinalização.

A Companhia, em sua defesa, demonstrou que a propriedade da Companhia é devidamente murada e cercada, além de conter várias sinalizações que advertem quanto a existência de perigos no local. Além disso, demonstrou que a propriedade é dotada de portaria, com a presença de vigias, sendo expressamente proibida a entrada de terceiros, não possuindo a Companhia, qualquer responsabilidade sobre os acidentes ocorridos. Por fim, pelas próprias alegações dos Autores é possível inferir que se tratou de invasão à propriedade privada, para furto de carvão, e que os autores estavam cientes de sua conduta ilegal, bem como dos riscos ao qual estavam se submetendo ao invadirem uma área industrial, sendo o caso de culpa exclusiva da própria vítima.

Atualmente os processos encontram-se em fase de conhecimento.

**Chance de perda**

Possível

**Análise do impacto em caso de perda do processo**

Impacto financeiro, não há valor provisionado

**Processo nº 0803497-74.2017.8.10.0022**

**Juízo**

1ª vara cível de Açailândia/MA

**Instância**

1ª Instância

**Data de instauração**

2017

**Partes no processo**

Ministério Público do Estado do Maranhão x AVB, Ricardo Carvalho Nascimento, Ancelmo Leandro Rocha, Bento Vieira Sousa, Diomar da Silva Freire, Fabio Pereira da Cruz, Josélia Santos, José Pedro Coelho Júnior, José Vagnaldo Oliveira, Luiz Carlos Silva, Marcio Aníbal Gomes Vieira, Maria de Fátima Silva Camelo, Sergiomar Santos de Assis e Metal X - Indústria, Comércio e Serviços LTDA – EPP.

**Valores, bens ou direitos envolvidos**

Valor da causa R\$ 100.000,00.

### 4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Processo nº 0803497-74.2017.8.10.0022

Trata-se de Ação Civil Pública por Atos de Improbidade Administrativa visando afastamento de agentes públicos de cargos, condenação de todos os requeridos por atos de improbidade e nas sanções da Lei Anticorrupção, sendo arrolados como réus vereadores, empresas e diretores. Aduz o Ministério Público que as empresas, apesar de não serem agentes públicos, pagaram propina para os vereadores aprovarem lei municipal que concedeu isenção de impostos, beneficiando-se, elas, desta lei em detrimento da municipalidade.

Na ação, o Ministério Público requer:

- 1) A condenação de todos os Requeridos nas sanções previstas no artigo 12, I, da Lei nº 8.429/92, em razão da prática de atos de improbidade administrativa que importaram em enriquecimento ilícito, descritos no artigo 9º, caput e inciso I, da mesma lei, no que lhes for aplicável.
- 2) A condenação de todos os Requeridos, também, nas penas estipuladas no artigo 12, III, da Lei nº 8.429/92, em razão da prática de atos de improbidade administrativa que atentaram contra os princípios da Administração Pública, inculpidos no artigo 11, caput, da mesma lei.
- 3) O reconhecimento da prática de atos lesivos à administração pública previstos na Lei Anticorrupção, praticados no interesse e/ou benefício das pessoas jurídicas da Companhia e METAL X - INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA. EPP, aplicando-lhes as sanções previstas no art. 19 e 6º da Lei nº 12.846/2013.

#### Principais fatos

A Ação ainda não foi recebida pelo juízo, de modo que ainda é possível que sejam utilizados novos argumentos no momento de apresentação da contestação, caso a ação venha a ser recebida.

No entanto, já foi apresentada pelas partes manifestação prévia, cujos principais argumentos de defesa dizem respeito a:

- 1 – A ausência de provas suficientes e idôneas a justificar o recebimento da Ação vez que o pedido se fundamenta apenas no depoimento duvidoso de uma única testemunha, e que foi orquestrado por adversários políticos dos vereadores incluídos no polo passivo, sendo nítido que o objeto da demanda se trata de retaliação política.

### 4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Processo nº 0803497-74.2017.8.10.0022

2 – Que a demanda deve ser extinta por haver se fundamentado em provas obtidas ilicitamente através da quebra ilegal do sigilo bancário das partes.

3 – Que a conduta imputada à Companhia inexistente, vez que os valores transferidos à outra empresa ré, não dizem respeito a pagamento de propina, sendo apenas reflexos das relações comerciais mantidas entre elas, especialmente pela locação de equipamentos para utilização nas obras civis da construção de uma usina de aço, o que foi demonstrado pela Nota Fiscal juntada aos autos e laudo de evolução das obras.

4 - A inexistência de qualquer motivo plausível para que a Companhia pagasse propina para a aprovação de um projeto de lei que nada lhe beneficiaria, vez que ela não é beneficiária direta da isenção de ISSQN, na medida que não é prestadora de serviços e contribuinte deste tributo, trabalhando apenas com atividade de venda de produtos siderúrgicos, de modo que a aprovação do projeto de lei não diminuiria sua carga tributária.

5 – Que o projeto de lei foi aprovado apenas com alterações em sua redação original, o que inclusive implicou em aumento da carga tributária em relação à legislação que vigia anteriormente, de modo que a lei anterior era mais benéfica para que a lei que foi aprovada, sendo mais um indício da incoerência e inveracidade das alegações.

6 – Que não houve a condenação criminal dos envolvidos pelos fatos constantes da inicial da Ação Civil Pública.

Na data deste Formulário de Referência a Ação ainda não foi recebida pelo juízo, havendo ocorrido apenas a intimação dos requeridos para apresentação de manifestação prévia, tendo sido ofertadas as razões para que a ação não seja recebida.

Após a apresentação prévia houve apenas um único andamento relevante, que diz respeito ao fato de o juízo da 1ª Vara Cível de Açailândia haver se declarado incompetente para julgar o feito, em

### 4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

#### Processo nº 0803497-74.2017.8.10.0022

setembro/2020, pelo que o processo foi remetido para a Vara da Fazenda Pública de Açailândia.

Desde então não houve qualquer outro andamento, de modo que ainda está se aguardando a apreciação das manifestações prévias apresentadas pelas partes para que seja decidido se a Ação será recebida pelo juízo ou não.

Caso a Ação venha a ser recebida os réus serão intimados para apresentar contestação.

#### Chance de perda

Possível

#### Análise do impacto em caso de perda do processo

Em caso de perda, os requeridos estão sujeitos às penalidades abaixo, que podem ser aplicadas isoladas ou cumulativamente de acordo com a gravidade do fato: perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio; ressarcimento integral do dano; suspensão dos direitos políticos por 03 a 10 anos; pagamento de multa civil de até três vezes o valor do acréscimo patrimonial; proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, pelo prazo de 01 a 10 anos; suspensão ou interdição parcial de suas atividades; multa administrativa no valor de 0,1% (um décimo por cento) a 20% (vinte por cento) do faturamento bruto do último exercício anterior ao da instauração do processo administrativo.

#### (iii) Processos Ambientais

#### Processo nº 0030443-72.2010.4.013.700

<b>Juízo</b>	8ª vara federal São Luis/MA
<b>Instância</b>	2ª instância
<b>Data de instauração</b>	2010
<b>Partes no processo</b>	IBAMA x AVB
<b>Valores, bens ou direitos envolvidos</b>	Valor da causa R\$ 10.000,00.
<b>Principais fatos</b>	Ação Civil Pública com pedido de recuperação de suposta área degradada de 7 hectares de Área de Preservação Permanente, ou de pagamento de indenização correspondente, em decorrência do auto de infração nº 487126/D. Sentença publicada em abril de 2013, julgando procedentes os pedidos, para condenar a Companhia em: a) obrigação de fazer, consistente na recuperação da área degradada, local denominado Fazenda Lagoa da Floresta, situado no Município de Barra do

### 4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Corda/MA; e b) obrigação de pagar quantia pelos danos causados e que não forem passíveis de recuperação in natura (restauração).

Apelação protocolada pela Companhia e ainda não julgada.

<b>Chance de perda</b>	Provável
<b>Análise do impacto em caso de perda do processo</b>	Impacto financeiro, provisão de R\$50.000,00.

#### Processo nº 00289904220104013700

<b>Juízo</b>	2ª vara federal de Imperatriz/MA
<b>Instância</b>	2ª instância
<b>Data de instauração</b>	2010
<b>Partes no processo</b>	IBAMA x AVB, Ricardo Carvalho Nascimento e Sílvia Carvalho Nascimento e Silva
<b>Valores, bens ou direitos envolvidos</b>	Valor da causa R\$ 10.000,00.
<b>Principais fatos</b>	<p>Ação Civil Pública com pedido de recuperação de danos ambientais ou pagamento de valor correspondente, por, supostamente adquirir carvão vegetal, sem exibir a licença do vendedor outorgada pela autoridade competente, e consumido na produção de gusa nos anos de 2001 a 2004. Sentença publicada em outubro de 2019, julgando parcialmente procedentes os pedidos, para condenar a Companhia em: a) obrigação de fazer, consistente em promover a recuperação de 2.729,55 ha de Floresta Amazônica localizada na Reserva Biológica do Gurupi/MA; ou, alternativamente, b) obrigação de pagar quantia pelos danos causados e que não forem passíveis de recuperação in natura; ou, alternativamente, c) compensar a área com outra equivalente em importância ecológica e extensão</p> <p>Embargos de Declaração protocolados pelos réus e ainda não julgados.</p>
<b>Chance de perda</b>	Possível
<b>Análise do impacto em caso de perda do processo</b>	Impacto financeiro, não há valor provisionado.

#### Processo nº 1001549-25.2017.4.01.3700

<b>Juízo</b>	8ª vara federal de São Luis/MA
<b>Instância</b>	2ª instância
<b>Data de instauração</b>	2010
<b>Partes no processo</b>	Ministério Público Federal (MPF) x AVB
<b>Valores, bens ou direitos envolvidos</b>	Valor da causa R\$ 1.000.000,00.



### 4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

<b>Principais fatos</b>	Ação Civil Pública que objetiva o reconhecimento de responsabilidade civil indireta - de natureza ambiental - pela utilização de carvão florestal de origem supostamente ilícita (poluidor indireto), e consumido na produção de gusa nos anos de 2009 a 2012. Sentença publicada em setembro de 2019, julgando totalmente improcedentes os pedidos.
<b>Chance de perda</b>	Apelação protocolada pelo MPF e ainda não julgada. Possível
<b>Análise do impacto em caso de perda do processo</b>	Impacto financeiro, não há valor provisionado.

Processo nº 00025917820074013700	
<b>Juízo</b>	5ª vara federal de São Luis/MA
<b>Instância</b>	2ª instância
<b>Data de instauração</b>	2007
<b>Partes no processo</b>	AVB x IBAMA
<b>Valores, bens ou direitos envolvidos</b>	Valor da causa R\$ 38.636.815,00. Ação anulatória distribuída pela AVB, para que seja declarada a nulidade do Auto de Infração nº 487094/D, lavrado pelo IBAMA. O auto de infração deu origem à Ação Civil Pública 00289904220104013700, e versa sobre suposta aquisição de carvão vegetal, sem licença do vendedor outorgada pela autoridade competente, e consumo na produção de gusa nos anos de 2001 a 2004. Em sua petição inicial a Companhia argumenta que o auto de infração foi lavrado por agente incompetente, além de ter violado os princípios da proporcionalidade, razoabilidade, ampla defesa e legalidade.
<b>Principais fatos</b>	Foi proferida Sentença favorável à Companhia, determinando a anulação do auto de infração, confirmada por acórdão do Tribunal Regional Federal da 1ª Região. O IBAMA, por sua vez, apresentou recurso especial ao Superior Tribunal de Justiça não recebido. Agravo em Recurso Especial distribuído pelo IBAMA em abril de 2022.
<b>Chance de perda</b>	Remota
<b>Análise do impacto em caso de perda do processo</b>	Impacto financeiro, não há valor provisionado.

**4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes****(iv) Processos Trabalhistas**

RT 08854.2012.023-16-00-2	
<b>Juízo</b>	2ª Vara do Trabalho de Imperatriz
<b>Instância</b>	2ª instância
<b>Data de instauração</b>	19/11/2012
<b>Partes no processo</b>	Espólio de V.S.A. x Serralheria Betel e AVB
<b>Valores, bens ou direitos envolvidos</b>	Valor da causa R\$ 3.087.000,00.
<b>Principais fatos</b>	<p>Pedido de Indenização por danos morais e materiais decorrentes de acidente de trabalho fatal - responsabilidade subsidiária da AVB. Sentença em maio de 2013 julgando procedente em parte a ação arbitrando provisoriamente o valor da condenação de R\$ 300.000,00.</p> <p>Decisão objeto de recurso ordinário e recurso de revista.</p> <p>Recursos ainda não distribuídos no Tribunal Superior do Trabalho (TST).</p>
<b>Chance de perda</b>	Provável
<b>Análise do impacto em caso de perda do processo</b>	Impacto financeiro, provisão de R\$920.000,00.

RT 0016130-35.2015.5.16	
<b>Juízo</b>	Vara do Trabalho de Açailândia
<b>Instância</b>	2ª instância
<b>Data de instauração</b>	02/02/2015
<b>Partes no processo</b>	Espólio de T.P.S. x AVB
<b>Valores, bens ou direitos envolvidos</b>	Valor da causa R\$ 1.630.720,32.
<b>Principais fatos</b>	<p>Pedido de Indenização por danos morais e materiais decorrentes de acidente fatal de trabalho. Sentença em outubro de 2019 julgando procedente em parte a ação arbitrando provisoriamente o valor da condenação de R\$ 151.398,56.</p> <p>Decisão objeto de recurso ordinário, recurso de revista, agravo sobre recurso de revista, sendo que o agravo ainda não foi julgado.</p>
<b>Chance de perda</b>	Provável
<b>Análise do impacto em caso de perda do processo</b>	Impacto Financeiro, provisão de R\$180.000,00.

**4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes**

RT 0017037-05.2018.5.16.0013	
<b>Juízo</b>	Vara do Trabalho de Açailândia
<b>Instância</b>	2ª instância
<b>Data de instauração</b>	22/10/2018
<b>Partes no processo</b>	Espólio de J.H.A. x AVB
<b>Valores, bens ou direitos envolvidos</b>	Valor da causa R\$ 1.691.285,800.
<b>Principais fatos</b>	<p>Pedido de Indenização por danos morais e materiais decorrentes de acidente fatal de trabalho. Sentença em maio de 2019 julgando procedente a ação, arbitrando provisoriamente o valor da condenação de R\$ 790.000,00.</p> <p>Decisão objeto de recurso ordinário, recurso de revista e agravo sobre recurso de revista apresentados pela Companhia, sendo que o agravo ainda não foi julgado.</p>
<b>Chance de perda</b>	Provável
<b>Análise do impacto em caso de perda do processo</b>	Impacto Financeiro, provisão de R\$968.000,00.

**(v) Processos Criminais**

Processo nº 0805993-37.2021.8.10.0022	
<b>Juízo</b>	1ª Vara Criminal de Açailândia
<b>Instância</b>	1ª instância
<b>Data de instauração</b>	01/12/2021
<b>Partes no processo</b>	Ministério Público Estadual x AVB
<b>Valores, bens ou direitos envolvidos</b>	Valor da causa R\$ 0,00.
<b>Principais fatos</b>	<p>Trata-se de ação penal onde a Companhia foi denunciada por, supostamente, ter ocasionado derramamento de material conhecido como Lama, rejeito de produção de ferro gusa, na BR-222, em abril de 2018, bem como por funcionar sem a competente autorização do órgão ambiental. Essa ação teve origem em processo administrativo do IBAMA, no auto de infração nº 184/2018, que versa sobre tais fatos, considerado na descrição constante no item 4.6 abaixo.</p> <p>A Companhia até a presente data não foi citada para responder à acusação.</p>
<b>Chance de perda</b>	Possível
<b>Análise do impacto em caso de perda do processo</b>	Não há impacto financeiro

**4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes**

Processo nº 0800119-34.2022.8.10.0023	
<b>Juízo</b>	Juizado Especial Cível e Criminal de Açailândia
<b>Instância</b>	1ª instância
<b>Data de instauração</b>	10/02/2022
<b>Partes no processo</b>	Ministério Público Estadual x AVB e Ricardo Carvalho Nascimento
<b>Valores, bens ou direitos envolvidos</b>	Valor da causa R\$ 0,00.  Trata-se de ação penal onde a Companhia e Ricardo foram denunciados por, supostamente, terem degradado uma área em razão da atividade de extração mineral situada na Fazenda Espanha, Zona Rural do município de São Francisco do Brejão/MA, que deveria ter sido recuperada.  A Companhia e Ricardo foram citados em maio de 2022, tendo apresentado defesa em que alegaram:
<b>Principais fatos</b>	(i) extinção da sua punibilidade em razão da ocorrência da prescrição da pretensão punitiva; (ii) prévia composição do dano – aplicação do Art. 76, da Lei 9.099/95 – oferecimento de transação penal; (iii) e, quanto ao mérito, discordaram dos termos da denúncia.  Essa ação teve origem em processo administrativo do IBAMA, no auto de infração nº 005/2019, que versa sobre tais fatos, considerado na descrição constante no item 4.6 abaixo.
<b>Chance de perda</b>	Possível
<b>Análise do impacto em caso de perda do processo</b>	Não há impacto financeiro

**4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.3**

Os processos descritos no item 4.3 acima, com classificação de perda provável, têm como valor total de provisão o montante de R\$2.118.000,00 em 31 de dezembro de 2021.

**4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores**

Não aplicável, tendo em vista que, nos termos da Instrução CVM 480, este item é facultativo para emissores de valores mobiliários registrados na categoria B.

## **4.5 - Processos Sigilosos Relevantes**

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia e suas controladas não figuram como parte em processos sigilosos que sejam considerados relevantes.

## 4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto

Apresentamos abaixo os processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, em que a Companhia ou suas controladas figuram no polo passivo em 31 de dezembro de 2021, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, não sigilosos e relevantes em conjunto:

### Ações Cíveis

A Companhia figura como parte, no polo passivo, em 55 processos judiciais cíveis, movidos por pessoas físicas em Açailândia/MA, relacionados pedidos de indenização por danos morais e materiais por suposta poluição. Atualmente, já há algumas decisões condenatórias transitadas em julgado contra a Companhia, algumas já em fase de cumprimento de sentença.

- a) Valores envolvidos: R\$10.745.253,00
- b) Prática da Companhia que causou tal contingência: Suposta poluição causada por unidade da Companhia localizada no município.
- c) Valor provisionado: R\$6.138.253,00

### Ações Ambientais

A Companhia figura como parte, no polo passivo, em 38 autos de infração de natureza ambiental, lavrados pelo IBAMA, pela Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Maranhão, pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Açailândia/MA, ou pela SEMAD/MG. Todos os processos tramitam na esfera administrativa ou judicial, aguardando decisão sobre as defesas apresentadas pela Companhia.

- a) Valores envolvidos: R\$23.033.508,00
- b) Prática da Companhia que causou tal contingência: Os assuntos dos autos de infração versam sobre (i) recebimento de carvão vegetal de espécies nativas sem licença válida, com Documentos de Origem Florestal - DOFs emitidos com suposta divergência de volume igual ou superior a 11%, diferenciando-se umas das outras pelo fornecedor do carvão; (ii) suposto descumprimento de condicionantes de licenças ambientais; (iii) lançamento de efluentes em desacordo com a Resolução Conama; (iv) condução de atividades sem licença ou autorização do órgão ambiental competente; (v) fazer funcionar a atividade de gusa sem licença do órgão ambiental competente; (vi) descumprir o rodízio de monitoramento de chaminés especificado no Decreto 29.669/13; (vii) desmatamento de forma supostamente irregular, e (viii) adquirir, transportar, produzir, comercializar, armazenar ou utilizar carvão plantado sem observar requisitos previstos nas normas legais vigentes.
- c) Valor provisionado: R\$444.3440,00

## **4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto**

### **4.6.1. Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.6**

Os processos descritos no item 4.6 acima têm como valor total de provisão o montante de R\$ 6.582.593,00, em 31 de dezembro de 2021.



## **4.7 - Outras Contingências Relevantes**

Não existem outras contingências relevantes que não tenham sido divulgadas neste item 4 do Formulário de Referência.

#### **4.8 - Regras do País de Origem e do País em Que os Valores Mobiliários Estão Custodiados**

Não se aplica, uma vez que a Companhia não é categorizada como emissora estrangeira.

## **5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos**

Não aplicável, tendo em vista que, nos termos da Instrução CVM 480, este item é facultativo para emissores de valores mobiliários registrados na categoria B.

## **5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado**

Não aplicável, tendo em vista que, nos termos da Instrução CVM 480, este item é facultativo para emissores de valores mobiliários registrados na categoria B.

### 5.3 - Descrição Dos Controles Internos

**a. as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las**

Não aplicável, tendo em vista que, nos termos da Instrução CVM 480, este item é facultativo para emissores de valores mobiliários registrados na categoria B.

**b. as estruturas organizacionais envolvidas**

Não aplicável, tendo em vista que, nos termos da Instrução CVM 480, este item é facultativo para emissores de valores mobiliários registrados na categoria B.

**c. se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento**

Não aplicável, tendo em vista que, nos termos da Instrução CVM 480, este item é facultativo para emissores de valores mobiliários registrados na categoria B.

**d. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente**

Os auditores externos da Companhia, quando da execução de seus trabalhos de auditoria das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não houve deficiências significativas reportadas, conforme relatório de auditoria e de acordo com o previsto no inciso II do artigo 25 da Resolução CVM nº 23/2021.

Na avaliação desses riscos, segundo as normas de auditoria, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras, com o objetivo de planejar os procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. O resultado sobre a avaliação dos controles, por parte dos auditores, é apresentado à Companhia, acompanhados de sugestões de aprimoramento.

É importante destacar que todas as sugestões ou comentários efetuados pela auditoria devem ser analisados e interpretados dentro do contexto do referido relatório. Adicionalmente, os efeitos de alguns dos aprimoramentos citados no referido relatório são considerados imateriais para fins da elaboração de nossas demonstrações financeiras.

**e. comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas**

Com base no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente sobre os controles internos relacionados ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, não houve deficiências significativas

### **5.3 - Descrição Dos Controles Internos**

reportadas. Apesar disso, foram realizados planos de ação para a melhoria de tais controles, ainda que as deficiências encontradas não afetem de forma relevante as Demonstrações Financeiras.

## 5.4 - Programa de Integridade

**a. se a Companhia possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:**

***i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pela Companhia, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas***

A Companhia, por meio de seu Conselho de Administração, aprovou em 07 de julho de 2017 o seu Código de Conduta. O documento trata de valores, princípios éticos, responsabilidades e normas de conduta que orientam a empresa e permitem avaliar grande parte das situações. O Código busca, ainda, minimizar a subjetividade das interpretações pessoais sobre princípios morais e éticos da Companhia.

Além disso, foi criado um Comitê Interno de Ética, responsável por analisar, investigar e atuar nos potenciais desvios de conduta e apoiar no esclarecimento de eventuais dúvidas dos Integrantes. Reafirmando o compromisso da Companhia com o tema, são promovidos treinamentos periódicos com os colaboradores de todos os níveis.

***ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes***

O Comitê Interno de Ética, que reporta diretamente à diretoria, é responsável pelo recebimento e apuração das denúncias, sendo assessorado por comissão investigativa externa na investigação e apuração de denúncias específicas.

***iii. se a Companhia possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:***

***• se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados***

O Código de Conduta foi aprovado em 07/07/2017 e revisado pelo Conselho de Administração da Companhia em 28/03/2022, sendo aplicável aos acionistas, membros do Conselho de Administração, diretores executivos, colaboradores diretos e indiretos, estagiários, prestadores de serviço e por qualquer pessoa que atue em nome da Companhia ou que com a Companhia se relacione. O Código de Conduta, conforme alterado de tempos em tempos, é aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia.

## 5.4 - Programa de Integridade

- ***se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema***

Todos os colaboradores da Companhia são cientificados e treinados a respeito do conteúdo do Código de Conduta da Companhia no momento de sua contratação, e, os administradores, no momento de sua eleição. Além disso, sempre que ocorrem atualizações do conteúdo do Código de Conduta, seu conteúdo é novamente divulgado e disponibilizado para todos os administradores, colaboradores, fornecedores e de suas controladas.

- ***as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas***

Nos casos em que houver violação ou suspeita de violação de qualquer dos dispositivos do Código de Conduta da Companhia, o Comitê Interno de Ética será acionado, e avaliará os fatos apresentados, aplicando, conforme o caso, as medidas disciplinares abaixo, em qualquer ordem, dependendo da gravidade da situação: (a) advertência por escrito; (b) suspensão; (c) demissão sem justa causa; e (d) demissão por justa causa.

- ***órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado***

A última versão do Código de Conduta foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 28/03/2022, e está disponível para consulta nos websites da Companhia ([www.avb.com.br](http://www.avb.com.br)) e da CVM ([www.gov.br/cvm](http://www.gov.br/cvm)).

### **b. se a Companhia possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:**

- ***se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros***

A Companhia possui um canal confidencial de denúncias externo (“Canal Confidencial”), acessível por meio do site [www.contatoconfidencial.com.br/avb](http://www.contatoconfidencial.com.br/avb), ou através do número: 0800 033 0392, por meio do qual todos os colaboradores da Companhia e de suas eventuais controladas, bem como o seu público externo, podem reportar dúvidas, suspeitas ou violações ao Código de Conduta, às demais políticas da Companhia e/ou à legislação vigente de maneira confidencial, anônima (se desejado) e sem retaliação.

- ***se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados***

Conforme descrito acima, os canais para recebimento de denúncias são disponíveis para o público interno/externo.



## 5.4 - Programa de Integridade

- ***se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé***

O anonimato é garantido pela empresa terceirizada que recebe as denúncias para os colaboradores e pessoas externas que não queiram se identificar, mas realizam relatos sobre situações que inferem as regras de conduta ética.

- ***órgão da Companhia responsável pela apuração de denúncias***

Todos os casos reportados são apurados pelo Comitê Interno de Ética, que reporta diretamente à Diretoria, além de garantir que quaisquer reportes recebidos por meio do Canal Confidencial sejam endereçados aos setores responsáveis da Companhia e que as medidas cabíveis sejam tomadas.

- c. se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas***

Em operações societárias que envolvem fusão, cisão, aquisição de sociedades ou ações, ou outros tipos de reestruturação, a Companhia deverá adotar todos os mais altos padrões de diligência jurídica e contábil para avaliar as contrapartes envolvidas nas operações. Entre elas, aplicam-se verificações de integridade das sociedades alvo e de seus acionistas e administradores. Para tanto, a Companhia contrata empresas de consultoria externa e escritórios de advocacia, que se reportam à diretoria para fins de avaliação, visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares relacionadas às pessoas jurídicas envolvidas.

- d. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido***

Conforme descrito nos itens anteriores, a Companhia possui Código de Conduta que regula as relações de seus colaboradores com, entre outros, com a Administração Pública. A Companhia possui também uma Política Anticorrupção e Antissuborno, com a finalidade de estabelecer padrões mínimos de comportamento para seus colaboradores, independentemente de seu nível hierárquico, e terceiros frente a situações que possam envolver ou caracterizar atos de corrupção e suborno, especificamente no que concerne ao relacionamento com o Poder Público, deixando clara a postura de absoluta intolerância da Companhia ante qualquer ato ilícito.

## **5.5 - Alterações significativas**

Não aplicável, tendo em vista que, nos termos da Instrução CVM 480, este item é facultativo para emissores de valores mobiliários registrados na categoria B.

## **5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos**

Não existem outras informações consideradas relevantes além daquelas divulgadas nos itens anteriores.

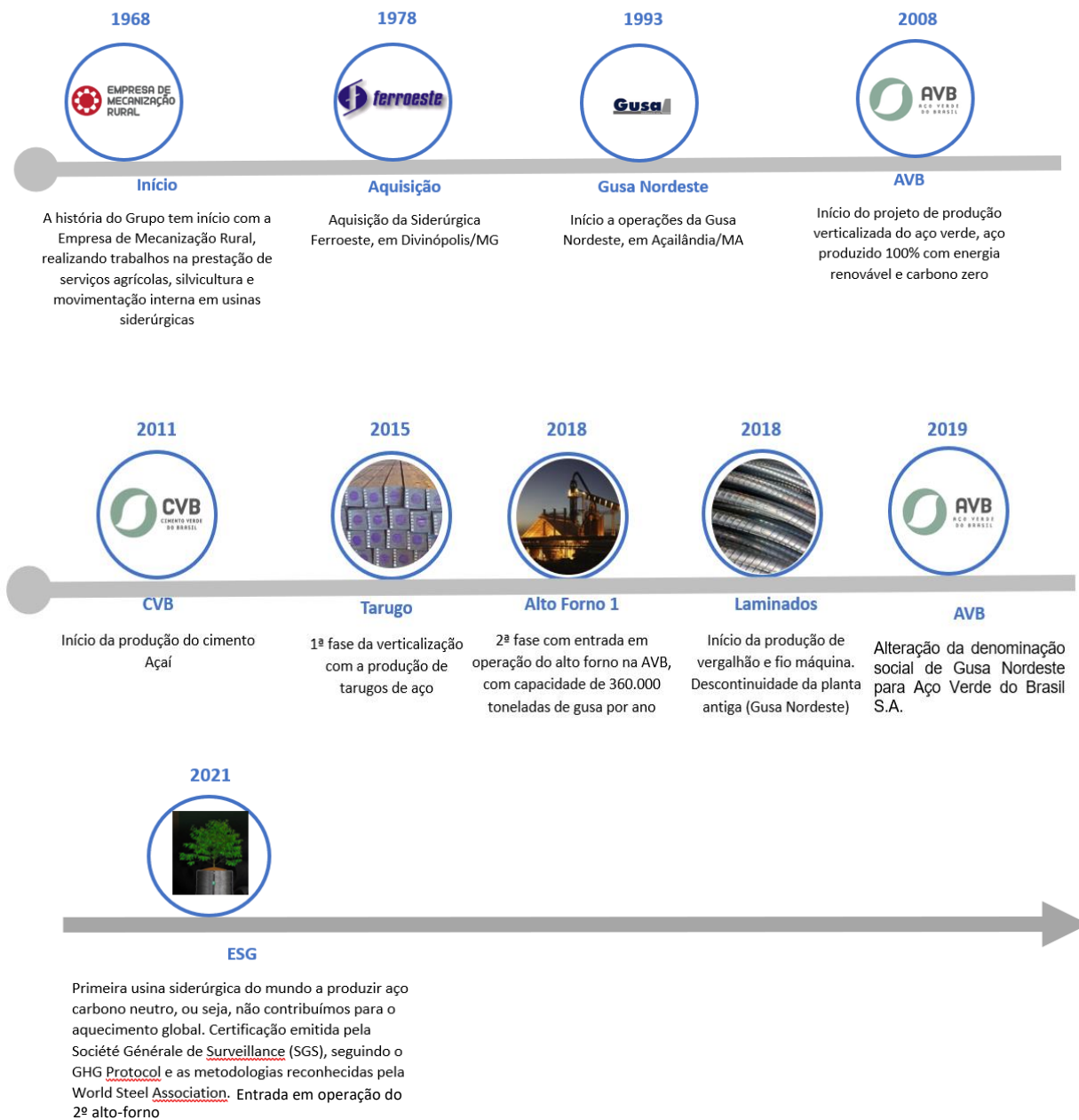
**6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do Emissor, Prazo de Duração E Data de Registro na Cvm**

<b>Data de Constituição do Emissor</b>	07/05/1985
<b>Forma de Constituição do Emissor</b>	Sociedade por ações
<b>País de Constituição</b>	Brasil
<b>Prazo de Duração</b>	Prazo de Duração Indeterminado
<b>Data de Registro CVM</b>	29/11/2021

### 6.3 - Breve Histórico

A Aço Verde do Brasil (AVB), empresa do Grupo Ferroeste, nasceu como um player competitivo de aço com a filosofia de sustentabilidade como carro-chefe de suas estratégias, pautada pela inovação e melhoria constante de produtos e processos, assegurando operações livres de combustíveis fósseis (*zero carbon footprint*). Somos pioneiros na produção de aço sem a utilização de combustíveis fósseis, e em 2021 recebemos a certificação emitida pela SGS através do *GHC protocol* como a primeira usina siderúrgica do mundo carbono neutro.

Abaixo uma breve linha do tempo evidenciando o histórico da Companhia:



## **6.5 - Informações de Pedido de Falência Fundado em Valor Relevante ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial**

Até a data deste Formulário de Referência, não houve pedido de falência, recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia.

## **6.6 - Outras Informações Relevantes**

Não existem outras informações consideradas relevantes além daquelas divulgadas nos itens anteriores.

## 7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

O objeto social da Companhia é a industrialização, comercialização, inclusive importação e exportação de produtos siderúrgicos, em especial aço e ferro gusa em todas as suas formas e seus subprodutos; bem como insumos e equipamentos necessários à sua produção, transformação ou beneficiamento, comercialização de florestas próprias e seus produtos, exploração de florestas, extração de madeiras, produção de carvão vegetal, cultivo de eucalipto, tendo em vista a geração de reduções de emissões e remoções de gases de efeito estufa no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo do Protocolo de Kioto, ou de outros sistemas de comercialização de créditos de carbono; fabricação de cimento; extração de minerais metálicos e não metálicos, comércio, exportação e distribuição de produtos agrícolas em geral, próprios ou de terceiros, em seus estados *in natura*, brutos, beneficiados ou industrializados, produtos de qualquer natureza, fabricação de gases industriais e a participação em outras sociedades observadas as disposições legais.

Em 2008 a Companhia iniciou o projeto para verticalização da produção do ferro gusa através do “aço verde”, conceito criado pela Companhia para um aço integralmente produzido com energia renovável. Para isso, a AVB investiu maciçamente no setor florestal e na modernização da Usina de Aços Longos – Aço Verde do Brasil, em Açailândia, no estado do Maranhão, conforme mostrado na figura abaixo:



A cidade de Açailândia é um grande pólo produtor de ferro-gusa com capacidade de produção de cerca de 1,0 milhão de toneladas por ano. A Companhia atua no Estado do Maranhão desde 1990 e, na data deste Formulário de Referência, gera mais de 2.440 empregos diretos.

A escolha do local para instalação da Usina da Companhia foi motivada principalmente pela existência de matéria-prima abundante na região como:

- Minério de ferro: proximidade ao entreposto da Vale alimentado pela ferrovia EFC;
- Carvão Vegetal renovável: relevante maciço florestal próprio;
- Ferro-Gusa: situado dentro do polo guseiro de Açailândia, com capacidade de produção acima de 1,0 milhão de toneladas gusa/ano



## 7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

A Usina da Companhia foi projetada dentro do conceito de uma “*Mini-Mills* ou *Market-Mills*” que são usinas siderúrgicas que obtêm suas matérias-primas e comercializam seus produtos, principalmente no mercado regional onde estão implantadas.

Uma parte fundamental do projeto foi a discussão e análise para escolha da rota tecnológica de produção do aço que depende de fatores como:

- Acesso a insumos metálicos estratégicos (minério, sucata, gusa);
- Eficiência produtiva e energética (vantagens competitivas e acesso a energia de baixo custo);
- Sinergias com outros projetos (mineração, coque, energia);
- Acesso a carvão vegetal de origem certificada e regular.

Após uma minuciosa análise técnica e econômica pela equipe da Companhia aliada a visitas técnicas de *benchmark* à usinas siderúrgicas no exterior, foi escolhido um modelo misto de usina com conceito tipo *Mini-Mill*, mas possuindo alguns equipamentos inerentes a uma usina integrada como: fábrica de gases criogênica, gasômetro, misturador de gusa, alto-forno, linha de transmissão de energia elétrica própria de 230 kV, dentre outros.

O processo de fabricação do aço na Aciaria da Companhia pode ser dividido em 3 etapas:

1. Convertedor LD: Refino primário do aço ocorrendo nesta etapa a descarburização do ferro-gusa;
2. Forno-Panela: Refino Secundário do aço com ajuste de temperatura e composição química do aço;
3. Lingotamento Contínuo: Solidificação do aço líquido em tarugo de aço

A Companhia possui uma logística que considera favorável de matérias-primas por meio de ferrovia, rodovias e portos, bem como de linhas de transmissão para eletricidade. Iniciou a produção de tarugo em dezembro de 2015 e de produtos laminados em julho de 2018.

Seus principais produtos comercializados são:

- Fio Máquina

O Fio máquina é o produto obtido a partir da laminação a quente do tarugo. Do minério de ferro extraído por umas das melhores reservas de minério do mundo, somado ao uso do carvão vegetal de produção própria da Companhia, é obtido o ferro gusa líquido, vindo da Aciaria.

A Companhia tem como grande diferencial a produção de aço pelo Convertedor LD, que devido ao uso de baixo teor de sucata, confere ao aço um menor percentual de elementos residuais. Esse processo é de grande importância para o mercado de aço AVB 1006, aplicado na trefilação de bitolas de arames abaixo de 2mm, produto bem representativo no mercado brasileiro.

## 7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Com toda uma estrutura de matéria-prima bem definida e com equipamentos de última geração e de alta tecnologia, os tarugos de aço provenientes da aciaria têm sua seção transversal reduzida após serem reaquecidos e passam pelas gaiolas de laminação. Esse processo ocorre a altas velocidades, conferindo uma maior produtividade.

O Fio máquina AVB é produzido em rolos de diversas bitolas que podem variar de 5,5 mm a 16 mm. Será processado posteriormente por trefilação ou laminação a frio, a fim de se obter vários outros produtos usados na construção civil, para produção do CA60 e assim, confecção de treliça, tela soldada, colunas, espaçadores. Esse material também pode ser aplicado na indústria para a produção de arames recozidos e ovalados, barra roscada, pregos, dentre outros.

O Fio máquina, de modo geral na indústria, pode ainda ser utilizado para aplicações em agropecuária, eletrificação, cabos, linhas de eletrodomésticos (linha branca), barras para construção mecânica, hastes de amortecedores automotivos, arames para molas helicoidais, esferas de rolamento e outros.

- Vergalhão (CA-50 e CA-60)

Os tipos de vergalhões ou barras de aço são utilizados na construção para oferecer suporte a paredes e colunas. O vergalhão pode ser liso, embora seja frequentemente fabricado com deformações que criam uma maior textura para que o concreto possa aderir, gerando um vínculo mais forte que ajuda a prevenir rachaduras no concreto. Essas deformações não propiciam pontos fracos no vergalhão, já que estes suprimentos são produzidos de acordo com o diâmetro correto, que proporcione força e resistência. Graus de força indicam a quantidade de pressão que o vergalhão de aço pode suportar, e grau e diâmetro são normalmente apresentados em unidades imperiais e métricas.

O vergalhão de aço é tipicamente disposto em um padrão de grade, com espaçamento igual entre cada peça para criar uma grade que consiste em quadrados de igual tamanho. Tijolos ou suportes podem ser usados para manter a armadura no chão, e uma vez que o concreto é derramado sobre a armadura, ele normalmente é adaptado para garantir espaçamento adequado conforme o concreto seca.

### *Vergalhão CA-50*

O Vergalhão CA50 AVB é o produto adquirido a partir da laminação a quente do tarugo em duas linhas, podendo produzir vergalhões em barras ou rolos. A Companhia oferece o vergalhão para a Construção Civil trazendo qualidade e produtividade para todo o mercado.

Para a produção do Vergalhão CA50 AVB, os tarugos de aço provenientes da aciaria têm sua seção transversal reduzida após serem reaquecidos e passam pelas gaiolas de laminação. As suas propriedades mecânicas são obtidas pelo processo de tratamento térmico em linha que se dá por jatos de água em alta pressão e vazão e ventilação forçada. Seu processo de produção atende às exigências da ABNT NBR 7480, além da certificação emitida pela ABNT/Inmetro.

## 7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

O CA50 pode ser produzido em formato de rolos ou feixes de barras e utilizados no endireitamento ou corte e dobra para posterior aplicação na construção civil, sendo utilizado para dar suporte a estruturas de concreto armado. O formato nervurado confere maior aderência ao concreto evitando o seu deslizamento, giro e até mesmo rachaduras no concreto.

### *Vergalhão CA-60*

A fabricação do Vergalhão CA60 AVB é feita a partir da Trefilação do Fio máquina, que por sua vez é obtido a partir da laminação a quente do tarugo.

O Fio máquina, material liso com tolerâncias dimensionais controladas e de baixo teor em carbono, é puxado por uma de suas pontas e passado por fieiras ou cassetes, pelas máquinas de trefilação, sofrendo assim redução em seu diâmetro e aumento de resistência mecânica. Após as reduções necessárias para se chegar ao diâmetro desejado, o material sofre gravações superficiais. Seu processo de produção atende às exigências da ABNT NBR 7480, além da certificação emitida pela ABNT/Inmetro.

- Tarugos

Os Tarugos AVB, ou lingotes, são produzidos na aciaria a partir do ferro gusa líquido, oriundo do minério de ferro e baixo percentual de sucata. Assim, ele é transformado em aço num processo de sopro a oxigênio pelo Convertedor LD e posteriormente lingotados com seção transversal quadrada. O mesmo pode ser vendido em seu estado bruto, no qual é utilizado para fabricação de peças forjadas ou laminações de barras e perfis.

Os tarugos são matéria prima para o processo de laminação a quente, tendo sua seção conformada para diversas formas e tamanhos, podendo resultar em vários tipos de barras, perfis, fio máquina ou vergalhão CA50.

Os aços AVB são Aços Carbono, que é um dos tipos de aço que se pode encontrar no mercado. Há uma grande variedade de formas e tipos de produtos de aço disponíveis. Essa variedade deve-se ao fato de cada uma de suas aplicações demandar alterações na composição e na forma.

Os tarugos são utilizados no ramo siderúrgico, mais voltado para o processo de laminação, no qual pode gerar os seguintes produtos:

Em aços carbono:

- Perfis leves ( $h < 80$  mm)
- Perfis médios ( $80 \text{ mm} < h \leq 150$  mm)
- Vergalhões
- Fio-máquina (principalmente para arames)

## 7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

– Barras (qualidade construção civil)

– Tubos sem costura

– Trefilados em geral

Em aços ligados / especiais:

– Fio-máquina (para parafusos e outros)

– Barras em aços construção mecânica

– Barras em aços ferramenta

– Barras em aços inoxidáveis e para válvulas

– Tubos sem costura

– Trefilados em geral

- Ferro-Gusa

O Ferro Gusa é um material metálico que resulta quando o minério de ferro, o carvão vegetal e o calcário são derretidos juntos sob pressão de ar intensa. Quando o material combinado esfria, ele forma um produto de alto carbono conhecido como Ferro-Gusa. O material resfriado raramente é usado puro, pois a grande quantidade de carbono torna o material frágil e instável. Normalmente, este tipo de ferro é mais refinado por meio de fusões adicionais e processos de mistura a fim de criar o ferro forjado, ferro fundido ou o aço.

- Gases do Ar

A planta de separação de gases (ASU – Air Separation Unit) tem por finalidade produzir oxigênio, nitrogênio e argônio para consumo interno da Usina, entretanto a alta eficiência dos processos siderúrgicos permite colocar o excedente a venda no mercado interno.

A principal característica da ASU é a alta produção de gases com alto teor de limpidez no qual possibilita uma larga aplicação nas indústrias químicas, farmacêuticas, alimentares, metalúrgicas, hospitalares etc.

Localizada de forma estratégica no Plano Diretor da Usina Aço Verde do Brasil, a planta ocupa uma área de aproximadamente 2500m<sup>2</sup>, entre os processos de Aciaria e Laminação de Barras e Bobinas. A capacidade de produção da ASU é de aproximadamente 5.114 Nm<sup>3</sup>/h de oxigênio, 3.234 Nm<sup>3</sup>/h de Nitrogênio e 170 Nm<sup>3</sup>/h de Argônio. Os produtos podem ser fornecidos nas formas líquida e gasosa em uma variedade de graus de pureza.

- Energia

## 7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

A Companhia produz ferro-gusa em seus altos-fornos, com o emprego de carvão vegetal oriundo de florestas reflorestadas. Durante o processo de redução do minério de ferro com o carbono contido no carvão vegetal, dentro dos altos fornos ocorre a geração de gases de processos que possuem poder combustível. Estes gases são tradicionalmente utilizados no pré aquecimento do ar que é injetado nos altos fornos e apenas 50% desse gás é utilizado neste processo. Na Companhia, o restante deste gás é reutilizado para diversos usos nos processos da Aciaria e Laminação, em substituição a queima de combustíveis fósseis. O excedente de energia elétrica renovável gerada e não usada na usina é comercializado para cliente externos.

A Companhia detém, ainda, 50% da joint venture Cimento Verde do Brasil S.A. (“CVB”), que tem como acionista Masaveu Brasil Participações e Investimentos Ltda. empresa do Grupo Corporacion Masaveu, conglomerado espanhol que atua no mercado de cimentos. A CVB aproveita os resíduos gerados no alto forno da Companhia para fabricação e comercialização de cimento.

### *Sustentabilidade*

A visão da Companhia é ser uma empresa reconhecida como a referência na produção de aço e no reaproveitamento de coprodutos industriais.

A Companhia possui um Sistema de Gestão totalmente Integrado, na qual define as diretrizes, padronização e responsabilidades para garantir a eficácia do desempenho operacional, visando atender os requisitos das normas NBR ISO 9001:2015, NBR ISO 14001:2015, NBR ISO 16001:2004 e NBR ISO 45001:2018. Todos os seus produtos da linha Vergalhão CA50 e CA60 também passam por um rigoroso sistema de qualidade semestralmente, para assegurar o atendimento dos requisitos da norma NBR 7480:2007 (INMETRO).

Na Companhia, os gases dos altos-fornos são utilizados nos sistemas de combustão da Aciaria, como no pré-aquecedor de placas e distribuidores, bem como no forno de reaquecimento da laminação, em substituição ao emprego de combustíveis fósseis com o óleo ou gás natural, e recentemente a Companhia iniciou a construção de uma planta de geração de energia elétrica renovável. A Central Termoelétrica irá iniciar sua operação neste ano de 2022 e acreditamos que irá gerar cerca de 30% da energia elétrica consumida pela usina através da queima controlada dos gases de processo (biomassa) gerados nos nossos altos-fornos. Estes gases alimentam a caldeira da termoelétrica, onde é totalmente queimado, em ambiente fechado e controlado, para geração de vapor que é transformado em energia elétrica renovável e de baixo custo. A Companhia possui três estações de tratamento de água, onde 95% da água direcionada ao consumo industrial é tratada e reutilizada.

A sustentabilidade ambiental é um dos principais pilares da Companhia, pois os produtos laminados de aços longos serão produzidos de forma a atender as necessidades do presente sem comprometer a habilidade das gerações futuras em satisfazerem suas próprias necessidades. Utilizamos tecnologias que consideramos inovadoras no processo produtivo, que não são comumente empregadas em usinas de produção de aços longos, como o reaproveitamento dos gases de processo durante a laminação e na aciaria.

A Companhia participa do Programa Brasileiro *GHG Protocol* e realiza o inventário das emissões de gases de efeito estufa (GEE), seguindo as diretrizes do *GHG Protocol* e NBR ISO 14064-1:2007, com objetivo de

## 7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

subsidiar o desenvolvimento de sua estratégia de gestão de carbono neutro, de mitigação de riscos e de adaptação às mudanças climáticas.

Em 2021, a Companhia foi certificada como a primeira usina siderúrgica do mundo a produzir aço carbono neutro, ou seja, não contribuimos para o aquecimento global. A certificação foi emitida pela Société Générale de Surveillance (“SGS”), contratada para verificar o inventário de emissões de gases causadores de efeito estufa (GEE) da Companhia entre os anos de 2018 a 2020. O trabalho seguiu o *GHG Protocol (ISO 14064)* e as metodologias internacionalmente reconhecidas pela “*World Steel Association*” e o Programa Brasileiro GHG Protocol (FGV).

O aço carbono neutro produzido pela Companhia é o tipo de aço desenvolvido num processo de produção sustentável com zero emissão de gases efeito estufa (GEE) para a atmosfera e com a utilização de carvão vegetal. Estes aços também são chamados aço carbono neutro.

O “*CO2 Emission Data Collection Guide da Worldsteel Association*”, é uma metodologia reconhecida mundialmente, adotada para fins da mensuração do nível de emissões de GEE na Siderurgia, a qual segue todas as premissas definidas no GHG Protocol e ISO 14064.

Estes protocolos/padrões definem os procedimentos para a elaboração do Inventário dos gases de efeito estufa, sendo o CO<sub>2</sub> o principal gás emitido, para um processo ou empresa.

Os Inventários de GEE realizados anualmente pelas empresas podem ser certificados através da validação dos mesmos por empresas de auditoria externa como a Det Norske Veritas (“DNV”) ou a SGS que avaliam e atestam se os Inventários de GEE foram realizados de acordo com as normas vigentes e utilizando dados confiáveis e precisos.

A Usina Siderúrgica da Companhia teve seus Inventários anuais de GEE analisados, validados e certificados pela empresa SGS. Os valores do Inventário de GEE para os anos de 2019, 2020 e 2021 foram respectivamente +0,06, -0,04 e +0,02 tCO<sub>2</sub>/t aço, ou seja, o processo produtivo de aço na Usina AVB, com emprego de carvão vegetal, permite a produção de aços carbono neutro, com zero emissões de CO<sub>2</sub>, sendo considerado pela Companhia um “aço verde” por ser um aço sustentável.

### **7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista**

Item não aplicável, considerando que a Companhia não é sociedade de economia mista.

## **7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais**

Não aplicável, tendo em vista que, nos termos da Instrução CVM 480, este item é facultativo para emissores de valores mobiliários registrados na categoria B.



### **7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais**

Não aplicável, tendo em vista que, nos termos da Instrução CVM 480, este item é facultativo para emissores de valores mobiliários registrados na categoria B.

#### **7.4 - Clientes Responsáveis Por Mais de 10% da Receita Líquida Total**

Não aplicável, tendo em vista que, nos termos da Instrução CVM 480, este item é facultativo para emissores de valores mobiliários registrados na categoria B.

## **7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades**

Não aplicável, tendo em vista que, nos termos da Instrução CVM 480, este item é facultativo para emissores de valores mobiliários registrados na categoria B.

## **7.6 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior**

Não aplicável, tendo em vista que, nos termos da Instrução CVM 480, este item é facultativo para emissores de valores mobiliários registrados na categoria B.

## **7.7 - Efeitos da Regulação Estrangeira Nas Atividades**

Não aplicável, tendo em vista que, nos termos da Instrução CVM 480, este item é facultativo para emissores de valores mobiliários registrados na categoria B.

## **7.8 - Políticas Socioambientais**

Não aplicável, tendo em vista que, nos termos da Instrução CVM 480, este item é facultativo para emissores de valores mobiliários registrados na categoria B.

## **7.9 - Outras Informações Relevantes**

Não existem outras informações consideradas relevantes além daquelas divulgadas nos itens anteriores.

## **8.1 - Negócios Extraordinários**

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 não ocorreram quaisquer aquisições ou alienações de ativos relevantes fora do curso normal dos negócios da Companhia.



## **8.2 - Alterações Significativas na Forma de Condução Dos Negócios do Emissor**

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 não ocorreram quaisquer alterações significativas na forma de condução dos negócios da Companhia.

### **8.3 - Contratos Relevantes Celebrados Pelo Emissor E Suas Controladas Não Diretamente Relacionados Com Suas Atividades Operacionais**

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 não foram celebrados contratos não relacionados com as atividades operacionais da Companhia e de suas controladas.

#### **8.4 - Outras Inf. Relev. - Negócios Extraord.**

Não existem outras informações consideradas relevantes além daquelas divulgadas nos itens anteriores.

## **9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros**

Não aplicável, tendo em vista que, nos termos da Instrução CVM 480, este item é facultativo para emissores de valores mobiliários registrados na categoria B.

## **9.2 - Outras Informações Relevantes**

Não existem outras informações consideradas relevantes além daquelas divulgadas nos itens anteriores.

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

### *Introdução*

As informações financeiras contidas neste item 10 devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras auditadas para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, e suas respectivas notas explicativas. As informações neste item 10, exceto quando indicado de forma diferente, são expressas em moeda corrente nacional.

As demonstrações financeiras auditadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo IASB.

Os comentários dos diretores da Companhia visam fornecer aos investidores informações que os ajudarão a comparar as demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, bem como compreender as mudanças nas principais linhas dessas demonstrações financeiras entre os exercícios sociais analisados e os principais fatores que explicam essas variações.

Os termos “AH” e “AV” constantes das colunas de determinadas tabelas nesta seção 10 em geral significam “Análise Horizontal” e “Análise Vertical”, respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens da mesma rubrica, em nossas demonstrações financeiras ao longo de um período. A Análise Vertical representa o percentual de uma linha em relação à receita líquida para os exercícios/períodos em análise, ou em relação ao total do ativo total e/ou total do passivo e patrimônio líquido nas datas aplicáveis.

As informações financeiras incluídas neste item, exceto quando expressamente ressalvado, referem-se às demonstrações financeiras da Aço Verde do Brasil S.A. (“AVB” ou “Companhia”) para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019.

As informações constantes deste item devem ser lidas e analisadas em conjunto com as informações constantes das Demonstrações Financeiras completas e suas respectivas notas explicativas, disponíveis no website da Companhia ([www.avb.com.br](http://www.avb.com.br)) e no website da Comissão de Valores Mobiliários ([www.gov.br/cvm](http://www.gov.br/cvm)).

### ***Efeitos da Pandemia do COVID-19 nas Demonstrações Financeiras da Companhia***

Durante o primeiro semestre de 2020, o vírus COVID-19 se espalhou pelo mundo e foi declarado pandemia pela Organização Mundial da Saúde em 11 de março de 2020. Em resposta, muitos governos impuseram proibições de viagens, quarentenas e outras medidas emergenciais de saúde e segurança pública. Em alguns casos, medidas drásticas foram tomadas com restrições à atividade econômica de alguns setores.

Conforme a gravidade da pandemia COVID-19 se tornou aparente, a liderança da Companhia tomou medidas para proteger os funcionários e comunidades, bem como fortalecer nossa posição financeira e limitar o impacto nas operações da Companhia.

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

A Companhia trabalhou em estreita colaboração com todas as partes interessadas relevantes, incluindo governo, fornecedores e sindicatos, para desenvolver e implementar planos para reiniciar a produção e venda de seus produtos, incluindo o desenvolvimento de procedimentos aprimorados de sanitização, saúde e segurança.

Com o objetivo de ajudar no combate à Covid-19, a Companhia, em janeiro de 2021, fez uma doação de 300 mil m3 de oxigênio de sua própria planta para a Secretaria de Estado de Saúde do Amazonas (SUSAM) que vinha sofrendo com a falta deste produto. No mesmo sentido, a partir de abril de 2021, a Companhia iniciou nova doação de 400 mil m3 de oxigênio para Secretaria de Saúde do Estado do Maranhão. Ainda vivenciamos os impactos da pandemia da Covid-19, nesse sentido, a Companhia continua a investir em uma série de ações com o objetivo de proteger a saúde e a segurança de seus colaboradores, parceiros e comunidade, visto que após um período de declínio nos casos de contaminação, os casos voltaram a aumentar no Brasil, o que alguns especialistas chamaram de segunda onda.

Mesmo diante do cenário singularmente desafiador gerado pela disseminação do novo Coronavírus, a AVB reafirmou seu compromisso com a agenda de sustentabilidade e registrou avanços importantes em diversas áreas de atuação ao longo do ano.

A Companhia aderiu a programas anunciados pelos governos municipais, estaduais e federal relacionados a postergação de empréstimos e financiamentos, tributos e encargos sociais. Todos os efeitos contábeis relacionados a adesão das medidas provisórias estão refletidos adequadamente nas informações contábeis.

A Companhia entende que está tomando as medidas adequadas para prevenir a disseminação do COVID-19, bem como assegurar a continuidade dos negócios durante o período que perdurar a pandemia. A Administração não tem como estimar ou prever a ocorrência de eventos futuros relacionados à pandemia, sendo certo de que segue avaliando constantemente os impactos sobre as suas operações.

Não obstante o impacto limitado nas operações e resultados financeiros da Companhia, em função da volatilidade e incertezas a respeito do período de duração e potenciais impactos da pandemia, a Administração continua monitorando a situação e avaliando os impactos nas premissas e considerações utilizadas na preparação das demonstrações contábeis.

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

### a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

A seguir, apresentamos as informações sobre a atual estrutura financeira e patrimonial da Companhia:

#### Índice de alavancagem financeira (Dívida Líquida/EBITDA)

<i>(Em milhares de Reais, exceto percentuais)</i>	Em 31 de dezembro de		
	2021	2020	2019
<b>(A) Dívida Bruta</b>	<b>925.019</b>	<b>731.988</b>	<b>516.101</b>
Empréstimos e Financiamentos	925.019	731.988	516.101
<b>(B) Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>228.179</b>	<b>120.017</b>	<b>19.104</b>
<b>(C=A-B) Dívida Líquida</b>	<b>696.840</b>	<b>611.971</b>	<b>496.997</b>
(D) EBITDA Ajustado (últimos 12 meses)	762.845	330.818	200.644
(E=A/D) Índice de alavancagem financeira	0,91	1,85	2,48

O EBITDA (*Earning before interest, taxes, depreciation and amortization*) ou LAJIDA (Lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) é uma medição não contábil divulgada pela Companhia em consonância com a Instrução da CVM nº 527, de 4 de outubro de 2012, conforme alterada ("Instrução CVM 527"), conciliada com suas demonstrações financeiras. Esta medição consiste no lucro líquido antes do resultado financeiro líquido, pelo imposto de renda e contribuição social sobre o lucro e pelas despesas de depreciação e amortização. O EBITDA não é uma medida de desempenho financeiro segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil e o IFRS, tampouco deve ser considerado isoladamente, ou como alternativa ao lucro líquido, como medida de desempenho operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez. O EBITDA Ajustado elimina a adição ou exclusão do valor justo dos ativos biológicos, a perda ou ganho na baixa do ativo imobilizado e constituição ou reversão de provisão para contingências não recorrentes.

O índice de alavancagem financeira apresentou uma diminuição entre 2019 e 2021. Esta variação se deu pelo maior saldo em caixa e melhora do EBITDA pela entrada em operação dos produtos laminados e pela dinâmica mais favorável de preços no mercado brasileiro.

A Companhia apresenta índices de alavancagem que seus diretores consideram dentro do esperado para o momento de crescimento da Companhia e está preparada e tem condições de acessar o mercado para fazer frente a oportunidades de novas aquisições ou investimentos que surjam no setor.

Abaixo são apresentados determinados índices que evidenciam as condições financeiras e patrimoniais gerais da Companhia.



## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

### Índice Dívida Líquida/Patrimônio Líquido

<i>(Em milhares de Reais, exceto percentuais)</i>	Em 31 de dezembro de		
	2021	2020	2019
<b>(A) Endividamento</b>	<b>925.019</b>	<b>731.988</b>	<b>516.101</b>
Empréstimos e Financiamentos	925.019	731.988	516.101
<b>(B) Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>228.179</b>	<b>120.017</b>	<b>19.104</b>
<b>(C=A-B) Dívida Líquida</b>	<b>696.840</b>	<b>611.971</b>	<b>496.997</b>
(D) Patrimônio Líquido	1.059.097	529.567	260.701
(E=C/D) Dívida Líquida / Patrimônio Líquido	0,66	1,16	1,91

A Companhia monitora seu capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do patrimônio líquido. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazo), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa.

### Índice de liquidez corrente

<i>(Em milhares de Reais, exceto percentuais)</i>	Em 31 de dezembro de		
	2021	2020	2019
Ativo Circulante (a)	735.069	442.088	218.134
Passivo Circulante (b)	323.447	387.165	326.368
<b>Liquidez corrente (a/b)</b>	<b>2,27</b>	<b>1,14</b>	<b>0,67</b>

A liquidez corrente não é uma medida de desempenho financeiro segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil e possui a finalidade de avaliar a capacidade de pagamento da Companhia frente as suas obrigações. É um indicador que é calculado por meio da razão entre o ativo circulante e o passivo circulante, apresentados nos balanços patrimoniais. Este índice não deve ser considerado isoladamente ou como alternativa ao lucro líquido, como medida de desempenho operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais. O índice de liquidez corrente aumentou entre 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2021, devido principalmente ao maior saldo de caixa e equivalentes de caixa, de estoques e de contas a receber.

### **b) Estrutura de capital**

Abaixo encontra-se demonstrada a divisão da estrutura de capital da Companhia entre capital próprio (representada pelo patrimônio líquido) e capital de terceiros (correspondente à soma do passivo circulante e não circulante):

<i>(Em milhares de Reais, exceto percentuais)</i>	Em 31 de dezembro de		
	2021	2020	2019
Passivo Circulante (a)	323.447	387.165	326.368
Passivo Não Circulante (b)	877.436	830.721	939.050
Patrimônio Líquido (c)	1.059.097	529.567	260.701
<b>Total (d)</b>	<b>2.259.980</b>	<b>1.747.453</b>	<b>1.526.119</b>
Capital de terceiros ((a+b)/d)	53,1%	69,7%	82,9%
Capital próprio (c/d)	46,9%	30,3%	17,1%

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Em 31 de dezembro de 2021, o capital social da Companhia era de R\$180.000.000,00 (cento e oitenta milhões de reais), totalmente subscrito e integralizado, dividido em 1.032.145 (1.032.145 em 2020 e 606.690 em 2019) ações ordinárias nominativas, 363.459 (363.459 em 2020 e 2019) ações preferenciais nominativas classe A e 206.231 ações preferenciais nominativas classe B, sem valor nominal.

Nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 a Companhia apresentou aumento na proporção de capital próprio em sua estrutura de capital, principalmente em razão do aumento de capital, no montante de R\$170 milhões, ocorrido em 30 de novembro 2020 e da retenção dos lucros (reserva legal, garantia operacional e dividendos propostos) e reservas de incentivos fiscais.

A administração da Companhia acredita que sua estrutura de capital atual é adequada para a continuidade das operações.

### c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A administração da Companhia acredita que a estrutura de capital da Companhia seja suficiente para suprir suas necessidades de caixa, relativas às suas obrigações contratuais decorrentes de empréstimos, financiamentos, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos, embora não possa garantir que tal situação permanecerá inalterada. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía R\$925.019 mil relativos a empréstimos e financiamentos contratados, sendo R\$194.687 devidos no curto prazo. Na mesma data, a Companhia possuía R\$228.179 mil em caixa e equivalentes de caixa, o que na visão dos Administradores da Companhia demonstra a liquidez necessária para honrar seus compromissos de curto prazo. Quanto às obrigações de longo prazo, que em 31 de dezembro de 2021 correspondiam a R\$730.332 mil, frente a um ativo não circulante equivalente a R\$1.415.312 mil. Em razão disso e do crescimento consistente da receita líquida de venda, que passou de R\$707.008 mil em 31 de dezembro de 2019 para R\$1.418.152 mil em 31 de dezembro de 2021, os Administradores da Companhia acreditam que a Companhia também terá condições de honrar os compromissos de longo prazo por ela assumidos. Além disso, caso seja necessário contrair empréstimos para financiar investimentos e aquisições, a administração da Companhia acredita que ela possui condições de contratar e de honrar tais obrigações.

Para maiores detalhes a respeito dos empréstimos e financiamento existentes em 31 de dezembro de 2021 vide item 10.1.f.i a seguir.

### d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes

A Companhia financia suas atividades parte com capital próprio, com o caixa gerado pelo negócio e parte com capital de terceiros via contratos de financiamento, conforme demonstrado a seguir:

<i>(Em milhares de Reais, exceto percentuais)</i>	<b>Em 31 de dezembro de</b>		
	<b>2021</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Passivo Circulante (a)	323.447	387.165	326.368
Passivo Não Circulante (b)	877.436	830.721	939.050
Patrimônio Líquido (c)	1.059.097	529.567	260.701
<b>Total (d)</b>	<b>2.259.980</b>	<b>1.747.453</b>	<b>1.526.119</b>
Capital de terceiros ((a+b)/d)	53,1%	69,7%	82,9%
Capital próprio (c/d)	46,9%	30,3%	17,1%

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

A estratégia da Companhia em investimentos recorrentes (CAPEX) visa o aumento da capacidade verticalizada de produção e segurança no fornecimento de matérias primas. Em linha com sua estrutura de capital e sua estratégia de investimento, em que pese a Companhia se valer primordialmente de sua própria receita líquida de vendas para financiar seus investimentos em ativos não circulantes, sempre que necessário a Companhia acessou linhas de crédito e financiamentos para completar o capital de giro e manter seu caixa saudável. Para maiores detalhes a respeito dos empréstimos e financiamento existentes em 31 de dezembro de 2021 vide item 10.1.f.i a seguir.

### e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A principal fonte de recursos para o capital de giro da Companhia é a receita de suas operações, por meio da comercialização de seus produtos. Devido ao crescimento acelerado da Companhia nos últimos anos, sempre que necessário ela acessou linhas de crédito e financiamentos para completar o capital de giro e manter seu caixa saudável. Caso seja necessário contrair empréstimos para financiar investimentos e aquisições, a administração da Companhia acredita que ela possui condições de contratar e de honrar tais obrigações.

### f) Níveis de endividamento e características das dívidas

#### i. Contratos de empréstimos e financiamento relevantes

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo total de empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante) da Companhia era de R\$925.019 mil, enquanto a posição de caixa e equivalentes de caixa era de R\$228.179 mil. Em 31 de dezembro de 2021, 79% do saldo total de empréstimos e financiamentos da Companhia tinha perfil de longo prazo, comparado a 89% e 94% em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente, conforme demonstrado abaixo:

<i>(Em milhares de Reais, exceto percentuais)</i>	Em 31 de dezembro de:		
	2021	2020	2019
Empréstimos e Financiamentos CP	194.687	81.177	29.429
Empréstimos e Financiamentos LP	730.332	650.811	486.672
	<b>925.019</b>	<b>731.988</b>	<b>516.101</b>

A administração julga que o perfil da dívida da Companhia é adequado face aos seus compromissos e geração de caixa e que ela possui capacidade de obter novos recursos no mercado se e conforme necessário.

A tabela abaixo evidencia a composição do vencimento do saldo não circulante dos empréstimos e financiamentos da Companhia:

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

<i>(Em milhares de Reais, exceto percentuais)</i>	Em 31 de dezembro de		
	2021	2020	2019
2020			29.429
2021		81.177	84.305
2022	194.687	261.989	117.437
2023	222.267	137.303	117.754
2024	218.401	132.141	96.445
2025	117.878	68.165	46.296
2026	80.520	49.593	23.149
Após 2026	91.266	1.620	1.286
	<b>925.019</b>	<b>731.988</b>	<b>516.101</b>

A tabela abaixo reproduz as principais características dos contratos de empréstimo e financiamento e debêntures, considerados relevantes, da Companhia:

<i>(Em milhares de Reais, exceto percentuais)</i>	Vencimento	Moeda	Taxa de Juros	Em 31 de dezembro de		
				2021	2020	2019
Industrial	12/2026	Real	10,2%	365.537	397.412	369.150
Capital de Giro	07/2026	Real	7,2%	273.473	277.472	121.017
Debêntures	06/2031	Real	13,4%	244.890	0	0
Rural	11/2030	Real	3,5%	3.186	3.420	3.305
Finame	06/2020	Real	10,5%	0	0	1.610
Exportação	11/2023	Real	14,1%	37.933	53.684	21.019
				<b>925.019</b>	<b>731.988</b>	<b>516.101</b>

### Industrial

Operações de financiamento por meio de linha de crédito FNE Industrial do Banco do Nordeste do Brasil que totalizavam o montante de R\$365.537 mil em 31 de dezembro de 2021 (R\$397.412 mil em 31 de dezembro de 2020) com taxa pré-fixada 10,0% e efetiva de 8,5% ao ano (por bônus de adimplência de 15%), com vencimento até dezembro de 2026 e pagamentos mensais de juros e principal.

### Capital de Giro

As taxas de juros variam entre 4,0% pré-fixada a CDI + 4,0% pós-fixada, e os prazos de vencimento, de 1,5 a 10 anos. As garantias estão atreladas à ativos imobilizados, contas a receber, aval de empresas do grupo e/ou dos sócios. O saldo devedor dos financiamentos contratados pela Companhia sob esta modalidade em 31 de dezembro de 2021 era de R\$273.473 mil (R\$277.472 mil em 31 de dezembro de 2020).

### Debêntures

Debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória e garantia adicional real e com garantia de hipoteca de imóveis rurais, em duas séries, para colocação privada que totalizam o montante de R\$244.890 mil em 31 de dezembro de 2021, com taxas pós-fixadas de CDI +2,5% na 1ª série e IPCA + 5,2% na 2ª série, sendo que, nesta última, foi feita operação SWAP para transformar os juros da dívida em CDI + 0,35%.

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

### Rural

Operações de financiamento para investimento em atividades de infraestrutura produtiva para o setor florestal que totalizam o montante de R\$3.186 mil em 31 de dezembro de 2021 com taxa pré-fixada de 3,5% com garantia de hipoteca de imóveis rurais.

### Exportação

Operação de financiamento à exportação, produção de bens para exportação, bem como às atividades de apoio e complementação da exportação com saldo devedor de R\$37.933 mil em 31 de dezembro de 2021 com taxa de IPCA + 2,81% (com bônus de adimplência de 15%), com garantias de hipoteca e/ou alienação fiduciária.

### ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A Companhia não possui relações de longo prazo com instituições financeiras além daquelas evidenciadas no item 10.1(f).

### iii. Grau de subordinação entre as dívidas

De acordo com os contratos das dívidas contraídas pela Companhia, não há precedência de qualquer dívida com relação à outra, mesmo em eventual concurso universal de credores. Considerando que nos contratos da Companhia não há ordem de precedência, em eventual concurso universal de credores, ressalvadas as garantias reais constituídas nos termos indicados acima, a Companhia obedece aos termos estabelecidos na legislação brasileira.

### iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

A Companhia é parte como tomadora em contratos de empréstimos e financiamentos evidenciadas no item 10.1(f) acima e, portanto, no contexto de tais empréstimos e financiamentos, está obrigada à observância de determinadas obrigações e restrições, sob pena de vencimento antecipado das dívidas. Tais restrições são usuais de mercado em operações como aquelas contratadas pela Companhia e incluem, de forma exemplificada:

- (a) alteração do controle direto ou indireto da Companhia; e
- (b) inadimplência em transações com instituições financeiras.

Além disso, a operação de debêntures realizada pela Companhia em 2021 conta com covenants financeiros restritivos, calculados anualmente, que limitam a capacidade de endividamento da Companhia:

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Indicador	Índice contratado
Dívida Líquida / EBITDA ajustado	Inferior a 2,5x
EBITDA ajustado / Despesa Financeira Líquida	Igual ou superior a 3x

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia encontrava-se adimplente com todas as condições estabelecidas nos contratos mencionados acima e demais contratos.

### g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não possuía saldos a liberar de financiamentos já contratados.

### h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

#### (i) Comparação entre os saldos das contas patrimoniais em 31 dezembro de 2021, 2020 e 2019:

As variações relevantes nos itens principais do balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 são discutidas a seguir.

Ressaltamos que as informações referentes às demonstrações financeiras para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS aplicáveis no Brasil.

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

(em milhares de reais, exceto percentuais)	Em 31 de dezembro de							
	2021	AV (%) 2021	2020	AV (%) 2020	Var.2021 x 2020	2019	AV (%) 2019	Var.2020 x 2019
Caixa e equivalente de caixa	228.179	10,10%	120.017	6,87%	90,12%	19.104	1,25%	528,23%
Contas a receber	116.608	5,16%	50.136	2,87%	132,58%	41.996	2,75%	19,38%
Estoques	321.534	14,23%	95.258	5,45%	237,54%	118.185	7,74%	-19,40%
Impostos a recuperar	4.419	0,20%	29.242	1,67%	-84,89%	20.576	1,35%	42,12%
Adiantamentos	63.846	2,83%	146.991	8,41%	-56,56%	17.725	1,16%	729,29%
Despesas antecipadas	193	0,01%	62	0,00%	211,29%	456	0,03%	-86,40%
Outros ativos	290	0,01%	382	0,02%	-24,08%	92	0,01%	315,22%
<b>Ativo Circulante</b>	<b>735.069</b>	<b>32,53%</b>	<b>442.088</b>	<b>25,30%</b>	<b>66,27%</b>	<b>218.134</b>	<b>14,29%</b>	<b>102,67%</b>
Aplicações Financeiras	66.624	2,95%	1.770	0,10%	3664,07%	327	0,02%	441,28%
Contas a receber	94	0,00%	0	0,00%	n.m.	0	0,00%	n.m.
Impostos a recuperar	40.641	1,80%	4.891	0,28%	730,93%	4.891	0,32%	0,00%
Partes relacionadas	0	0,00%	14	0,00%	-100,00%	0	0,00%	n.m.
Tributos diferidos	0	0,00%	1.505	0,09%	-100,00%	4.716	0,31%	-68,09%
Depósitos judiciais	2.177	0,10%	1.374	0,08%	58,44%	761	0,05%	80,55%
Outros ativos	63	0,00%	0	0,00%	n.m.	0	0,00%	n.m.
Ativo Biológico	177.619	7,86%	120.389	6,89%	47,54%	97.114	6,36%	23,97%
Investimentos	15.782	0,70%	16.449	0,94%	-4,05%	16.561	1,09%	-0,68%
Ativo de direito de uso	61.308	2,71%	47.923	2,74%	27,93%	52.848	3,46%	-9,32%
Imobilizado	1.158.015	51,24%	1.108.392	63,43%	4,48%	1.127.769	73,90%	-1,72%
Intangível	2.588	0,11%	2.658	0,15%	-2,63%	2.998	0,20%	-11,34%
<b>Ativo Não Circulante</b>	<b>1.524.911</b>	<b>67,47%</b>	<b>1.305.365</b>	<b>74,70%</b>	<b>16,82%</b>	<b>1.307.985</b>	<b>85,71%</b>	<b>-0,20%</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>2.259.980</b>	<b>100,00%</b>	<b>1.747.453</b>	<b>100,00%</b>	<b>29,33%</b>	<b>1.526.119</b>	<b>100,00%</b>	<b>14,50%</b>
Fornecedores	76.060	3,37%	100.695	5,76%	-24,46%	94.537	6,19%	6,51%
Passivo de arrendamento	6.690	0,30%	5.949	0,34%	12,46%	6.049	0,40%	-1,65%
Empréstimos e financiamentos	194.687	8,61%	81.177	4,65%	139,83%	29.429	1,93%	175,84%
Adiantamento de contrato de câmbio	0	0,00%	0	0,00%	n.m.	122.175	8,01%	-100,00%
Adiantamentos de clientes	6.864	0,30%	170.222	9,74%	-95,97%	52.605	3,45%	223,59%
Obrigações sociais	16.447	0,73%	13.770	0,79%	19,44%	12.418	0,81%	10,89%
Obrigações tributárias	13.036	0,58%	3.954	0,23%	229,69%	1.236	0,08%	219,90%
Dividendos a pagar	1.079	0,05%	1.190	0,07%	-9,33%	350	0,02%	240,00%
Parcelamento de impostos	4.817	0,21%	4.667	0,27%	3,21%	4.553	0,30%	2,50%
Outras obrigações	3.767	0,17%	5.541	0,32%	-32,02%	3.016	0,20%	83,72%
<b>Passivo Circulante</b>	<b>323.447</b>	<b>14,31%</b>	<b>387.165</b>	<b>22,16%</b>	<b>-16,46%</b>	<b>326.368</b>	<b>21,39%</b>	<b>18,63%</b>
Fornecedores	18.206	0,81%	27.795	1,59%	-34,50%	89.504	5,86%	-68,95%
Passivo de arrendamento	60.345	2,67%	45.242	2,59%	33,38%	47.981	3,14%	-5,71%
Empréstimos e financiamentos	730.332	32,32%	650.811	37,24%	12,22%	486.672	31,89%	33,73%
Parcelamento de impostos	6.534	0,29%	10.919	0,62%	-40,16%	15.024	0,98%	-27,32%
Tributos diferidos	30.788	1,36%	0	0,00%	n.m.	0	0,00%	n.m.
Partes relacionadas	3.279	0,15%	5.742	0,33%	-42,89%	226.912	14,87%	-97,47%
Comissão de agentes de exportação	0	0,00%	56.509	3,23%	-100,00%	47.935	3,14%	17,89%
Contingências	11.845	0,52%	20.075	1,15%	-41,00%	17.793	1,17%	12,83%
Outras obrigações	16.107	0,71%	13.628	0,78%	18,19%	7.229	0,47%	88,52%
<b>Passivo Não Circulante</b>	<b>877.436</b>	<b>38,82%</b>	<b>830.721</b>	<b>47,54%</b>	<b>5,62%</b>	<b>939.050</b>	<b>61,53%</b>	<b>-11,54%</b>
Capital social	180.000	7,96%	180.000	10,30%	0,00%	40.000	2,62%	350,00%
Reserva de capital	30.000	1,33%	30.000	1,72%	0,00%	0	0,00%	n.m.
Ajuste de avaliação patrimonial	4.402	0,19%	5.558	0,32%	-20,80%	25.034	1,64%	-77,80%
Reservas de incentivos fiscais	465.758	20,61%	274.068	15,68%	69,94%	197.623	12,95%	38,68%
Reservas de lucros	389.200	17,22%	50.204	2,87%	675,24%	8.307	0,54%	504,36%
Ações em Tesouraria	-10.263	-0,45%	-10.263	-0,59%	0,00%	-10.263	-0,67%	0,00%
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>1.059.097</b>	<b>46,86%</b>	<b>529.567</b>	<b>30,31%</b>	<b>99,99%</b>	<b>260.701</b>	<b>17,08%</b>	<b>103,13%</b>
<b>Total do passivo</b>	<b>2.259.980</b>	<b>100,00%</b>	<b>1.747.453</b>	<b>100,00%</b>	<b>29,33%</b>	<b>1.526.119</b>	<b>100,00%</b>	<b>14,50%</b>

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

### 2021 x 2020:

- **Caixa e equivalentes de caixa**

O saldo de caixa e equivalentes de caixa e títulos em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$228,2 milhões e em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$120,0 milhões, um aumento 90,1%. Esta variação refere-se, basicamente, a geração de caixa livre oriunda da operação da Companhia, bem como operações de debêntures realizadas em 2021 no montante de R\$250,0 milhões.

- **Contas a receber**

O saldo de contas a receber em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$116,6 milhões e em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$50,1 milhões, sendo esse aumento de 132,6% explicado pelo aumento da receita no período. Não há histórico de perdas registradas em contas a receber.

- **Estoques**

O saldo de estoques em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$321,5 milhões e em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$95,3 milhões, um aumento de 237,5% em virtude do maior saldo de produtos semi-acabados.

- **Adiantamentos**

O saldo de adiantamentos em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$63,8 milhões e em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$146,9 milhões, redução de 56,6% explicado pelos recebimentos das mercadorias contratadas em 2020 relativas aos adiantamentos para expansão da usina e aquisição de *performance* para exportação em decorrência da necessidade de liquidação de adiantamentos a contrato de câmbio contratados em 2019.

- **Aplicações Financeiras de Longo Prazo**

O saldo de aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$66,6 milhões e em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$1,8 milhão, aumento de 3.664% explicado pela constituição de aplicações financeiras em CDB para garantia de empréstimos junto a instituições financeiras realizados em 2021.

- **Ativo Biológico**

O saldo de ativo biológico em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$177,6 milhões e em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$120,4 milhões, o aumento de 47,5% é explicado pelos investimentos realizados na formação de florestas de eucalipto.

- **Empréstimos e Financiamentos (circulante e não circulante)**

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo da conta empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante) correspondeu a R\$925,0 milhões um aumento de 42% em relação ao saldo em 31 de dezembro de 2020,



## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

de R\$732,0 milhões. Essa variação se deu, principalmente, em razão da 1ª emissão de debêntures da Companhia realizada em 2021.

- **Adiantamentos de Clientes**

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo da conta adiantamento de clientes correspondeu a R\$6,9 milhões uma redução de 96,0% em relação ao saldo em 31 de dezembro de 2020 (R\$170,2 milhões). Durante o exercício social de 2020, a Companhia obteve a estratégia de realizar compra de performance para liquidação de ACCs realizados em 2019, operação esta que não se repetiu na mesma intensidade em 2021.

- **Comissão de agentes de exportação**

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não possuía saldo na conta Comissão de agentes de exportação, enquanto esse valor em 31 de dezembro de 2020 era de R\$56,0 milhões. Esta redução se deve ao pagamento efetivo de comissão de agentes de exportação.

- **Patrimônio Líquido**

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo do Patrimônio Líquido era R\$1.059,1 milhões, apresentando um aumento de 100% em relação aos R\$529,6 mil apresentados em 31 de dezembro de 2020. A variação desta conta deve-se, principalmente, a retenção de lucros percebidos no exercício de 2021 em reservas.

### **2020 x 2019:**

- **Caixa e equivalentes de caixa**

O saldo de caixa e equivalentes de caixa e títulos em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$120,0 milhões e em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$19,1 milhões, um aumento 528%. Esta variação refere-se, basicamente, a geração de caixa livre oriunda da operação da Companhia, bem como empréstimos para capital de giro contratados, sendo que, em dezembro de 2020, o valor total liberado foi de R\$ 116,3 milhões.

- **Contas a receber**

O saldo de contas a receber em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$50,1 milhões e em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$41,9 milhões, sendo esse aumento de 19% explicado por clientes com menores *tickets* e melhor *rating* de crédito, que possuem um prazo de pagamento maior. Não há histórico de perdas registradas em contas a receber.

- **Estoques**

O saldo de estoques em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$95,3 milhões e em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$118,2 milhões, uma redução de 19% em virtude do menor saldo de produtos acabados.

- **Adiantamentos**

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

O saldo de adiantamentos em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$146,9 milhões e em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$17,8 milhões, o aumento de 729% explicado pelos investimentos realizados na expansão da usina e da aquisição de *performance* para exportação em decorrência da necessidade de liquidação de adiantamentos a contrato de câmbio contratados em 2019.

- **Ativo Biológico**

O saldo de ativo biológico em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$120,4 milhões e em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$97,1 milhões, o aumento de 24% é explicado pelos investimentos realizados na formação de florestas de eucalipto.

- **Imobilizado**

O saldo do imobilizado em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$1.108,4 milhões e em 31 de dezembro de 2019 R\$1.127,8 milhões, sendo a redução de 2% explicada principalmente pela desmobilização, no quarto trimestre de 2020, de uma unidade de Alto Forno por força da construção de um novo Alto Forno em outra unidade da Companhia (Aciaria).

- **Fornecedores**

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de fornecedores (circulante e não circulante) correspondeu a R\$ 128,5 milhões, uma diminuição de 30% em relação ao saldo em 31 de dezembro de 2019, de R\$ 184,0 milhões. Essa variação se deu, principalmente, em razão da maior disponibilização de caixa livre para compras à vista.

- **Empréstimos e Financiamentos (circulante e não circulante)**

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo da conta empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante) correspondeu a R\$731,9 milhões um aumento de 42% em relação ao saldo em 31 de dezembro de 2019, de R\$516,1 milhões. Essa variação se deu, principalmente, em razão da contratação de novas linhas de créditos para melhoria da liquidez corrente, combinada com taxas de juros atrativas.

- **Adiantamentos de Clientes**

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo da conta adiantamento de clientes correspondeu a R\$170,2 milhões um aumento de 224% em relação ao saldo em 31 de dezembro de 2019 (R\$52,6 milhões). Com a expectativa do aumento de exportação do aço, a Companhia contratou em 2019 linhas de créditos vinculados a exportação (ACCs), contudo com o aquecimento do mercado interno as exportações não ocorreram no volume anteriormente projetado, sendo necessário a exportação de outros produtos (através de compra de *performance*) para liquidação dos ACCs.

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

- Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo da conta de partes relacionadas (circulante e não circulante) correspondeu a R\$5,7 milhões, uma redução de 97% em relação ao saldo em 31 de dezembro de 2019 (R\$226,9 milhões). Essa variação se deu, principalmente, em razão da conversão do passivo com partes relacionadas em aumento de capital.

- Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo do Patrimônio Líquido era R\$260,7 milhões, apresentando um aumento de 103% em relação aos R\$529,6mil apresentados em 31 de dezembro de 2020. A variação desta conta deve-se, principalmente, ao aumento de capital ocorrido em novembro de 2020 e retenção de lucros percebidos no exercício de 2020 em reservas.

### (ii) Comparação entre saldos das contas de resultado em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019:

(em milhares de reais, exceto percentuais)	Em 31 de dezembro de							
	2021	AV (%)	2020	AV (%)	Var.2021	2019	AV (%)	Var.2020
		2021		2020	x		2019	x
				2020	2020			2019
Receita líquida de vendas	1.418.152	100,00%	900.943	100,00%	57,41%	707.008	100,00%	27,43%
Custo dos produtos vendidos	-746.846	-52,66%	-619.701	-68,78%	20,52%	-551.652	-78,03%	12,34%
<b>Lucro bruto</b>	<b>671.306</b>	<b>47,34%</b>	<b>281.242</b>	<b>31,22%</b>	<b>138,69%</b>	<b>155.356</b>	<b>21,97%</b>	<b>81,03%</b>
Despesas com vendas	-70.591	-4,98%	-77.578	-8,61%	-9,01%	-67.881	-9,60%	14,29%
Despesas gerais administrativas	-57.879	-4,08%	-31.710	-3,52%	82,53%	-24.692	-3,49%	28,42%
Outras receitas (despesas) operacionais	145.099	10,23%	82.547	9,16%	75,78%	63.347	8,96%	30,31%
Resultado de equivalência patrimonial	-667	-0,05%	-112	-0,01%	495,54%	-3.274	-0,46%	-96,58%
Ganho (perda) sobre ativo biológico	1.010	0,07%	-11.844	-1,31%	-108,53%	1.600	0,23%	-840,25%
<b>Resultado antes das receitas e despesas financeir</b>	<b>688.278</b>	<b>48,53%</b>	<b>242.545</b>	<b>26,92%</b>	<b>183,77%</b>	<b>124.456</b>	<b>17,60%</b>	<b>94,88%</b>
Receitas financeiras	8.317	0,59%	9.667	1,07%	-13,97%	1.453	0,21%	565,31%
Despesas financeiras	-83.406	-5,88%	-72.595	-8,06%	14,89%	-58.420	-8,26%	24,26%
Variações cambiais líquidas	-5.277	-0,37%	-76.445	-8,48%	-93,10%	-6.318	-0,89%	1109,96%
<b>Resultado antes dos tributos sobre o lucro</b>	<b>607.912</b>	<b>42,87%</b>	<b>103.172</b>	<b>11,45%</b>	<b>489,22%</b>	<b>61.171</b>	<b>8,65%</b>	<b>68,66%</b>
Imposto de renda e contribuição social	-64.293	-4,53%	-3.211	-0,36%	1902,27%	1.415	0,20%	-326,93%
Corrente	-32.001	-2,26%	0	0,00%	n.m.	0	0,00%	n.m.
Diferido	-32.292	-2,28%	-3.211	-0,36%	905,67%	1.415	0,20%	-326,93%
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>543.619</b>	<b>38,33%</b>	<b>99.961</b>	<b>11,10%</b>	<b>443,83%</b>	<b>62.586</b>	<b>8,85%</b>	<b>59,72%</b>

### 2021 x 2020:

- Receita Líquida de vendas

A receita operacional líquida da Companhia decorre principalmente da venda de aços laminados. O total da receita operacional líquida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 correspondeu a R\$1.418,2 milhões, um aumento de 57,4% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, quando totalizou R\$900,9 milhões. As variações na receita operacional líquida são explicadas pela melhoria de preços em todas as linhas de produtos da Companhia em 2021.

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

- **Custos dos bens ou serviços vendidos**

O custo produtos vendidos apresentou um aumento de 20,5% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, quando representava R\$746,8 milhões, em comparação a R\$619,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Essa variação decorreu, principalmente, do aumento dos custos com matérias primas.

- **Lucro Bruto**

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, o lucro bruto totalizou R\$671,3 milhões, enquanto no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, correspondeu a R\$281,2 milhões. A margem bruta acumulada no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 foi de 47,3%, 16,1 pontos percentuais acima do exercício social encerrado em 2020, de 31,2%, sendo esta variação decorrente das modificações de receita e custos acima mencionadas.

- **Despesas com Vendas**

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, as despesas com vendas totalizaram R\$70,6 milhões, uma queda de 9,0%, em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, quando totalizaram R\$77,6 milhões. Essa variação decorreu, principalmente, pela redução do volume de vendas no período.

- **Despesas Gerais e Administrativas**

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, as despesas gerais e administrativas totalizaram R\$57,9 milhões, um aumento de 82,5%, em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, quando totalizaram R\$31,7 milhões. Essa variação decorreu, principalmente, (i) ao aumento de despesas com pessoal, fruto do aumento do número de funcionários e dissídio salarial, (ii) contratação de serviços de consultoria e advogados, (iii) dentre outros.

- **Outras receitas (despesas) operacionais**

As outras receitas (despesas) operacionais totalizaram R\$145,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 e R\$82,6 milhões em de dezembro de 2020, esse aumento é advindo principalmente do incentivo fiscal do ICMS que é calculado sobre o faturamento bruto.

- **Ganho (perda) sobre ativo biológico**

Ganho (perda) sobre ativo biológico totalizou um ganho de R\$1,0 milhão no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, em comparação a uma perda registrada em 31 de dezembro de 2020 de R\$11,8 milhões. Esse resultado é advindo principalmente da avaliação negativa do volume de produtividade das florestas ocorrida em 2020.

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

- **Resultado Financeiro**

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, o resultado financeiro correspondeu a despesa de R\$80,4 milhões comparado com despesa de R\$139,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, representando uma redução de 42,3%. Essa redução decorreu, principalmente, pela menor variação cambial ocorrida no ano de 2021.

- **Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício**

Como resultado das variações acima indicadas, a Companhia registrou lucro líquido de R\$543,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, em comparação a um lucro líquido de R\$100,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, uma variação de R\$443,7 milhões no período.

### 2020 x 2019:

- **Receita Líquida de vendas**

A receita operacional líquida da Companhia decorre principalmente da venda de aços laminados. O total da receita operacional líquida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 correspondeu a R\$ 900,9 milhões, um aumento de 27% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, quando totalizou R\$ 707,0 milhões. As variações na receita operacional líquida são explicadas pelo aumento de 1,5% na quantidade de aço vendida no período, com um ticket médio maior em 2020 em relação ao ano de 2019, devido ao aumento da demanda do setor de construção civil e infraestrutura (mercado consumidor de aços longos), além do mix de produtos, em 2020 em relação a 2019 a Companhia aumentou em 12% e 57% a venda de fio máquina e vergalhão e reduziu em 63% a venda de tarugo priorizando os produtos que possuem mais valor agregado.

- **Custos dos bens ou serviços vendidos**

O custo produtos vendidos apresentou um aumento de 12% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, quando representava R\$619,7 milhões, em comparação a R\$551,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Essa variação decorreu, principalmente, do aumento dos custos com matérias primas.

- **Lucro Bruto**

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, o lucro bruto totalizou R\$281,2 milhões, enquanto no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, correspondeu a R\$155,3 milhões. A margem bruta acumulada no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi de 31,2%, 9,2 pontos percentuais acima do exercício social encerrado em 2018, de 22%, sendo esta variação decorrente das modificações de receita e custos acima mencionadas.

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

- **Despesas com Vendas**

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, as despesas com vendas totalizaram R\$77,6 milhões, um aumento 14%, em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, quando totalizaram R\$67,9 milhões. Essa variação decorreu, principalmente, pelo aumento da tabela de frete.

- **Outras receitas (despesas) operacionais**

As outras receitas (despesas) operacionais totalizaram R\$82,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 e R\$63,4 milhões em de dezembro de 2019, esse aumento é advindo principalmente do incentivo fiscal do ICMS que é calculado sobre o faturamento bruto.

- **Ganho (perda) sobre ativo biológico**

Ganho (perda) sobre ativo biológico totalizou uma perda de R\$11,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, em comparação a um ganho registrado em 31 de dezembro de 2019 de R\$1,6 milhão. Esse resultado é advindo principalmente da avaliação negativa do volume de produtividade das florestas.

- **Resultado Financeiro**

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, o resultado financeiro correspondeu a despesa de R\$139,4 milhões comparado com despesa de R\$63,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de 120%. Esse aumento decorreu, principalmente, pela variação cambial ocorrida no ano de 2020.

- **Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício**

Como resultado das variações acima indicadas, a Companhia registrou lucro líquido de R\$99,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, em comparação a um lucro líquido de R\$62,6 milhões no exercício social encerrado 31 de dezembro de 2019, uma variação de R\$37,4 milhões no período.

### (iii) Comparação entre os valores relativos aos fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019:

<i>(em milhares de reais, exceto percentuais)</i>	Em 31 de dezembro de		
	2021	2020	2019
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do período</b>	<b>120.017</b>	<b>19.104</b>	<b>4.088</b>
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	214.020	234.968	117.298
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	-257.095	-129.101	-127.230
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	151.330	-5.287	24.894
Variação cambial sobre Caixa e Equivalentes a Caixa	-93	333	54
<b>Caixa e equivalentes de caixa no final do período</b>	<b>228.179</b>	<b>120.017</b>	<b>19.104</b>

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

### 2021 x 2020:

- **Atividades operacionais**

O fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais apresentou uma redução no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, quando totalizou R\$214,0 milhões, em comparação com o mesmo período de 2020 (R\$234,9 milhões), essa variação se deve, principalmente, pelo aumento dos estoques e contas a receber, além de uma quantidade menor de adiantamento de clientes no período.

- **Atividades de investimentos**

O caixa aplicado nas atividades de investimentos da Companhia foi de R\$257,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 e R\$129,1 milhões em 31 de dezembro de 2020, aumento explicado pelo maior investimento em imobilizado e intangível, além do aumento nas aplicações financeiras.

- **Atividades de financiamento**

O caixa gerado pelas atividades de financiamento para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 totalizou R\$151,3 milhões e -R\$5,3 milhões em 31 de dezembro de 2020, explicado pela 1ª emissão de debêntures realizada pela Companhia em 2021.

### 2020 x 2019:

- **Atividades operacionais**

O fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais apresentou um aumento no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, quando totalizou R\$234,9 milhões, em comparação com o mesmo período de 2019 R\$117,3 milhões, essa variação se deve, principalmente, pela melhora do resultado, negociação e postergação de pagamento de juros de empréstimos e financiamentos em virtude da pandemia do COVID-19 e realização de grande parte do seu estoque.

- **Atividades de investimentos**

O caixa aplicado nas atividades de investimentos da Companhia foi de R\$129,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 e R\$127,2 milhões em 31 de dezembro de 2019 aumento explicado pelo investimento em imobilizado e intangível.

- **Atividades de financiamento**

O caixa gerado pelas atividades de financiamento para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 totalizou -R\$5,3 milhões e R\$24,9 milhões em 31 de dezembro de 2019, explicado pelas novas captações e pagamentos de ACCs.

## 10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

### a) Resultados das operações da Companhia e suas controladas, em especial:

#### (i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Os resultados operacionais da Companhia são oriundos principalmente da venda de produtos siderúrgicos, tais como fio máquina, vergalhão, tarugo e ferro gusa. No segundo semestre de 2018, a AVB iniciou a fabricação de produtos laminados, sendo o mercado interno o maior consumidor, nos segmentos de construção civil e indústria.

Abaixo é apresentada a abertura da receita auferida pela Companhia segregada por produto vendido nos períodos indicados:

<i>(em milhares de reais, exceto percentuais)</i>	Em 31 de dezembro de		
	2021	2020	2019
<b>Mercado interno</b>			
Fio Máquina	995.121	533.023	413.676
Vergalhão	738.048	433.081	227.199
Tarugo	26.862	25.160	119.154
Energia elétrica	208	3.553	13.931
Outros	10.378	9.553	6.409
	<b>1.770.617</b>	<b>1.004.370</b>	<b>780.369</b>
<b>Mercado externo</b>			
Tarugo	-	46.691	70.032
Ferro gusa	-	41.900	-
Outros	-	10.257	17.464
	<b>0</b>	<b>98.848</b>	<b>87.496</b>
	1.770.617	1.103.218	867.865

#### (ii) Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Os resultados de nossas operações são fortemente dependentes da venda de produtos laminados no mercado interno. Os principais fatores de impacto são o ritmo da economia doméstica, em especial da construção civil e a demanda de aço no mundo.

### b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços:

Não aplicável, tendo em vista que, nos termos da Instrução CVM 480, este item é facultativo para emissores de valores mobiliários registrados na categoria B.



## 10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

**c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante:**

Não aplicável, tendo em vista que, nos termos da Instrução CVM 480, este item é facultativo para emissores de valores mobiliários registrados na categoria B.

### **10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras**

**a) Introdução ou alienação de segmento operacional**

Nenhum segmento operacional foi introduzido ou alienado no âmbito das atividades da Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 ou no exercício social corrente.

**b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária**

Não houve constituição, aquisição ou alienação de participação societária por parte da Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 ou no exercício social corrente.

**c) Eventos ou operações não usuais**

Em outubro de 2020, foi realizada a desmobilização de uma unidade de Alto Forno com sua respectiva baixa no valor líquido de R\$ 39.472 mil por força da construção de um novo Alto Forno em outra unidade da Companhia (Aciaria) que irá permitir a completa operação da Companhia. O início das atividades desse novo Alto Forno ocorreu no primeiro semestre 2021.

## 10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

### a) Mudanças significativas nas práticas contábeis

As alterações ocorridas nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 estão descritas nos itens abaixo.

#### **Pronunciamentos novos ou aplicados em 1º de janeiro de 2019**

##### *CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil*

Em 1º de janeiro de 2019, entrou em vigor o CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil. Na nova norma, um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento.

O CPC 06 (R2) substituiu as normas de arrendamento existentes do CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A Companhia aplicou a abordagem de retrospectiva modificada e não reapresentou os valores comparativos para o ano anterior à primeira adoção. Os ativos de direito de uso relativos a arrendamentos foram mensurados ao valor dos passivos de arrendamento no momento da adoção. A Companhia aplicou a isenção prevista na norma para o não reconhecimento do direito de uso e dos passivos de arrendamento para contratos com prazo inferior a 12 meses e para ativos com baixo valor.

Os impactos da aplicação deste pronunciamento foram demonstrados em Nota Explicativa

### b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não houve alterações nas práticas contábeis adotadas pela Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, exceto pelas novas normas adotadas descritas no item CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil. Seguem abaixo os impactos ocorridos em função da adoção inicial:

#### a) Ativos de direito de uso

Os ativos de direito de uso estão segregados por categoria, conforme abaixo:

## 10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

Movimentação do direito e uso de ativo	Veículos	Equipamentos	Imóveis	Total
<b>Custo</b>				
<b>Saldo em 31/12/2019</b>	<b>683</b>	<b>380</b>	<b>55.218</b>	<b>56.281</b>
Adição	1.022	808	10	1.840
Baixa	-972	-380	-10	-1.362
<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>733</b>	<b>808</b>	<b>55.218</b>	<b>56.759</b>
Adição	1.125	27	25.874	27.026
Baixa	-814	0	-4.550	-5.364
<b>Saldo em 31/12/2021</b>	<b>1.044</b>	<b>835</b>	<b>76.542</b>	<b>78.421</b>
<b>Depreciação acumulada</b>				
<b>Saldo em 31/12/2019</b>	<b>-387</b>	<b>-285</b>	<b>-2.761</b>	<b>-3.433</b>
Adição	-904	-292	-5.532	-6.728
Baixa	935	380	10	1.325
<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>-356</b>	<b>-197</b>	<b>-8.283</b>	<b>-8.836</b>
Adição	-1.042	-269	-8.028	-9.339
Baixa	778	0	284	1.062
<b>Saldo em 31/12/2021</b>	<b>-620</b>	<b>-466</b>	<b>-16.027</b>	<b>-17.113</b>

### ii) Passivos de arrendamento

Os valores contábeis dos passivos de arrendamento e as movimentações durante o período são demonstrados a seguir:

<b>Saldo em 31/12/2019</b>	<b>54.030</b>
Adições	1.840
Juros Incorridos	5.658
Baixas	-38
Pagamentos	-10.299
<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>51.191</b>
Circulante	5.949
Não Circulante	45.242
<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>51.191</b>
Adições	27.026
Juros Incorridos	7.200
Baixas	-4.331
Pagamentos	-14.051
<b>Saldo em 31/12/2021</b>	<b>67.035</b>
Circulante	6.690
Não Circulante	60.345

### iii) Valores reconhecidos no resultado

Despesas de depreciação de ativos de direito de uso	3.533
Despesas com juros de passivos de arrendamento	2.943
	<hr/>
	6.476

## **10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor**

### **c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor**

Os relatórios do auditor independente referentes às demonstrações financeiras dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 não apresentaram ressalvas e ênfases.

## **10.5 - Políticas Contábeis Críticas**

Não aplicável, tendo em vista que, nos termos da Instrução CVM 480, este item é facultativo para emissores de valores mobiliários registrados na categoria B.

## 10.6 - Itens Relevantes Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras

a) Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items) tais como: (i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos; (ii) Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando os respectivos passivos; (iii) contratos de futura compra e venda de produtos e serviços; (iv) contratos de construção não terminada; e (v) contratos de recebimento futuros de financiamentos.

Todos os ativos e passivos assumidos pela Companhia e suas controladas estão registrados em seu balanço patrimonial. Portanto, não há ativos ou passivos detidos pela Companhia e suas controladas que não estejam evidenciados em seu balanço patrimonial.

b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não existem outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

## 10.7 - Comentários Sobre Itens Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras

**a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**

Não aplicável, tendo em vista que não existem outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

**b) natureza e o propósito da operação**

Não aplicável, tendo em vista que não existem outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

**c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

Não aplicável, tendo em vista que não existem outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.



## 10.8 - Plano de Negócios

### a) Investimentos

#### (i) Descrição dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Em 2015, a Unidade de Aciaria entrou em operação, com uma capacidade instalada de até 600.000 toneladas ao ano e em 2018 entrou em operação a laminação com capacidade instalada para produção de fio máquina, vergalhão e arame de até 600.000 toneladas ao ano. O investimento realizado em imobilizado e ativos florestais nos anos de 2019, 2020 e 2021 foram de R\$127,2 milhões, R\$127,7 milhões e R\$195,5 milhões.

#### (ii) Fontes de financiamento dos investimentos:

A Companhia financia suas atividades parte com capital próprio, com o caixa gerado pelo negócio, e parte com capital de terceiros via contratos de financiamento (conforme detalhado no item 10.1(f) deste Formulário de Referência).

#### (iii) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não há desinvestimentos relevantes em andamento ou previstos.

### b) Aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Não há aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos previstos que possam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

### c) Novos produtos e serviços, indicando:

#### (i) Pesquisas em andamento

Não aplicável à operação da Companhia.

#### (ii) Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável à operação da Companhia.

#### (iii) Projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável à operação da Companhia.

#### (iv) Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável à operação da Companhia.

## **10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante**

Não existem outras informações consideradas relevantes além daquelas divulgadas nos itens anteriores.

## **11.1 - Projeções Divulgadas E Premissas**

Nos termos do artigo 20 da Instrução CVM Nº 480, a divulgação de projeções e estimativas neste Formulário de Referência é facultativa, desde que a administração da Companhia não tenha divulgado projeções e estimativas. Assim, tendo em vista que não foram divulgadas projeções e estimativas até o momento, a administração da Companhia optou por também não divulgar neste Formulário de Referência projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais e financeiras) relacionadas aos negócios ou atividades da Companhia.

## **11.2 - Acompanhamento E Alterações Das Projeções Divulgadas**

Nos termos do artigo 20 da Instrução CVM Nº 480, a divulgação de projeções e estimativas neste Formulário de Referência é facultativa, desde que a administração da Companhia não tenha divulgado projeções e estimativas. Assim, tendo em vista que não foram divulgadas projeções e estimativas até o momento, a administração da Companhia optou por também não divulgar neste Formulário de Referência projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais e financeiras) relacionadas aos negócios ou atividades da Companhia.

## 12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

a) **atribuições do conselho de administração e dos órgãos e comitês permanentes que se reportam ao conselho de administração:**

(i) **CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

O Conselho de Administração da Companhia é composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros, todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 2 (dois) anos, sendo permitida a sua reeleição.

Os membros do Conselho de Administração devem ter reputação ilibada, não podendo ser eleitos, salvo mediante dispensa expressa da Assembleia Geral que os eleger, aqueles que: (i) ocuparem cargos em sociedades consideradas concorrentes da Companhia; ou (ii) possuírem ou representarem interesses conflitantes com a Companhia. Não poderá ser exercido o direito de voto pelos membros do Conselho de Administração caso se configurem, posteriormente, os fatores de impedimento indicados neste parágrafo. Os membros do Conselho de Administração não poderão ter acesso a informações ou participar de reuniões do Conselho de Administração relacionadas a assuntos sobre os quais tenham ou representem interesses conflitantes com os da Companhia, ficando expressamente vedado o exercício do seu direito de voto nessas situações.

O Conselho de Administração terá 01 (um) Presidente eleito pelos acionistas. O Presidente do Conselho de Administração convocará e presidirá as reuniões do órgão, bem como terá voto de qualidade.

O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, a cada 4 (quatro) meses e, extraordinariamente, sempre que convocado por qualquer de seus membros.

Sem prejuízo das demais competências previstas em lei, compete ao Conselho de Administração:

- (i) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;
- (ii) aprovar e alterar os planos estratégicos, os orçamentos anuais (orçamento da Companhia relativamente a determinado ano civil, a ser elaborado pela Diretoria e aprovado pelo Conselho de Administração até o final do mês de novembro de cada ano anterior àquele a que se referir) e os planos de investimento da Companhia, bem como acompanhar sua execução;
- (iii) eleger e destituir a Diretoria e fixar-lhe a remuneração, observadas as disposições aplicáveis neste Estatuto Social e na legislação aplicável;
- (iv) deliberar sobre a alteração do número de membros da Diretoria, observados os termos deste Estatuto Social, bem como aprovar a criação de comitês técnicos ou consultivos;
- (v) convocar a Assembleia Geral nos casos previstos em lei ou quando julgar conveniente;

## 12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

- (vi) fiscalizar a gestão da Diretoria, examinar a qualquer tempo os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração pela Companhia, e praticar quaisquer outros atos necessários ao exercício de suas funções;
- (vii) manifestar-se sobre o relatório e as contas da Diretoria, bem como sobre as demonstrações financeiras do exercício que deverão ser submetidas à Assembleia Geral Ordinária;
- (viii) escolher e destituir auditores independentes;
- (ix) deliberar sobre os assuntos que lhe forem submetidos pela Diretoria;
- (x) propor à deliberação da Assembleia Geral a destinação a ser dada ao saldo remanescente dos lucros de cada exercício;
- (xi) submeter à Assembleia Geral propostas de aumento de capital, bem como de reforma do Estatuto Social;
- (xii) observado o disposto no item (xi) acima, deliberar, nos termos da competência atribuída pelo Artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações, sobre a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, o modo de subscrição ou colocação e o tipo das debêntures a serem emitidas, sua remuneração, condições de pagamento dos juros, participação nos lucros e prêmio de reembolso das debêntures, se houver;
- (xiii) deliberar sobre a aquisição de ações de emissão da Companhia para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, bem como sobre sua revenda, reposição no mercado ou cancelamento, observadas as normas expedidas pela CVM e demais disposições legais aplicáveis;
- (xiv) aprovar a contratação da instituição depositária prestadora dos serviços de ações escriturais, se houver;
- (xv) dispor a respeito da ordem de seus trabalhos e estabelecer as normas regimentais de seu funcionamento, observadas as disposições deste Estatuto Social;
- (xvi) orientar o voto da Companhia na qualidade de sócia em suas investidas, bem como sua representação nos órgãos de administração de tais investidas;
- (xvii) distribuir entre os Conselheiros e Diretores, individualmente, a parcela da remuneração anual global dos administradores fixada pela Assembleia Geral; e
- (xviii) resolver os casos omissos neste Estatuto Social e exercer outras atribuições que a lei ou o presente Estatuto Social não confirmam a outro órgão da Companhia.

O Conselho de Administração da Companhia não possui, na data deste Formulário de Referência, regimento interno próprio.

## 12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

### (ii) COMITÊS E COMISSÕES

A Companhia também não possui comitês ou comissões estatutários, contudo, nos termos do seu Estatuto Social, compete ao Conselho de Administração a criação dos referidos órgãos de assessoramento, competindo-lhe, ainda, definir regras sobre composição, prazo de gestão, remuneração e funcionamento.

O Conselho de Administração, em reunião realizada em 12/04/2022, aprovou o Regimento Interno do Comitê de Governança e Sustentabilidade da Companhia ("Comitê") e seus respectivos membros. O Comitê, de acordo com o seu regimento, é um órgão não estatutário de caráter não deliberativo, que tem por objetivo assessorar o Conselho de Administração no cumprimento de suas atribuições com relação à estratégia de Governança e Sustentabilidade da Companhia, com faculdades para informar, analisar e apresentar propostas para o Conselho de Administração dentro do escopo de suas funções previstas no regimento. O Comitê será formado por no mínimo 3 (três) e no máximo 7 (sete) membros, com mandato unificado de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição.

### (iii) CONSELHO FISCAL

A Companhia terá um Conselho Fiscal que somente funcionará nos exercícios sociais em que for instalado, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação da CVM aplicável e do Estatuto Social da Companhia. O pedido de funcionamento do Conselho Fiscal poderá ser formulado em qualquer Assembleia Geral, ainda que a matéria não conste do anúncio da convocação. Esta mesma Assembleia procederá a eleição dos membros do Conselho Fiscal, de seus respectivos suplentes e a fixação da remuneração dos Conselheiros Fiscais que exercerem suas funções na forma do parágrafo terceiro do artigo 162 da Lei das Sociedades por Ações. O Conselho Fiscal da Companhia deverá ser composto, instalado e remunerado em conformidade com a legislação em vigor.

O Conselho Fiscal, quando instalado, será composto de 03 (três) a 05 (cinco) membros, com igual número de suplentes, pessoas físicas, residentes no País, acionistas ou não da Companhia, eleitos pela Assembleia Geral. As atribuições e os poderes do Conselho Fiscal são definidos em lei, não podendo ser outorgados a outro órgão da Companhia sem prévia e expressa autorização legal.

Os membros do Conselho Fiscal elegerão seu Presidente na primeira reunião do Conselho Fiscal a ser realizada após a sua instalação.

O Conselho Fiscal da Companhia não foi instalado nos exercícios de 2021, 2020 e 2019.

O Conselho Fiscal da Companhia não possui, na data deste Formulário de Referência, regimento interno próprio.

### (iv) DIRETORIA

A Diretoria da Companhia será composta por no mínimo 02 (dois) e no máximo 08 (oito) membros, acionistas ou não, eleitos pelo Conselho de Administração, destituíveis a qualquer tempo, autorizada a cumulação de funções por um mesmo Diretor, sendo designados da seguinte forma: 1 (um) Diretor

## 12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

Presidente, 1 (um) Diretor de Relações com Investidores, e 6 (seis) Diretores sem designação específica. Os membros da Diretoria exercerão suas funções na forma estabelecida no Estatuto Social, competindo ao Conselho de Administração fixar as atribuições individuais que serão aplicáveis aos Diretores sem designação específica no ato de sua eleição.

O período de gestão dos membros da Diretoria é de 02 (dois) anos, permitida a reeleição. O seu prazo de gestão estender-se-á até a eleição e investidura dos novos Diretores.

A Diretoria reunir-se-á sempre que assim exigirem os negócios sociais, sendo convocada pelo Diretor Presidente, ou por qualquer dos demais Diretores, e a reunião somente será instalada com a presença da maioria de seus membros.

As deliberações nas reuniões da Diretoria serão tomadas por maioria de votos dos presentes em cada reunião. Na hipótese de empate nas deliberações, caberá ao Diretor Presidente o voto de qualidade.

Compete à Diretoria a administração dos negócios sociais em geral e a prática, para tanto, de todos os atos necessários ou convenientes, ressalvados aqueles para os quais, por lei ou pelo Estatuto Social da Companhia, seja atribuída a competência à Assembleia Geral ou ao Conselho de Administração. No exercício de suas funções, os Diretores poderão realizar todas as operações e praticar todos os atos de ordinária administração necessários à consecução dos objetivos de seu cargo, observadas as disposições do Estatuto Social da Companhia quanto à forma de representação, à alçada para a prática de determinados atos, e a orientação geral dos negócios estabelecida pelo Conselho de Administração.

Compete à Diretoria:

- (i) assegurar o pleno funcionamento da Companhia, cumprindo Estatuto Social e as deliberações do Conselho de Administração e das Assembleias Gerais, bem como as disposições aplicáveis;
- (ii) apresentar, caso solicitado, à Assembleia Geral e/ou ao Conselho de Administração, conforme aplicável, anualmente, os relatórios das atividades sociais, bem como formular propostas que devam ser levadas à deliberação do Conselho de Administração ou da Assembleia Geral;
- (iii) representar a Companhia ativa e passivamente, atendidos os requisitos mínimos estabelecidos no Estatuto Social; e
- (iv) constituir mandatários da Companhia, devendo ser especificado nos instrumentos os atos e operações que poderão praticar e a duração do mandato, com exceção para o mandato judicial que poderá ser de duração indeterminada.

A Diretoria da Companhia não possui, na data deste Formulário de Referência, regimento interno próprio.



## 12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

**ii. Informar se possui comitê estatutário de auditoria, informando, caso positivo, suas principais atribuições, forma de funcionamento e se ele atende aos requisitos da regulamentação emitida pela CVM**

A Companhia não possui Comitê Estatutário de Auditoria.

**iii. Informar de que forma o Conselho de Administração avalia o trabalho da auditoria independente, indicando se a Companhia possui uma política de contratação de serviços extra-auditoria com o auditor independente, e informando o órgão responsável pela aprovação da política, data de sua aprovação, e caso ela seja divulgada, os locais onde ela pode ser consultada**

Não aplicável, tendo em vista que, nos termos da Instrução CVM 480, este item é facultativo para emissores de valores mobiliários registrados na categoria B.

**b) em relação aos membros da diretoria, suas atribuições e poderes individuais, indicando se a diretoria possui regimento interno próprio, e informando, em caso positivo, órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o regimento, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

Não aplicável, tendo em vista que, nos termos da Instrução CVM 480, este item é facultativo para emissores de valores mobiliários registrados na categoria B.

**c) data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, informando se possui regimento interno próprio, e indicando, em caso positivo, data da sua aprovação pelo conselho fiscal e, caso o emissor divulgue o regimento, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

Não aplicável, tendo em vista que, nos termos da Instrução CVM 480, este item é facultativo para emissores de valores mobiliários registrados na categoria B.

**d) Informar se há mecanismos de avaliação de desempenho do conselho de administração e de cada órgão ou comitê que se reporta ao conselho de administração**

Não aplicável, tendo em vista que, nos termos da Instrução CVM 480, este item é facultativo para emissores de valores mobiliários registrados na categoria B.

## **12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais**

Não aplicável, tendo em vista que, nos termos da Instrução CVM 480, este item é facultativo para emissores de valores mobiliários registrados na categoria B.

### **12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração**

Não aplicável, tendo em vista que, nos termos da Instrução CVM 480, este item é facultativo para emissores de valores mobiliários registrados na categoria B.

## **12.4 - Descrição da Cláusula Compromissória Para Resolução de Conflitos Por Meio de Arbitragem**

Não aplicável, tendo em vista que, nos termos da Instrução CVM 480, este item é facultativo para emissores de valores mobiliários registrados na categoria B.

**12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal**

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Leandro Vasconcelos da Costa 048.441.546-80	04/04/1979 Administrador	Pertence apenas à Diretoria 19 - Outros Diretores Diretor Comercial	09/08/2021 09/08/2021	2 anos Sim	3 0.00%
Gustavo Rozenbaum Bcheche 037.234.056-30	02/03/1979 Engenheiro Civil	Pertence apenas à Diretoria 19 - Outros Diretores Diretor Financeiro e de Relações com Investidores	09/08/2021 09/08/2021	02 anos Sim	3 0.00%
Membro do Comitê de Governança e Sustentabilidade					
Sandro Marques Raposo 006.321.727-97	30/09/1969 Engenheiro Metalúrgico	Pertence apenas à Diretoria 19 - Outros Diretores Diretor de Sustentabilidade e Novos Negócios	09/08/2021 09/08/2021	02 anos Sim	3 0.00%
Coordenador do Comitê de Governança e Sustentabilidade					
Gustavo Gasparini Braga 054.403.916-57	10/04/1979 Administrador de empresas	Pertence apenas à Diretoria 19 - Outros Diretores Diretor de Suprimentos	01/02/2023 01/02/2023	Até 09/08/2023 Sim	0 0.00%
N/A					
Ricardo Carvalho Nascimento 004.855.936-96	12/09/1978 Engenheiro Civil	Pertence apenas ao Conselho de Administração 22 - Conselho de Administração (Efetivo)	23/02/2023 23/02/2023	2 anos Sim	3 100.00%
Membro do Comitê de Governança e Sustentabilidade					
Ricardo Nascimento 007.392.516-00	08/03/1942 Advogado	Pertence apenas ao Conselho de Administração 20 - Presidente do Conselho de Administração	23/02/2023 23/02/2023	2 anos Sim	3 100.00%
Laura Carvalho Nascimento 004.856.656-03	25/09/1976 Fisioterapeuta	Pertence apenas ao Conselho de Administração 22 - Conselho de Administração (Efetivo)	23/02/2023 23/02/2023	2 anos Sim	1 100.00%

**12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal**

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Maria Renata e Silva Lotfi	23/09/1987	Pertence apenas ao Conselho de Administração	23/02/2023	2 anos	0
230.358.308-00	Administradora	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	23/02/2023	Sim	100.00%
Membro do Comitê de Governança e Sustentabilidade.					
Maria Gabriela Woge Liguori	08/02/1976	Pertence apenas ao Conselho de Administração	23/02/2023	2 anos	0
308.513.548-07	Economista	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	23/02/2023	Sim	100.00%
Membro do Comitê de Governança e Sustentabilidade					
Silvia Carvalho Nascimento e Silva	08/08/1977	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	23/02/2023	2 anos	3
004.855.976-83	Administradora	33 - Conselheiro(Efetivo) e Dir. Presidente	23/02/2023	Sim	100.00%
Membro do Comitê de Governança e Sustentabilidade					
Experiência profissional / Critérios de Independência					
Leandro Vasconcelos da Costa - 048.441.546-80					
Formando em Administração de vendas pela FEAD (2002), possui MBA em Gestão Logística pela Fundação Getúlio Vargas (2004). Trabalhou como coordenador comercial e operacional na ALL de 2001 a 2005, como gerente de logística na TNT Logistics de 2005 a 2006 e na Vale S.A como gerente de vendas de 08/2006 a 2015. Em 2015 entrou no Grupo como superintendente comercial na CBF Indústria de Gusa e em 2018 assumiu a Diretoria Comercial da AVB.					
O Sr. Leandro não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.					
O Sr. Leandro não é considerado uma pessoa politicamente exposta para fins da Instrução CVM n.º 617.					
Gustavo Rozenbaum Bcheche - 037.234.056-30					

Formando em Engenharia Civil pela UFMG, possui MBA em Gestão Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas (2003), MBA em Gestão Empreendedora pela Fundação Dom Cabral (2005) e Post-MBA em Gestão Empresarial pela instituição Kellogg School of Management (2006). Trabalhou como gerente de projetos na empresa de Mecanização Rural de 2010 a 2015, Superintendente Financeiro na CBF Indústria de Gusa (2016) e em 2017 assumiu a Diretoria Financeira da AVB.

O Sr. Gustavo não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

O Sr. Gustavo não é considerado uma pessoa politicamente exposta para fins da Instrução CVM n.º 617.

---

Sandro Marques Raposo - 006.321.727-97

Formando em Engenharia Metalúrgica pela UFF (1992), possui mestrado em Engenharia Metalúrgica pela Universidade Federal do Paraná – UFPR/2002. Trabalhou na Gerdau Brasil de 1993 a 1994 como engenheiro trainee, de 1994 a 1995 como chefe do Lingotamento – Aciaria, e de 1996 a 2000 como chefe de processos, e de 2000 a 2003 como chefe de produção. De 2004 a 2005 trabalhou na Gerdau Ameristeel (Sayreville Mill - USA) como Gerente Sistema de Gestão/Consultor Aciaria e 2005 a 2007 como Superintendente de Aciaria na Gerdau Ameristeel (Perth Amboy Mill - USA). Trabalhou de 05/2007 a 08/2010 como gerente geral na CSN como Responsável pelo Projeto de implantação e pela Operação (Aciaria e Laminação) e performance da Planta e pela estruturação e gestão do negócio de Aços Longos da CSN. Trabalhou de 09/2010 a 09/2012 como Diretor Executivo na Queiroz Galvão Siderurgia. Em 10/2012 entrou na Aço Verde do Brasil como gerente geral de engenharia sendo eleito diretor industrial em 2017.

Desde 2018 é membro do Conselho de Administração da Cimento Verde do Brasil (CVB) Joint venture entre AVB e TUDELA (Produtor Cimento Espanhol) e Diretor Industrial da Associação Industrial e Comercial (ACIA) do Maranhão.

O Sr. Sandro não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

O Sr. Sandro não é considerado uma pessoa politicamente exposta para fins da Instrução CVM n.º 617.

---

Gustavo Gasparini Braga - 054.403.916-57

Formando em Administração/Comércio Exterior pela Centro Universitário UNA, possui Pós Graduação em Psicologia Positiva e Ciência do Bem Estar pela PUC-RS. Trabalhou como agente comercial do Banco Panamericano (2001 a 2003), setor de Exportação da ESAB (2003-2004) e como Gerente de Compras, Planejamento e Reparos na Lider Aviação (2004-2011). Entrou no Grupo Ferroeste como Gerente de Suprimentos em 2011 assumiu a Diretoria de Suprimentos em 2023.

O Sr. Gustavo não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

O Sr. Gustavo não é considerado uma pessoa politicamente exposta para fins da Resolução CVM n.º 50 de 02 de setembro de 2021 (“Resolução CVM 50”).

---

Ricardo Carvalho Nascimento - 004.855.936-96

Formado em Engenharia Civil pela Universidade Federal de Minas Gerais (2003), atua no ramo siderúrgico desde o início dos anos 2000, tendo ocupado diversos cargos de liderança nas empresas do Grupo Ferroeste. É sócio da Empresa de Mecanização Rural Ltda., holding detentora de diversos negócios associados a siderurgia, agroindústria, imobiliário e energia, tais como a CBF Indústria de Gusa S.A., Veredas Agro Ltda., Destilaria Veredas Indústria de Açúcar e Álcool Ltda, dentre outros. Acionista da Aço Verde do Brasil S.A., ocupa o cargo de membro do Conselho de Administração e do Comitê de Governança e Sustentabilidade da Companhia.

O Sr. Ricardo Carvalho Nascimento é parte no processo nº 0014855-61.2012.8.08.0067, em trâmite perante a Vara Única da Comarca de João Neiva/ES. Em 15 de dezembro de 2020, foi publicada sentença condenatória, que por sua vez, foi confirmada perante o Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo. Atualmente aguarda-se a publicação do acórdão para interposição dos recursos cabíveis junto ao Superior Tribunal de Justiça.

Além disso, o Sr. Ricardo Carvalho Nascimento, não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) em processo administrativo da CVM, ou (ii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

O Sr. Ricardo não é considerado uma pessoa politicamente exposta para fins da Instrução CVM n.º 617.

---

Ricardo Nascimento - 007.392.516-00

O Sr. Ricardo Nascimento é fundador e acionista do Grupo Ferroeste, estando envolvido no ramo siderúrgico e agropecuário desde os anos 70. Acionista da Aço Verde do Brasil S.A., ocupa o cargo de Presidente do Conselho de Administração. É sócio da Empresa de Mecanização Rural Ltda., holding detentora de diversos negócios associados a siderurgia, agroindústria, imobiliário e energia, tais como a CBF Indústria de Gusa S.A., Veredas Agro Ltda., Destilaria Veredas Indústria de Açúcar e Alcool Ltda, dentre outros. Já foi presidente do SIFEMA – Sindicato das Indústrias de Ferro Gusa do Estado do Maranhão, no período de 2005 a 2007 e foi premiado com a medalha de mérito industrial concedida pelo Conselho da Ordem da Medalha do Mérito Industrial da FIEMA pelos relevantes serviços prestados à indústria maranhense.

O Sr. Ricardo não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

O Sr. Ricardo não é considerado uma pessoa politicamente exposta para fins da Instrução CVM n.º 617.

---

Laura Carvalho Nascimento - 004.856.656-03

Acionista indireta da Aço Verde do Brasil S.A., ocupa o cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia. É sócia indireta da Empresa de Mecanização Rural Ltda., holding detentora de diversos negócios associados a siderurgia, agroindústria, imobiliário e energia e, tais como a CBF Indústria de Gusa S.A., Veredas Agro Ltda., Destilaria Veredas Indústria de Açúcar e Alcool Ltda, dentre outros.

A Sra. Laura não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

A Sra. Laura não é considerada uma pessoa politicamente exposta para fins da Instrução CVM n.º 617.

---

Maria Renata e Silva Lotfi - 230.358.308-00

Maria Renata Lotfi é cofundadora da RNA Capital e tem seu histórico de atuação com grande foco em gestão de riscos. Antes de fundar a RNA Capital, foi Diretora e Líder Analítica na S&P Global Ratings. Maria Renata é graduada em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas (EAESP-FGV), onde também concluiu sua pós-graduação (Master in Financial Economics). É atualmente membro independente do Conselho de Administração da Aço Verde do Brasil S.A. e foi membro do Comitê de Riscos e Solvência do IRB Brasil RE (2020-2021).

A Sra. Maria Renata não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

A Sra. Maria Renata não é considerada uma pessoa politicamente exposta para fins da Instrução CVM n.º 617.

---

Maria Gabriela Woge Liguori - 308.513.548-07

Atualmente Diretora de Finanças Corporativas na Klabin S.A. e Membro Independente do Conselho de Administração da Aço Verde do Brasil, Gabriela Woge tem mais de 20 anos de experiência no mercado financeiro, com formação em Economia pela UNICAMP e especialização em Diplomacia Econômica e Finanças Corporativas pela UNICAMP e FGV. Com uma longa e estável carreira na área de finanças, já passou por empresas como Votorantim, BRF, Ultra e Kimberly Clark.

A Sra. Maria Gabriela não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

A Sra. Maria Gabriela não é considerada uma pessoa politicamente exposta para fins da Instrução CVM n.º 617.

---

Silvia Carvalho Nascimento e Silva - 004.855.976-83



Silvia Carvalho Nascimento e Silva é formada em Administração de Empresas pela Universidade de Miami (2000) com PDD - Programa de Desenvolvimento de Dirigentes pela Dom Cabral (2004). Atua no ramo siderúrgico desde 2000, tendo ocupado diversos cargos de liderança nas empresas do Grupo Ferroeste. É sócia da Empresa de Mecanização Rural Ltda., holding detentora de diversos negócios associados a siderurgia, agroindústria, imobiliário e energia, tais como a CBF Indústria de Gusa S.A., Veredas Agro Ltda., Destilaria Veredas Indústria de Açúcar e Álcool Ltda, dentre outros. Acionista da Aço Verde do Brasil S.A., ocupa o cargo de membro do Conselho de Administração, membro do Comitê de Governança e Sustentabilidade e Diretora-Presidente da Companhia, além de ser Diretora-Presidente do Instituto AVB, conselheira no Instituto Aço Brasil e vice-presidente do conselho de administração do IIMA – International Iron Metallics Association.

A Sra. Silvia não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

A Sra. Silvia não é considerada uma pessoa politicamente exposta para fins da Instrução CVM n.º 617.

A Sra. Silvia tomou posse como Diretora Presidente da Companhia no dia 29/04/2022, conforme ata do Conselho de Administração da mesma data, estendendo-se o mandato até 09/08/2023.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
Leandro Vasconcelos da Costa - 048.441.546-80 N/A	
Gustavo Rozenbaum Bcheche - 037.234.056-30 N/A	
Sandro Marques Raposo - 006.321.727-97 N/A	
Gustavo Gasparini Braga - 054.403.916-57 N/A	
Ricardo Carvalho Nascimento - 004.855.936-96 Condenação Criminal	O Sr. Ricardo Carvalho Nascimento é parte no processo nº 0014855-61.2012.8.08.0067, em trâmite perante a Vara Única da Comarca de João Neiva/ES. Em 15 de dezembro de 2020, foi publicada sentença condenatória, que por sua vez, foi confirmada perante o Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo. Atualmente aguarda-se a publicação do acórdão para interposição dos recursos cabíveis junto ao Superior Tribunal de Justiça. Além disso, o Sr. Ricardo Carvalho Nascimento, não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) em processo administrativo da CVM, ou (ii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.
Ricardo Nascimento - 007.392.516-00 N/A	
Laura Carvalho Nascimento - 004.856.656-03 N/A	
Maria Renata e Silva Lotfi - 230.358.308-00 N/A	
Maria Gabriela Woge Liguori - 308.513.548-07	

N/A

---

Silvia Carvalho Nascimento e Silva - 004.855.976-83

N/A

**12.7/8 - Composição Dos Comitês**

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Profissão	Descrição outros cargos ocupados	Data eleição	Número de Mandatos Consecutivos	Percentual de participação nas reuniões
<b>Outros cargos/funções exercidas no emissor</b>						
Silvia Carvalho Nascimento e Silva 004.855.976-83	Outros Comitês Comitê de Governança e Sustentabilidade	Administradora	Membro do Comitê (Efetivo)	08/08/1977 12/04/2022	12/04/2022 0	2 (dois) anos 100.00%
Diretora Presidente e Membro do Conselho de Administração						
Ricardo Carvalho Nascimento 004.855.936-96	Outros Comitês Comitê de Governança e Sustentabilidade	Engenheiro Civil	Membro do Comitê (Efetivo)	12/09/1978 12/04/2022	12/04/2022 0	2 (dois) anos 0.00%
Membro do Conselho de Administração						
Sandro Marques Raposo 006.321.727-97	Outros Comitês Comitê de Governança e Sustentabilidade	Engenheiro Metalúrgico	Outros Coordenador do Comitê	30/09/1969 12/04/2022	12/04/2022 0	2 (dois) anos 100.00%
Diretor de Sustentabilidade e Novos Negócios						
Gustavo Rozenbaum Bcheche 037.234.056-30	Outros Comitês Comitê de Governança e Sustentabilidade	Engenheiro Civil	Membro do Comitê (Efetivo)	02/03/1979 12/04/2022	12/04/2022 0	2 (dois) anos 100.00%
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores						
Maria Renata e Silva Lotfi 230.358.308-00	Outros Comitês Comitê de Governança e Sustentabilidade	Administradora	Membro do Comitê (Efetivo)	23/09/1987 12/04/2022	12/04/2022 0	2 (dois) anos 100.00%
Membro do Conselho de Administração.						

**Experiência profissional / Critérios de Independência**

Silvia Carvalho Nascimento e Silva - 004.855.976-83

Silvia Carvalho Nascimento e Silva é formada em Administração de Empresas pela Universidade de Miami (2000) com PDD - Programa de Desenvolvimento de Dirigentes pela Dom Cabral (2004). Atua no ramo siderúrgico desde 2000, tendo ocupado diversos cargos de liderança nas empresas do Grupo Ferroeste. É sócia da Empresa de Mecanização Rural Ltda., holding detentora de diversos negócios associados a siderurgia, agroindústria, imobiliário e energia, tais como a CBF Indústria de Gusa S.A., Veredas Agro Ltda., Destilaria Veredas Indústria de Açúcar e Alcool Ltda, dentre outros. Acionista da Aço Verde do Brasil S.A., ocupa o cargo de membro do Conselho de Administração, membro do Comitê de Governança e Sustentabilidade e Diretora-Presidente da Companhia, além de ser Diretora-Presidente do Instituto AVB, conselheira no Instituto Aço Brasil e vice-presidente do conselho de administração do IIMA – International Iron Metallics Association.

Ricardo Carvalho Nascimento - 004.855.936-96

Formado em Engenharia Civil pela Universidade Federal de Minas Gerais (2003), atua no ramo siderúrgico desde o início dos anos 2000, tendo ocupado diversos cargos de liderança nas empresas do Grupo Ferroeste. É sócio da Empresa de Mecanização Rural Ltda., holding detentora de diversos negócios associados a siderurgia, agroindústria, imobiliário e energia, tais como a CBF Indústria de Gusa S.A., Veredas Agro Ltda., Destilaria Veredas Indústria de Açúcar e Álcool Ltda, dentre outros. Acionista da Aço Verde do Brasil S.A., ocupa o cargo de membro do Conselho de Administração e do Comitê de Governança e Sustentabilidade da Companhia.

O Sr. Ricardo Carvalho Nascimento é parte no processo nº 0014855-61.2012.8.08.0067, em trâmite perante a Vara Única da Comarca de João Neiva/ES. Em 15 de dezembro de 2020, foi publicada sentença condenatória, que por sua vez, foi confirmada perante o Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo. Atualmente aguarda-se a publicação do acórdão para interposição dos recursos cabíveis junto ao Superior Tribunal de Justiça. Além disso, o Sr. Ricardo Carvalho Nascimento, não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) em processo administrativo da CVM, ou (ii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Sandro Marques Raposo - 006.321.727-97

Formando em Engenharia Metalúrgica pela UFF (1992), possui mestrado em Engenharia Metalúrgica pela Universidade Federal do Paraná – UFPR/2002. Trabalhou na Gerdau Brasil de 1993 a 1994 como engenheiro trainee, de 1994 a 1995 como chefe do Lingotamento – Aciaria, e de 1996 a 2000 como chefe de processos, e de 2000 a 2003 como chefe de produção. De 2004 a 2005 trabalhou na Gerdau Ameristeel (Sayreville Mill - USA) como Gerente Sistema de Gestão/Consultor Aciaria e 2005 a 2007 como Superintendente de Aciaria na Gerdau Ameristeel (Perth Amboy Mill - USA). Trabalhou de 05/2007 a 08/2010 como gerente geral na CSN como Responsável pelo Projeto de implantação e pela Operação (Aciaria e Laminação) e performance da Planta e pela estruturação e gestão do negócio de Aços Longos da CSN. Trabalhou de 09/2010 a 09/2012 como Diretor Executivo na Queiroz Galvão Siderurgia. Em 10/2012 entrou na Aço Verde do Brasil como gerente geral de engenharia sendo eleito diretor industrial em 2017.

Desde 2018 é membro do Conselho de Administração da Cimento Verde do Brasil (CVB) Joint venture entre AVB e TUDELA (Produtor Cimento Espanhol) e Diretor Industrial da Associação Industrial e Comercial (ACIA) do Maranhão.

O Sr. Sandro não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

O Sr. Sandro não é considerado uma pessoa politicamente exposta para fins da Instrução CVM n.º 617.

Gustavo Rozenbaum Bcheche - 037.234.056-30

Formando em Engenharia Civil pela UFMG, possui MBA em Gestão Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas (2003), MBA em Gestão Empreendedora pela Fundação Dom Cabral (2005) e Post-MBA em Gestão Empresarial pela instituição Kellogg School of Management (2006). Trabalhou como gerente de projetos na empresa de Mecanização Rural de 2010 a 2015, Superintendente Financeiro na CBF Indústria de Gusa (2016) e em 2017 assumiu a Diretoria Financeira da AVB.

O Sr. Gustavo não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

O Sr. Gustavo não é considerado uma pessoa politicamente exposta para fins da Instrução CVM n.º 617.

Maria Renata e Silva Lotfi - 230.358.308-00

Maria Renata Lotfi é cofundadora da RNA Capital e tem seu histórico de atuação com grande foco em gestão de riscos. Antes de fundar a RNA Capital, foi Diretora e Líder Analítica na S&P Global Ratings. Maria Renata é graduada em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas (EAESP-FGV), onde também concluiu sua pós-graduação (Master in Financial Economics). É atualmente membro independente do Conselho de Administração da Aço Verde do Brasil S.A. e foi membro do Comitê de Riscos e Solvência do IRB Brasil RE (2020-2021).

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
--------------------	-------------------------

Silvia Carvalho Nascimento e Silva - 004.855.976-83

N/A

Ricardo Carvalho Nascimento - 004.855.936-96

Condenação Criminal

O Sr. Ricardo Carvalho Nascimento é parte no processo nº 0014855-61.2012.8.08.0067, em trâmite perante a Vara Única da Comarca de João Neiva/ES. Em 15 de dezembro de 2020, foi publicada sentença condenatória, que por sua vez, foi confirmada perante o Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo. Atualmente aguarda-se a publicação do acórdão para interposição dos recursos cabíveis junto ao Superior Tribunal de Justiça. Além disso, o Sr. Ricardo Carvalho Nascimento, não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) em processo administrativo da CVM, ou (ii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

---

Sandro Marques Raposo - 006.321.727-97

N/A

---

Gustavo Rozenbaum Bcheche - 037.234.056-30

N/A

---

Maria Renata e Silva Lotfi - 230.358.308-00

N/A

## **12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Não aplicável, tendo em vista que, nos termos da Instrução CVM 480, este item é facultativo para emissores de valores mobiliários registrados na categoria B.

## **12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Não aplicável, tendo em vista que, nos termos da Instrução CVM 480, este item é facultativo para emissores de valores mobiliários registrados na categoria B.

### **12.11 - Acordos, Inclusive Apólices de Seguros, Para Pagamento ou Reembolso de Despesas Suportadas Pelos Administradores**

Não aplicável, tendo em vista que, nos termos da Instrução CVM 480, este item é facultativo para emissores de valores mobiliários registrados na categoria B.



## **12.12 - Outras informações relevantes**

Todas as informações relevantes foram apresentadas pela Companhia nos itens antecedentes.

### **13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária**

Não aplicável, tendo em vista que, nos termos da Instrução CVM 480, este item é facultativo para emissores de valores mobiliários registrados na categoria B.

**13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal****Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2022 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	4,00	4,00	0,00	8,00
Nº de membros remunerados	0,00	4,00	0,00	4,00
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	0,00	3.566.930,18	0,00	3.566.930,18
Benefícios direto e indireto	0,00	125.216,00	0,00	125.216,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	0,00	1.587.859,25	0,00	1.587.859,25
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
<b>Pós-emprego</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Cessação do cargo</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Baseada em ações (incluindo opções)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Observação</b>				
Total da remuneração	0,00	5.280.005,43	0,00	5.280.005,43

**Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2021 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3,42	4,42	0,00	7,84
Nº de membros remunerados	0,00	4,42	0,00	4,42
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	0,00	3.235.400,67	0,00	3.235.400,67
Benefícios direto e indireto	0,00	110.492,95	0,00	110.492,95
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00

Descrição de outras remunerações fixas				
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	0,00	20.201,29	0,00	20.201,29
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
<b>Pós-emprego</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Cessação do cargo</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Baseada em ações (incluindo opções)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Observação</b>				
Total da remuneração	0,00	3.366.094,91	0,00	3.366.094,91

## Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2020 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3,00	5,50	0,00	8,50
Nº de membros remunerados	0,00	5,50	0,00	5,50
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	0,00	2.944.738,79	0,00	2.944.738,79
Benefícios direto e indireto	0,00	153.795,98	0,00	153.795,98
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	588.947,56	0,00	588.947,56
Descrição de outras remunerações fixas		INSS		
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	0,00	129.443,95	0,00	129.443,95
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	25.888,79	0,00	25.888,79

Descrição de outras remunerações variáveis		INSS		
<b>Pós-emprego</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Cessação do cargo</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Baseada em ações (incluindo opções)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Observação</b>	O número de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício-Circular CVM/SEP nº 01/2021	O número de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício-Circular CVM/SEP nº 01/2021		
<b>Total da remuneração</b>	0,00	3.482.815,07	0,00	3.842.815,07

**Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2019 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3,00	6,00	0,00	9,00
Nº de membros remunerados	0,00	6,00	0,00	6,00
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	0,00	2.866.798,54	0,00	2.866.798,54
Benefícios direto e indireto	0,00	106.888,83	0,00	106.888,83
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	573.359,71	0,00	573.359,71
Descrição de outras remunerações fixas		INSS		
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	0,00	51.690,00	0,00	51.690,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	10.338,00	0,00	10.338,00
Descrição de outras remunerações variáveis		INSS		
<b>Pós-emprego</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Cessação do cargo</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Baseada em ações (incluindo opções)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00

<b>Observação</b>	O número de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício-Circular CVM/SEP nº 01/2021	O número de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício-Circular CVM/SEP nº 01/2021		
Total da remuneração	0,00	3.609.075,08	0,00	3.609.075,08

### **13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal**

Não aplicável, tendo em vista que, nos termos da Instrução CVM 480, este item é facultativo para emissores de valores mobiliários registrados na categoria B.

### **13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária**

Não aplicável, tendo em vista que, nos termos da Instrução CVM 480, este item é facultativo para emissores de valores mobiliários registrados na categoria B.



### **13.5 - Remuneração Baseada em Ações**

Não aplicável, tendo em vista que, nos termos da Instrução CVM 480, este item é facultativo para emissores de valores mobiliários registrados na categoria B.

### **13.6 - Opções em Aberto**

Não aplicável, tendo em vista que, nos termos da Instrução CVM 480, este item é facultativo para emissores de valores mobiliários registrados na categoria B.

## 13.7 - Opções Exercidas E Ações Entregues

Nos termos da Instrução CVM 480, o preenchimento das demais informações deste item é facultativo para emissores de valores mobiliários registrados na categoria B.

### c) número de membros remunerados

Nos três últimos exercícios sociais a Companhia não possuía remuneração baseada em ações.

### **13.8 - Precificação Das Ações/opções**

Não aplicável, tendo em vista que, nos termos da Instrução CVM 480, este item é facultativo para emissores de valores mobiliários registrados na categoria B.

### **13.9 - Participações Detidas Por Órgão**

Não aplicável, tendo em vista que, nos termos da Instrução CVM 480, este item é facultativo para emissores de valores mobiliários registrados na categoria B.

### **13.10 - Informações Sobre Planos de Previdência Conferidos Aos Membros do Conselho de Administração E Aos Diretores Estatutários**

Não aplicável, tendo em vista que, nos termos da Instrução CVM 480, este item é facultativo para emissores de valores mobiliários registrados na categoria B.

### **13.11 - Remuneração Individual Máxima, Mínima E Média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária E do Conselho Fiscal**

**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Não aplicável, tendo em vista que, nos termos da Instrução CVM 480, este item é facultativo para emissores de valores mobiliários registrados na categoria B.

### **13.12 - Mecanismos de Remuneração ou Indenização Para os Administradores em Caso de Destituição do Cargo ou de Aposentadoria**

Não aplicável, tendo em vista que, nos termos da Instrução CVM 480, este item é facultativo para emissores de valores mobiliários registrados na categoria B.



### 13.13 - Percentual na Remuneração Total Detido Por Administradores E Membros do Conselho Fiscal Que Sejam Partes Relacionadas Aos Controladores

Exercício de 2021	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Remuneração total do órgão (R\$)	0	R\$ 3.366.094,91	0
Remuneração total dos membros que sejam partes relacionadas aos controladores (R\$)	0	R\$ 1.070.749,42	0
<b>Percentual da remuneração das partes relacionadas em relação ao total pago (%)</b>	<b>0%</b>	<b>32%</b>	<b>0%</b>

Exercício de 2020	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Remuneração total do órgão (R\$)	0	R\$ 3.842.814,07	0
Remuneração total dos membros que sejam partes relacionadas aos controladores (R\$)	0	R\$ 1.342.974,71	0
<b>Percentual da remuneração das partes relacionadas em relação ao total pago (%)</b>	<b>0%</b>	<b>35%</b>	<b>0%</b>

Exercício de 2019	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Remuneração total do órgão (R\$)	0	R\$ 3.609.075,08	0
Remuneração total dos membros que sejam partes relacionadas aos controladores (R\$)	0	R\$ 1.334.012,62	0
<b>Percentual da remuneração das partes relacionadas em relação ao total pago (%)</b>	<b>0%</b>	<b>37%</b>	<b>0%</b>

### **13.14 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal, Agrupados Por Órgão, Recebida Por Qualquer Razão Que Não A Função Que Ocupam**

Não aplicável, tendo em vista que, nos termos da Instrução CVM 480, este item é facultativo para emissores de valores mobiliários registrados na categoria B.

**13.15 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum E de Controladas do Emissor**

Não há valores reconhecidos nos resultados dos controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e das controladas da Companhia, como remuneração de membros de nosso Conselho de Administração ou da Diretoria Estatutária nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019.

## 13.16 - Outras Informações Relevantes

### Informações adicionais ao Item 13.2

No item 13.2 deste Formulário de Referência, a Companhia informa o número de membros do conselho de administração e da diretoria. Para tanto, o cálculo do número de membros de cada órgão foi apurado nos termos do Ofício-Circular CVM/SEP/Nº01/2022, aferindo-se o número de membros em cada mês do exercício, somando o resultado de todos os meses e dividindo pelo número de meses do exercício, obtendo assim, uma média anual do nº de membros dos órgãos de administração. Nos últimos três exercícios sociais e no exercício social corrente o cálculo dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia se deu conforme demonstrado a seguir:

Exercício de 2022 (previsto)	Diretoria		Conselho de Administração	
	Nº de Membros	Nº de Membros Remunerados	Nº de Membros	Nº de Membros Remunerados
jan	4,00	4,00	4,00	0,00
fev	4,00	4,00	4,00	0,00
mar	4,00	4,00	4,00	0,00
abr	4,00	4,00	4,00	0,00
mai	4,00	4,00	4,00	0,00
jun	4,00	4,00	4,00	0,00
jul	4,00	4,00	4,00	0,00
ago	4,00	4,00	4,00	0,00
set	4,00	4,00	4,00	0,00
out	4,00	4,00	4,00	0,00
nov	4,00	4,00	4,00	0,00
dez	4,00	4,00	4,00	0,00
<b>Total</b>	<b>48,00</b>	<b>48,00</b>	<b>48,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Média</b>	<b>4,00</b>	<b>4,00</b>	<b>4,00</b>	<b>0,00</b>

Exercício de 2021	Diretoria		Conselho de Administração	
	Nº de Membros	Nº de Membros Remunerados	Nº de Membros	Nº de Membros Remunerados
jan	5,00	5,00	3,00	0,00
fev	5,00	5,00	3,00	0,00
mar	5,00	5,00	3,00	0,00
abr	5,00	5,00	3,00	0,00
mai	5,00	5,00	3,00	0,00
jun	4,00	4,00	3,00	0,00
jul	4,00	4,00	3,00	0,00
ago	4,00	4,00	4,00	0,00
set	4,00	4,00	4,00	0,00
out	4,00	4,00	4,00	0,00
nov	4,00	4,00	4,00	0,00
dez	4,00	4,00	4,00	0,00
<b>Total</b>	<b>53,00</b>	<b>53,00</b>	<b>41,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Média</b>	<b>4,42</b>	<b>4,42</b>	<b>3,42</b>	<b>0,00</b>

**13.16 - Outras Informações Relevantes**

Exercício de 2020	Diretoria		Conselho de Administração	
	Nº de Membros	Nº de Membros Remunerados	Nº de Membros	Nº de Membros Remunerados
jan	6,00	6,00	3,00	0,00
fev	6,00	6,00	3,00	0,00
mar	6,00	6,00	3,00	0,00
abr	6,00	6,00	3,00	0,00
mai	6,00	6,00	3,00	0,00
jun	6,00	6,00	3,00	0,00
jul	5,00	5,00	3,00	0,00
ago	5,00	5,00	3,00	0,00
set	5,00	5,00	3,00	0,00
out	5,00	5,00	3,00	0,00
nov	5,00	5,00	3,00	0,00
dez	5,00	5,00	3,00	0,00
<b>Total</b>	<b>66,00</b>	<b>66,00</b>	<b>36,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Média</b>	<b>5,50</b>	<b>5,50</b>	<b>3,00</b>	<b>0,00</b>

Exercício de 2019	Diretoria		Conselho de Administração	
	Nº de Membros	Nº de Membros Remunerados	Nº de Membros	Nº de Membros Remunerados
jan	6,00	6,00	3,00	0,00
fev	6,00	6,00	3,00	0,00
mar	6,00	6,00	3,00	0,00
abr	6,00	6,00	3,00	0,00
mai	6,00	6,00	3,00	0,00
jun	6,00	6,00	3,00	0,00
jul	6,00	6,00	3,00	0,00
ago	6,00	6,00	3,00	0,00
set	6,00	6,00	3,00	0,00
out	6,00	6,00	3,00	0,00
nov	6,00	6,00	3,00	0,00
dez	6,00	6,00	3,00	0,00
<b>Total</b>	<b>72,00</b>	<b>72,00</b>	<b>36,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Média</b>	<b>6,00</b>	<b>6,00</b>	<b>3,00</b>	<b>0,00</b>

## **14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos**

Não aplicável, tendo em vista que, nos termos da Instrução CVM 480, este item é facultativo para emissores de valores mobiliários registrados na categoria B.

## **14.2 - Alterações Relevantes - Recursos Humanos**

Não aplicável, tendo em vista que, nos termos da Instrução CVM 480, este item é facultativo para emissores de valores mobiliários registrados na categoria B.

### **14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados**

Não aplicável, tendo em vista que, nos termos da Instrução CVM 480, este item é facultativo para emissores de valores mobiliários registrados na categoria B.



#### **14.4 - Descrição Das Relações Entre O Emissor E Sindicatos**

Não aplicável, tendo em vista que, nos termos da Instrução CVM 480, este item é facultativo para emissores de valores mobiliários registrados na categoria B.

## **14.5 - Outras Informações Relevantes - Recursos Humanos**

Não existem outras informações consideradas relevantes além daquelas divulgadas nos itens anteriores.

## 15.1 / 15.2 - Posição Acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
<b>Regina Carvalho Nascimento</b>						
130.654.406-87	Brasileira	Sim	Sim	27/05/2022		
Não						
	206.231	19,989%	0	0,000%	206.231	16,659%
<b>LSN Participação Ltda.</b>						
32.921.093/0001-83		Sim	Sim	27/05/2022		
Não						
	206.231	19,989%	68.743	33,333%	274.974	22,212%
<b>Classe ação</b>						
<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>		<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0,000%				
<b>Ricardo Nascimento</b>						
007.392.516-00	Brasileiro	Sim	Sim	27/05/2022		
Não						
	206.821	20,044%	0	0,000%	206.821	16,705%
<b>Silvia Carvalho Nascimento e Silva</b>						
004.855.976-83	Brasileira	Sim	Sim	27/05/2022		
Não						
	206.231	19,989%	68.744	33,334%	274.975	22,212%
<b>Classe ação</b>						
<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>		<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0,000%				

## 15.1 / 15.2 - Posição Acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
<b>Ricardo Carvalho Nascimento</b>						
004.855.936-96	Brasileiro	Sim	Sim	27/05/2022		
Não						
206.231	19,989%	68.744	33,333%	274.975	22,212%	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000%				
<b>OUTROS</b>						
0	0,000%	0	0,000%	0	0,000%	
<b>AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração: 27/05/2022</b>						
0	0,000%	0	0,000%	0	0,000%	
<b>TOTAL</b>						
1.031.745	100,000%	206.231	100,000%	1.237.976	100,000%	

## 15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
LSN Participação Ltda.				32.921.093/0001-83		
4G HOLDING LLC						
		Não	Sim	17/12/2020		
Sim	Silvia Carvalho Nascimento e Silva		Física	004.855.976-83		
70.405.522	100,000	0	0,000	70.405.522	100,000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
70.405.522	100,000	0	0,000	70.405.522	100,000	

**15.1 / 15.2 - Posição Acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
<b>4G HOLDING LLC</b>						
<b>ACÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:</b>						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
<b>Laura Carvalho Nascimento</b>						
004.856.656-03	Brasileira	Não	Sim	30/10/2020		
Sim	Sílvia Carvalho Nascimento e Silva		Física	004.855.976-83		
58.600.149	100,000	0	0,000	58.600.149	100,000	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0.000				
<b>OUTROS</b>						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
<b>TOTAL</b>						
58.600.149	100,000	0	0,000	58.600.149	100,000	

**15.3 - Distribuição de Capital**

<b>Data da última assembleia / Data da última alteração</b>	28/04/2022
<b>Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)</b>	4
<b>Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)</b>	1
<b>Quantidade investidores institucionais (Unidades)</b>	0

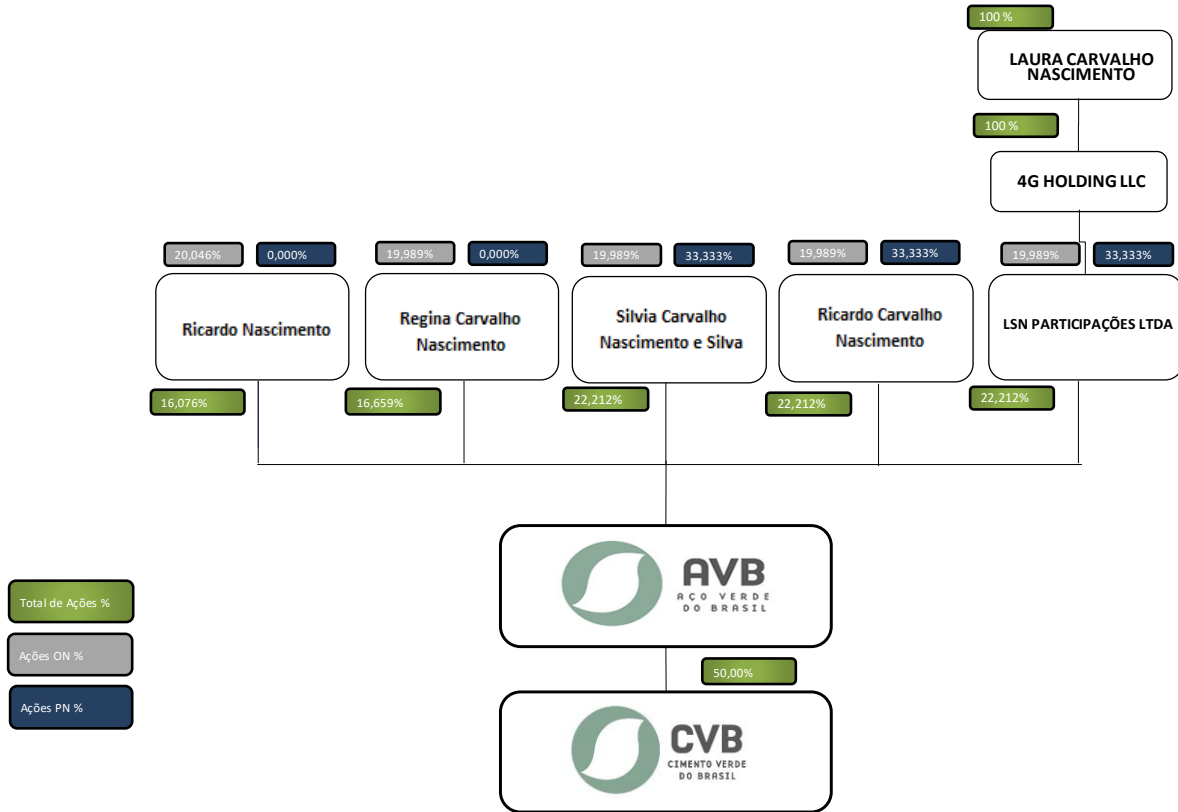
**Ações em Circulação**

*Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria*

<b>Quantidade ordinárias (Unidades)</b>	0	0,000%
<b>Quantidade preferenciais (Unidades)</b>	0	0,000%
<b>Total</b>	0	0,000%

### 15.4 - Organograma Dos Acionistas E do Grupo Econômico

Abaixo o organograma societário da Companhia nesta data:





## **15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte**

Não aplicável, tendo em vista que, nos termos da Instrução CVM 480, este item é facultativo para emissores de valores mobiliários registrados na categoria B.

## **15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor**

Não aplicável, tendo em vista que, nos termos da Instrução CVM 480, este item é facultativo para emissores de valores mobiliários registrados na categoria B.

## 15.7 - Principais Operações Societárias

### 2020

#### (i) Compra e venda das Ações

- Principais condições do negócio

Venda de 206.231 ações preferenciais de Leonardo Carvalho Nascimento aos seguintes acionistas: (i) 68.743 ações alienadas à LSN PARTICIPAÇÕES LTDA; (ii) 68.744 ações alienadas à Sílvia Carvalho Nascimento e Silva; e (iii) 68.744 ações alienadas ao Ricardo Carvalho Nascimento.

- Sociedades envolvidas

Apenas a Companhia.

- Efeitos da operação no quadro societário da Companhia

Com a saída do acionista Leonardo Carvalho Nascimento e venda de suas ações a 3 dos 5 acionistas remanescentes, foi alterado o percentual de participação dos acionistas, conforme quadros colacionados após o próximo evento.

- Quadro societário antes e depois da operação

#### Posição 30/11/2020

Acionista AVB	Ações Ordinárias	% ON	Ações Preferenciais	% PN	Ações Preferenciais Classe B	% PN - B	Total Ações	% Total	Capital Social (R\$)
Ricardo Nascimento	206.821	20,04%	-	-	-	-	206.821	12,91%	28.357.475,23
Regina Carvalho Nascimento	206.231	19,98%	-	-	-	-	206.231	12,87%	28.275.985,37
Sílvia Carvalho Nascimento e Silva	206.231	19,98%	-	-	-	-	206.231	12,87%	28.275.985,37
Ricardo Carvalho Nascimento	206.231	19,98%	-	-	-	-	206.231	12,87%	28.275.985,37
LSN Participações Ltda.	206.231	19,98%	-	-	-	-	206.231	12,87%	28.275.985,37
Leonardo Carvalho Nascimento	-	-	206.231	36,20%	-	-	206.231	12,87%	28.275.985,37
Tesouraria	400	0,04%	363.459	63,80%	-	-	363.859	22,72%	10.262.779,49
<b>Total</b>	<b>1.032.145</b>	<b>100,00%</b>	<b>569.690</b>	<b>100,00%</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.601.835</b>	<b>100,00%</b>	<b>180.000.181,57</b>

#### Posição 02/12/2020

Acionista AVB	Ações Ordinárias	% ON	Ações Preferenciais Classe A	% PN - A	Ações Preferenciais Classe B	% PN - B	Total Ações	% Total	Capital Social (R\$)
Ricardo Nascimento	206.821	20,04%	-	-	-	-	206.821	12,91%	23.240.731,76
Regina Carvalho Nascimento	206.231	19,98%	-	-	-	-	206.231	12,87%	23.174.432,73
Sílvia Carvalho Nascimento e Silva	206.231	19,98%	-	-	68.743	33,33%	274.974	17,17%	30.899.168,72
Ricardo Carvalho Nascimento	206.231	19,98%	-	-	68.744	33,33%	274.975	17,17%	30.899.281,09
LSN Participações Ltda.	206.231	19,98%	-	-	68.744	33,33%	274.975	17,17%	30.899.281,09
Tesouraria	400	0,04%	363.459	63,80%	-	-	363.859	22,72%	40.887.286,19
<b>Total</b>	<b>1.032.145</b>	<b>100,00%</b>	<b>363.459</b>	<b>63,80%</b>	<b>206.231</b>	<b>100,00%</b>	<b>1.601.835</b>	<b>100,00%</b>	<b>180.000.181,57</b>

- Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas

Compra e venda realizada conforme Contrato de Compra e Venda assinado entre as partes em 01/12/2020.

## 15.7 - Principais Operações Societárias

### (ii) Criação de nova classe de ação preferencial

- **Principais condições do negócio**

Criação de nova classe de ações preferenciais da Companhia, preferenciais de Classe B e conversão de 206.231 ações preferenciais em ações preferenciais de Classe B.

- **Sociedades envolvidas**

Apenas a Companhia.

- **Efeitos da operação no quadro societário da Companhia**

Criada nova classe de ações preferenciais da Companhia denominada “Ações Preferenciais de Classe B”. O capital social da Companhia passa a ser dividido em ações preferenciais de Classe A e ações preferenciais de Classe B. As ações preferenciais de Classe A terão direito a prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, nos termos do artigo 17, inciso II da Lei das S.A., e as ações preferenciais de Classe B farão jus a um dividendo prioritário fixo e cumulativo de R\$ 4,7519529071769 por ação, corrigido pela variação positiva do IPCA apurada anualmente, a partir de 02 de dezembro de 2020, nos termos do Artigo 17, I e parágrafo 6º da Lei das S.A.

Convertidas as 206.231 ações preferenciais representativas da totalidade das ações preferenciais detidas pelos acionistas Ricardo Carvalho Nascimento, Sílvia Carvalho Nascimento e Silva, e LSN Participações Ltda., em ações preferenciais de Classe B da Companhia.

- **Quadro societário antes e depois da operação**

#### Posição 30/11/2020

Acionista AVB	Ações Ordinárias	% ON	Ações Preferenciais	% PN	Ações Preferenciais Classe B	% PN - B	Total Ações	% Total	Capital Social (R\$)
Ricardo Nascimento	206.821	20,04%	-	-	-	-	206.821	12,91%	28.357.475,23
Regina Carvalho Nascimento	206.231	19,98%	-	-	-	-	206.231	12,87%	28.275.985,37
Sílvia Carvalho Nascimento e Silva	206.231	19,98%	-	-	-	-	206.231	12,87%	28.275.985,37
Ricardo Carvalho Nascimento	206.231	19,98%	-	-	-	-	206.231	12,87%	28.275.985,37
LSN Participações Ltda.	206.231	19,98%	-	-	-	-	206.231	12,87%	28.275.985,37
Leonardo Carvalho Nascimento	-	-	206.231	36,20%	-	-	206.231	12,87%	28.275.985,37
Tesouraria	400	0,04%	363.459	63,80%	-	-	363.859	22,72%	10.262.779,49
<b>Total</b>	<b>1.032.145</b>	<b>100,00%</b>	<b>569.690</b>	<b>100,00%</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.601.835</b>	<b>100,00%</b>	<b>180.000.181,57</b>

#### Posição 02/12/2020

Acionista AVB	Ações Ordinárias	% ON	Ações Preferenciais Classe A	% PN - A	Ações Preferenciais Classe B	% PN - B	Total Ações	% Total	Capital Social (R\$)
Ricardo Nascimento	206.821	20,04%	-	-	-	-	206.821	12,91%	23.240.731,76
Regina Carvalho Nascimento	206.231	19,98%	-	-	-	-	206.231	12,87%	23.174.432,73
Sílvia Carvalho Nascimento e Silva	206.231	19,98%	-	-	68.743	33,33%	274.974	17,17%	30.899.168,72
Ricardo Carvalho Nascimento	206.231	19,98%	-	-	68.744	33,33%	274.975	17,17%	30.899.281,09
LSN Participações Ltda.	206.231	19,98%	-	-	68.744	33,33%	274.975	17,17%	30.899.281,09
Tesouraria	400	0,04%	363.459	63,80%	-	-	363.859	22,72%	40.887.286,19
<b>Total</b>	<b>1.032.145</b>	<b>100,00%</b>	<b>363.459</b>	<b>63,80%</b>	<b>206.231</b>	<b>100,00%</b>	<b>1.601.835</b>	<b>100,00%</b>	<b>180.000.181,57</b>

## 15.7 - Principais Operações Societárias

- **Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas**

Criação da nova classe de ações preferenciais e conversão de ações aprovadas de forma unanime e sem ressalvas através de Assembleia Geral Extraordinária da Aço Verde do Brasil S.A. realizada em 02/12/2020.

## **15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico**

Não existem outras informações consideradas relevantes além daquelas divulgadas nos itens anteriores.

## **16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas**

Não aplicável, tendo em vista que, nos termos da Instrução CVM 480, este item é facultativo para emissores de valores mobiliários registrados na categoria B.

**16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas**

<b>Parte relacionada</b>	<b>Data transação</b>	<b>Montante envolvido (Reais)</b>	<b>Saldo existente</b>	<b>Montante (Reais)</b>	<b>Duração</b>	<b>Empréstimo ou outro tipo de dívida</b>	<b>Taxa de juros cobrados</b>
Destilaria Veredas Ltda.	04/05/2021	1.000,00	0,00	1.000,00	Indeterminado	NÃO	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Sociedade sob controle comum						
<b>Objeto contrato</b>	Trata-se de operação de venda de item de estoque para manutenção de máquinas e equipamentos, realizada em 04/05/2021.						
<b>Garantia e seguros</b>	N/A						
<b>Rescisão ou extinção</b>	N/A						
<b>Natureza e razão para a operação</b>	Trata-se de operação comercial entre empresas do Grupo Ferroeste, envolvendo item de estoque, para o integral aproveitamento de sua vida útil, considerando as necessidades operacionais do Grupo Ferroeste.						
<b>Posição contratual do emissor</b>	Outra						
<b>Especificar</b>	Credor - Não há um contrato específico celebrado entre partes embasando esta operação. A data da transação corresponde à data da venda. Em 31/12/2021, o valor referente a essa venda havia sido totalmente quitado.						
Ferroeste Industrial Ltda.	31/12/2021	258.000,00	0,00	258.000,00	Indeterminado	NÃO	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Sociedade sob controle comum						
<b>Objeto contrato</b>	Trata-se de operações de venda de ativos imobilizados usados e itens de estoque para manutenção de máquinas e equipamentos.						
<b>Garantia e seguros</b>	N/A						
<b>Rescisão ou extinção</b>	N/A						
<b>Natureza e razão para a operação</b>	Trata-se de operações comerciais entre empresas do Grupo Ferroeste, envolvendo itens do ativo imobilizado para o integral aproveitamento de sua vida útil e itens de estoque, considerando as necessidades operacionais do Grupo Ferroeste.						
<b>Posição contratual do emissor</b>	Outra						
<b>Especificar</b>	Devedor - Não há um contrato específico celebrado entre partes embasando esta operação. Corresponde à compra de ativos imobilizados, no valor total de R\$258.000,00. As operações ocorreram no exercício social de 2021. Em razão disso, a data da operação foi indicada como 31/12/2021. Em 31/12/2021 não há saldo a pagar.						
Energia Viva de Brasilândia S.A.	31/12/2021	4.186.000,00	597.000,00	4.186.000,00	Indeterminado	SIM	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Sociedade sob controle comum.						



**16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas**

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
<b>Objeto contrato</b>	Trata-se de operações de (i) aquisição recorrente de madeira de eucalipto cortada (lenha) para fabricação de carvão vegetal e (ii) arrendamento de unidades produtoras de carvão em imóvel rural, localizada em Buritizeiro, no Estado de Minas Gerais						
<b>Garantia e seguros</b>	N/A						
<b>Rescisão ou extinção</b>	N/A						
<b>Natureza e razão para a operação</b>	Trata-se de operação de aquisição de madeira de eucalipto cortada (lenha), para a produção de carvão vegetal pela Companhia, e arrendamento de imóvel rural, com preços alinhados com o mercado. No exercício social de 2021 a Companhia realizou transações com a Energia Viva Agro Ltda., das quais (i) o valor de R\$ 4.002 mil é relativo à aquisição de madeira de eucalipto cortada (lenha) e (ii) o valor de R\$184 mil relativo a arrendamento incorrido em janeiro de 2021 pelo uso de unidade produtora de carvão neste mês						
<b>Posição contratual do emissor</b>	Outra						
<b>Especificar</b>	Devedor - Por se tratar de operações recorrentes ocorridas ao longo de 2021, a data da transação foi indicada como 31/12/2021.						
CBF Industria de Gusa S.A.	31/12/2021	174.000,00	0,00	174.000,00	Indeterminado	NÃO	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Sociedade sob controle comum						
<b>Objeto contrato</b>	Trata-se de venda de ativos imobilizados usados e itens de estoque para manutenção de máquinas e equipamentos, tais como: carregadeiras, tubos, notebook, entre outros, realizadas ao longo do exercício social de 2021.						
<b>Garantia e seguros</b>	N/A						
<b>Rescisão ou extinção</b>	N/A						
<b>Natureza e razão para a operação</b>	Trata-se de operações comerciais entre empresas do Grupo Ferroeste envolvendo itens do ativo imobilizado para o integral aproveitamento de sua vida útil e itens de estoque, considerando as necessidades operacionais do Grupo Ferroeste.						
<b>Posição contratual do emissor</b>	Outra						
<b>Especificar</b>	Credor - Não há um contrato específico celebrado entre partes embasando esta operação. O saldo de R\$174.000,00 refere-se ao total de itens do ativo imobilizado e itens de estoque, comercializados no exercício social de 2021. Em razão disso a data da operação foi indicada como 31/12/2021. Em 31/12/2021 o saldo havia sido integralmente quitado.						
CBF Industria de Gusa S.A.	31/12/2021	25.802.000,00	75.000,00	25.802.000,00	Indeterminado	NÃO	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Sociedade sob controle comum						
<b>Objeto contrato</b>	Trata-se de operações recorrentes de fornecimento de carvão vegetal e uma série de operações de aquisição de ferro gusa para a produção de aço e poucos itens de ativos imobilizados usados, tais como: carregadeira, tanque pipa, motosserras e outros.						

**16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas**

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
<b>Garantia e seguros</b>	N/A						
<b>Rescisão ou extinção</b>	N/A						
<b>Natureza e razão para a operação</b>	Trata-se de operação comercial de aquisição de matéria prima, a saber, carvão vegetal e ferro gusa, para fomentar a produção de aço pela Companhia.						
<b>Posição contratual do emissor</b>	Outra						
<b>Especificar</b>	Devedor - Não há um contrato específico celebrado entre as partes embasando esta operação. No ano de 2021 a Companhia adquiriu R\$24.902.000,00 de carvão vegetal, R\$622.000,00 de ferro gusa e R\$267.000,00 de ativos imobilizados usados. As operações ocorreram no exercício social de 2021. Em razão disso a data da operação foi indicada como 31/12/2021. Em 31/12/2021 o saldo a pagar era de R\$75.000,00.						
Cimento Verde do Brasil S.A	31/12/2021	3.180.000,00	190.000,00	3.180.000,00	Indeterminado	NÃO	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Controlada em conjunto						
<b>Objeto contrato</b>	Trata-se de operação recorrente de compra de cimento para construção de edificações industriais e operação pontual de compra de sucata. As compras de cimento possuem prazo médio de pagamento de 21 dias.						
<b>Garantia e seguros</b>	N/A						
<b>Rescisão ou extinção</b>	N/A						
<b>Natureza e razão para a operação</b>	Trata-se de operações comerciais recorrentes de compra de cimento, para aplicações no parque industrial da Companhia.						
<b>Posição contratual do emissor</b>	Outra						
<b>Especificar</b>	Devedor - Não há um contrato específico celebrado entre as partes embasando esta operação. Por se tratar de operações recorrentes realizadas ao longo de 2021, a data da transação foi reportada como 31/12/2021. As compras realizadas no ano de 2021 totalizaram R\$3.180.000,00 com saldo a pagar em 31/12/2021 de R\$190.000,00.						
Cimento Verde do Brasil S.A	31/12/2021	2.082.000,00	909.000,00	2.082.000,00	Indeterminado	NÃO	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Controlada em conjunto						
<b>Objeto contrato</b>	Trata-se de operações recorrentes de venda de escória do alto forno e calcário com prazo médio de 90 dias para recebimento do pagamento.						
<b>Garantia e seguros</b>	N/A						
<b>Rescisão ou extinção</b>	N/A						

**16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas**

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
<b>Natureza e razão para a operação</b>	Operações comerciais de venda de subproduto do alto forno de ferro gusa, qual seja, escória, e calcário, para a controlada Cimento Verde do Brasil S.A, que utiliza a escória e o calcário como matéria-prima para a produção de cimento.						
<b>Posição contratual do emissor</b>	Outra						
<b>Especificar</b>	Credor - Por se tratar de operações recorrentes realizadas ao longo de 2021, a data da transação foi reportada como 31/12/2021. As vendas realizadas no ano de 2021 totalizaram R\$2.082.000,00 com saldo a pagar em 31/12/2021 de R\$909.000,00.						
Ferroeste Industrial Ltda.	31/12/2021	127.000,00	5.000,00	127.000,00	Indeterminado	NÃO	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Sociedade sob controle comum						
<b>Objeto contrato</b>	Trata-se de uma operação comercial de aquisição de compra de ativos imobilizados usados.						
<b>Garantia e seguros</b>	N/A						
<b>Rescisão ou extinção</b>	N/A						
<b>Natureza e razão para a operação</b>	Trata-se de operações comerciais entre empresas do Grupo Ferroeste, envolvendo itens do ativo imobilizado para o integral aproveitamento de sua vida útil, considerando as necessidades operacionais do Grupo Ferroeste.						
<b>Posição contratual do emissor</b>	Outra						
<b>Especificar</b>	Devedor - Não há um contrato específico celebrado entre as partes embasando esta operação. Corresponde à compra de ativos imobilizados usados, no valor total de R\$127.000,00 com saldo a pagar em 31/12/2021 de R\$5.000,00. As operações ocorreram no exercício social de 2021. Em razão disso a data da operação foi indicada como 31/12/2021.						
Ricardo Nascimento	09/08/2010	10.262.779,49	3.279.000,00	10.262.779,49	01/09/2023	NÃO	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Acionista						
<b>Objeto contrato</b>	Trata-se de aquisição de 400 ações ordinárias e 363.459 ações preferenciais do acionista Ricardo Nascimento.						
<b>Garantia e seguros</b>	N/A						
<b>Rescisão ou extinção</b>	N/A						
<b>Natureza e razão para a operação</b>	Trata-se de aquisição de ações do acionista Ricardo Nascimento, atualmente mantidas em tesouraria, com pagamento mensal de R\$35.000,00 sem correção monetária, com previsão de liquidação até 31/12/2029. Em 01/11/2021 a Companhia realizou um aditivo ao contrato de compra e venda de ações, fixando o pagamento mensal de R\$135.000,00 em 22 meses. Dessa forma, a data limite determinada para a quitação total do saldo existente é 01/09/2023.						

**16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas**

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
<b>Posição contratual do emissor</b>	Outra						
<b>Especificar</b>	Devedor - Em 09/08/2010 houve a compra de 400 ações de posse do acionista Ricardo Nascimento pelo valor de R\$10.262.779,49. Em 31/12/2021 o saldo devedor existente relativo a esta transação era de R\$3.279.000,00.						
Energia Viva Agro Ltda.	01/01/2021	94.994.162,00	66.196.000,00	91.452.222,00	01/02/2031	NÃO	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Sociedade sob controle comum						
<b>Objeto contrato</b>	Reconhecimento contábil do arrendamento de imóveis rurais localizados no estado do Maranhão, para a plantação de eucalipto, para corte e produção de carvão.						
<b>Garantia e seguros</b>	N/A						
<b>Rescisão ou extinção</b>	N/A						
<b>Natureza e razão para a operação</b>	Trata-se de arrendamento de imóveis rurais para fins de plantio de eucalipto. A Companhia possui florestas plantadas de eucalipto para corte e produção de carvão, matéria-prima necessária para a produção do aço.						
<b>Posição contratual do emissor</b>	Outra						
<b>Especificar</b>	Devedor - O valor informado como saldo existente em 31/12/2021 é o somatório dos passivos de arrendamento do Curto e Longo Prazo (R\$5.958 mil + R\$60.238 mil) e corresponde às parcelas vincendas do contrato, a partir de 01/2022, calculadas à valor presente, nos termos do IFRS 16. Contudo, ainda por força do IFRS 16, foi informado na NE de partes relacionadas o valor de R\$ 60.515 mil, que corresponde ao direito de uso desse contrato, a partir de 01/2022.						
Energia Viva Agro Ltda.	31/12/2021	29.462.000,00	0	29.462.000,00	Indeterminado	NÃO	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Sociedade sob controle comum						
<b>Objeto contrato</b>	Trata-se de operações de (i) aquisição recorrente de madeira de eucalipto cortada (lenha) para fabricação de carvão vegetal e (ii) arrendamento de imóveis rurais localizados no Estado do Maranhão, para a plantação de eucalipto, para corte e produção de carvão.						
<b>Garantia e seguros</b>	N/A						
<b>Rescisão ou extinção</b>	N/A						
<b>Natureza e razão para a operação</b>	Trata-se de operação de aquisição de madeira de eucalipto cortada (lenha), para a produção de carvão vegetal pela Companhia, e arrendamento de imóveis rurais, com preços alinhados com o mercado. No exercício social de 2021 a Companhia realizou transações com a Energia Viva Agro Ltda., das quais (i) o valor de R\$17.003 mil é relativo à aquisição de madeira de eucalipto cortada (lenha) e (ii) o valor de R\$12.459 mil relativo aos valores incorridos, no ano de 2021, pelo uso de imóveis rurais, no âmbito do arrendamento de imóvel rural, conforme reportado na tabela acima.						

**16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas**

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
<b>Posição contratual do emissor</b>	Outra						
<b>Especificar</b>	Devedor - Por se tratar de operações recorrentes ocorridas ao longo de 2021, a data da transação foi indicada como 31/12/2021.						
Empresa de Mecanização Rural S.A.	23/12/2021	3.000,00	0,00	3.000,00	Indeterminado	NÃO	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Sociedade sob controle comum						
<b>Objeto contrato</b>	Trata-se de aquisição de item de uso e consumo ocorrida em 23/12/2021.						
<b>Garantia e seguros</b>	N/A						
<b>Rescisão ou extinção</b>	N/A						
<b>Natureza e razão para a operação</b>	Trata-se de operação comercial entre empresas do Grupo Ferroeste, envolvendo item de estoque, para o integral aproveitamento de sua vida útil, considerando as necessidades operacionais do Grupo Ferroeste.						
<b>Posição contratual do emissor</b>	Devedor						
<b>Especificar</b>							
Energia Viva de Minas Ltda.	31/12/2021	2.808.000,00	903.000,00	2.808.000,00	Indeterminado	NÃO	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Sociedade sob controle comum						
<b>Objeto contrato</b>	Trata-se de operações de aquisição recorrente de madeira de eucalipto cortada (lenha) para fabricação de carvão vegetal.						
<b>Garantia e seguros</b>	N/A						
<b>Rescisão ou extinção</b>	N/A						
<b>Natureza e razão para a operação</b>	Trata-se de operação de aquisição de madeira de eucalipto cortada (lenha), para a produção de carvão vegetal pela Companhia.						
<b>Posição contratual do emissor</b>	Outra						
<b>Especificar</b>	Devedor - Por se tratar de operações recorrentes ocorridas ao longo de 2021, a data da transação foi indicada como 31/12/2021.						
Veredas Agro Ltda.	11/02/2021	7.000,00	0,00	7.000,00	Indeterminado	NÃO	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Sociedade sob controle comum						
<b>Objeto contrato</b>	Trata-se de operação de venda de escória do alto forno, realizada em 11/02/2021.						

**16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas**

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
<b>Garantia e seguros</b>	N/A						
<b>Rescisão ou extinção</b>	N/A						
<b>Natureza e razão para a operação</b>	Operação comercial de venda de subproduto do alto forno de ferro gusa, qual seja, escória.						
<b>Posição contratual do emissor</b>	Outra						
<b>Especificar</b>	Credor - Não há um contrato específico celebrado entre partes embasando esta operação. A data da transação corresponde à data da venda. Em 31/12/2021, o valor referente a essa venda havia sido totalmente quitado.						
Veredas Agro Ltda.	31/12/2021	400.000,00	0,00	400.000,00	Indeterminado	NÃO	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Sociedade sob controle comum						
<b>Objeto contrato</b>	Trata-se de operações de compra de ativos imobilizados usados, itens de estoque e de sucatas de aço.						
<b>Garantia e seguros</b>	N/A						
<b>Rescisão ou extinção</b>	N/A						
<b>Natureza e razão para a operação</b>	Trata-se de operações comerciais entre empresas do Grupo Ferroeste de item do ativo imobilizado, para o integral aproveitamento de sua vida útil, de itens de estoque, considerando as necessidades operacionais do Grupo Ferroeste e de compra de sucata de aço para a utilização no processo produtivo de aço da Companhia.						
<b>Posição contratual do emissor</b>	Outra						
<b>Especificar</b>	Devedor - Não há um contrato específico celebrado entre as partes embasando esta operação. Por se tratar de uma série de operações realizadas ao longo de 2021, a data da transação foi reportada como 31/12/2021. A Companhia adquiriu até a data de 31/12/2021 R\$78 mil de ativo imobilizado e itens de estoque, e R\$322 mil de sucata de aço. Em 31/12/2021 todos os valores relativos à transação já haviam sido quitados.						
Energia Viva Agro Ltda.	30/09/2021	32.000.000,00	15.925.000,00	32.000.000,00	Indeterminado	NÃO	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Sociedade sob controle comum						
<b>Objeto contrato</b>	Trata-se de adiantamento de série de recursos financeiros para fornecimento de madeira de eucalipto cortada (lenha).						
<b>Garantia e seguros</b>	N/A						
<b>Rescisão ou extinção</b>	N/A						
<b>Natureza e razão para a operação</b>	Trata-se de série de operações entre a Companhia e a Energia Viva Agro Ltda., para adiantamento dos recursos financeiros para fins de fornecimento de madeira de eucalipto cortada (lenha).						

**16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas**

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
<b>Posição contratual do emissor</b>	Outra						
<b>Especificar</b>	Credor - Por se tratar de uma série de operações ocorridas até o período findo em 31/12/2021, a data da transação foi indicada como 31/12/2021.						
Energia Viva de Minas Ltda.	15/09/2021	500.000,00	500.000,00	500.000,00	Indeterminado	NÃO	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Sociedade sob controle comum						
<b>Objeto contrato</b>	Trata-se de adiantamento de recursos financeiros para fornecimento de madeira de eucalipto cortada (lenha).						
<b>Garantia e seguros</b>	N/A						
<b>Rescisão ou extinção</b>	N/A						
<b>Natureza e razão para a operação</b>	Trata-se de operação entre a Companhia e a Energia Viva de Minas Ltda, para adiantamento dos recursos financeiros para fins de fornecimento de madeira de eucalipto cortada (lenha).						
<b>Posição contratual do emissor</b>	Credor						
<b>Especificar</b>							
SFF – Nazaré Investimentos Florestais Ltda.	10/09/2021	100.000,00	100.000,00	100.000,00	Indeterminado	NÃO	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Sociedade sob controle comum						
<b>Objeto contrato</b>	Trata-se de adiantamento de recursos financeiros para fornecimento de madeira de eucalipto cortada (lenha).						
<b>Garantia e seguros</b>	N/A						
<b>Rescisão ou extinção</b>	N/A						
<b>Natureza e razão para a operação</b>	Trata-se de operação entre a Companhia e a SFF – Nazaré Investimentos Florestais Ltda., para fins de fornecimento de madeira de eucalipto cortada (lenha).						
<b>Posição contratual do emissor</b>	Credor						
<b>Especificar</b>							

### **16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado**

#### **a. identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses**

A Companhia busca sempre observar as práticas contábeis aplicáveis, bem como as condições usualmente praticadas no mercado ao contratar qualquer serviço, celebrar acordos ou estabelecer relações comerciais. As operações celebradas entre a Companhia e suas partes relacionadas estão amparadas pela legislação aplicável, principalmente o artigo 245 da Lei das Sociedades por Ações.

#### **b. demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado**

A comutatividade dos contratos celebrados entre a Companhia e as suas controladas e partes relacionadas é apurada mediante a verificação da compatibilidade das condições econômicas e financeiras estabelecidas na respectiva transação entre as partes relacionadas, face a outros atos e negócios similares praticados no mercado. Em regra, as transações com partes relacionadas levam em consideração critérios de melhor preço, prazo, sinergia, melhor capacitação técnica e encargos financeiros compatíveis com as práticas usuais de mercado.

Em relação às transações com partes relacionadas existentes em 31 de dezembro de 2021, conforme reportadas no item 16.2 deste Formulário de Referência, as medidas tomadas pela Companhia para assegurar a comutabilidade e a compensação adequada foram:

##### **(i) Transações de arrendamento de imóvel rural:**

As transações de arrendamento de imóvel rural envolvendo partes relacionadas da Companhia foram realizadas levando-se em consideração o valor médio de arrendamento por hectare de imóveis semelhantes, em localidades próximas. Adicionalmente, a Companhia observa as diretrizes de mercado e os contratos de arrendamento de imóvel rural são reajustados pelo Índice Geral de Preços – Mercado (“IGP-M”), conforme prática de mercado usual para este tipo de contratação.

A precificação dos arrendamentos rurais na região das fazendas Sibéria, Sol e Boa Sorte são realizados com base no volume do produto cultivado por hectare, usualmente soja, podendo o produto a ser pago não coincidir com o cultivo, combinado com a produtividade da terra.

##### **(ii) Transações de compra e venda de madeira de eucalipto cortada (lenha):**

As transações de compra e venda de madeira de eucalipto cortada (lenha), envolvendo partes relacionadas da Companhia, foram realizadas com condições e termos compatíveis com as transações da mesma natureza realizadas com terceiros não considerados partes relacionadas. As transações têm como base o princípio da competitividade (preços e condições dos serviços compatíveis com os praticados no mercado).

A precificação da lenha, nestas transações, observa o valor pago em operações realizadas pela Companhia com terceiros não considerados partes relacionadas, em condições técnicas e comerciais similares. O preço



### **16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado**

médio praticado pela Companhia em 2020 e 2021, com partes relacionadas é equivalente ao praticado pela Companhia com terceiros não considerados partes relacionadas.

#### **(iii) Transações de fornecimento de carvão vegetal:**

As transações de fornecimento de carvão vegetal, envolvendo partes relacionadas da Companhia são realizadas, utilizando-se o preço de pauta praticado no âmbito estadual ou, na falta deste, a média de preços praticada com terceiros não considerados partes relacionadas, nas mesmas condições de fornecimento. O preço do carvão adquirido de partes relacionadas, em 2020 e em 2021, seguiu o preço de pauta fixado pelos estados da Bahia e Minas Gerais, localidades das filiais das partes relacionadas da Companhia, correspondendo a R\$90,00 e R\$ 130,00, respectivamente, conforme indicado nos seguintes normativos: Instrução Normativa do Estado da Bahia nº 04/2009 e Portaria SRF/Juiz De Fora Nº 002, 10 de março de 2014.

#### **(iv) Transações de compra sucata de aço e ferro gusa:**

As transações de compra de ferro gusa e sucata de aço, envolvendo partes relacionadas da Companhia, são realizadas com condições, valores e termos compatíveis àquelas realizadas com terceiros não considerados partes relacionadas. As transações têm como base o princípio da competitividade (preços e condições dos serviços compatíveis com os praticados no mercado). Tais transações são realizadas para fins de utilização no processo produtivo de aço da Companhia.

#### **(v) Transações de compra e venda de escória, calcário e compra de cimento:**

As transações de compra e venda de calcário entre partes relacionadas, estão suportadas por contrato que estabelece que o preço a ser pago pela será o mínimo cobrado no mercado, após realizadas três cotações, com base no critério de classificação FOT.

As transações de compra e venda de escória entre partes relacionadas, estão suportadas por contrato que estabelece que, as partes determinarão em conjunto o preço da escória, para cada período de doze meses. No processo de precificação, serão obtidos no mínimo três e no máximo cinco propostas de fornecimento de escória com base no critério FOB/FOT, conforme aplicável, de fornecedores distintos, nas mesmas condições e qualidades técnicas.

Já as transações de compra de cimento com partes relacionadas o preço praticado corresponde ao custo médio total, atualizado a cada período de seis meses.

#### **(vi) Transação de aquisição de ações:**

A transação entre partes relacionadas envolvendo a aquisição de ações de emissão da Companhia, de titularidade de seu acionista Ricardo Nascimento foi aprovada em sede de Assembleia Geral Extraordinária

**16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado**

de Acionistas da Companhia, realizada em 09/08/2010 sendo o preço de aquisição o registrado no patrimônio líquido da Companhia.

Adicionalmente, a Companhia esclarece que a operação foi objeto de um contrato de aquisição de ações, firmado em 01/10/2010 e posteriormente aditado em 01 de novembro de 2021, o qual fixou o pagamento mensal de R\$135.000,00 em 22 meses. Dessa forma, o prazo determinado para a quitação total do saldo existente é de 01/09/2023.

Neste caso, o preço das ações foi calculado de acordo com valor histórico.

**(vii) Transações de compra e venda de ativos imobilizados e itens de estoque**

As operações de compra e venda de itens de estoque para a manutenção de máquinas e equipamentos, entre empresas do Grupo Ferroeste, são valoradas pelo custo médio registrado na contabilidade à época da operação. Tais operações são realizadas para garantir o integral aproveitamento dos itens de estoque, considerando as necessidades operacionais do Grupo Ferroeste.

Já as operações de compra e venda de ativos imobilizados usados, são valoradas pelo custo residual do ativo registrado na contabilidade à época da operação. Assim como ocorre nas transferências de itens de estoque, as operações de ativos imobilizados usados da Companhia são também realizadas para garantir o integral aproveitamento de sua vida útil, considerando as necessidades operacionais do Grupo Ferroeste.

## **16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas**

Não existem outras informações consideradas relevantes além daquelas divulgadas nos itens anteriores.

**17.1 - Informações Sobre O Capital Social**

<b>Data da autorização ou aprovação</b>	<b>Valor do capital (Reais)</b>	<b>Prazo de integralização</b>	<b>Quantidade de ações ordinárias (Unidades)</b>	<b>Quantidade de ações preferenciais (Unidades)</b>	<b>Quantidade total de ações (Unidades)</b>
<b>Tipo de capital</b>	<b>Capital Emitido</b>				
27/05/2022	504.940.375,76		1.031.745	206.231	1.237.976
<b>Tipo de capital</b>	<b>Capital Subscrito</b>				
27/05/2022	504.940.375,76		1.031.745	206.231	1.237.976
<b>Tipo de capital</b>	<b>Capital Integralizado</b>				
27/05/2022	504.940.375,76		1.031.745	206.231	1.237.976

## 17.2 - Aumentos do Capital Social

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Não aplicável, tendo em vista que, nos termos da Instrução CVM 480, este item é facultativo para emissores de valores mobiliários registrados na categoria B.

### **17.3 - Informações Sobre Desdobramentos, Grupamentos E Bonificações de Ações**

**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Não aplicável, tendo em vista que, nos termos da Instrução CVM 480, este item é facultativo para emissores de valores mobiliários registrados na categoria B.

## 17.4 - Informações Sobre Reduções do Capital Social

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Não aplicável, tendo em vista que, nos termos da Instrução CVM 480, este item é facultativo para emissores de valores mobiliários registrados na categoria B.

## **17.5 - Outras Informações Relevantes**

As informações consideradas relevantes foram informadas nos itens anteriores.



## **18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública**

Não aplicável, tendo em vista que, nos termos da Instrução CVM 480, este item é facultativo para emissores de valores mobiliários registrados na categoria B.

### **18.3 - Descrição de Exceções E Cláusulas Suspensivas Relativas A Direitos Patrimoniais ou Políticos Previstos no Estatuto**

Não aplicável, tendo em vista que, nos termos da Instrução CVM 480, este item é facultativo para emissores de valores mobiliários registrados na categoria B.

## **18.4 - Volume de Negociações E Maiores E Menores Cotações Dos Valores Mobiliários Negociados**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Não aplicável, tendo em vista que, nos termos da Instrução CVM 480, este item é facultativo para emissores de valores mobiliários registrados na categoria B.

**18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil**

<b>Valor mobiliário</b>	<b>Debêntures</b>
<b>Identificação do valor mobiliário</b>	1ª (Primeira) Emissão de Debêntures da Companhia
<b>Data de emissão</b>	05/05/2021
<b>Data de vencimento</b>	10/04/2031
<b>Quantidade (Unidades)</b>	250.000
<b>Valor total (Reais)</b>	250.000.000,00
<b>Saldo Devedor em Aberto</b>	244.890.000,00
<b>Restrição a circulação</b>	Sim
<b>Descrição da restrição</b>	As Debêntures não serão registradas para negociação em qualquer mercado regulamentado de valores mobiliários. As Debêntures não poderão ser, sob qualquer forma, cedidas, vendidas, alienadas ou transferidas, exceto em caso de eventual liquidação do patrimônio separado, nos termos a serem previstos no Termo de Securitização. As transferências de titularidade das Debêntures serão realizadas por meio da assinatura no Livro de Registro de Transferências de Debêntures Nominativas.
<b>Conversibilidade</b>	Não
<b>Possibilidade resgate</b>	Sim
<b>Hipótese e cálculo do valor de resgate</b>	Sim, a partir do 24º mês a partir da data de emissão
<b>Características dos valores mobiliários de dívida</b>	Vide item 18.12 deste Formulário de Referência
<b>Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários</b>	Vide item 18.12 deste Formulário de Referência
<b>Outras características relevantes</b>	Vide item 18.12 deste Formulário de Referência

---

<b>Valor mobiliário</b>	<b>Debêntures</b>
<b>Identificação do valor mobiliário</b>	2ª (Segunda) Emissão de Debêntures da Companhia
<b>Data de emissão</b>	13/06/2022
<b>Data de vencimento</b>	13/06/2032
<b>Quantidade (Unidades)</b>	400.000
<b>Valor total (Reais)</b>	400.000.000,00
<b>Saldo Devedor em Aberto</b>	400.000.000,00
<b>Restrição a circulação</b>	Sim

## 18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil

<b>Descrição da restrição</b>	As Debêntures não serão registradas para negociação em qualquer mercado regulamentado de valores mobiliários. As Debêntures não poderão ser, sob qualquer forma, cedidas, vendidas, alienadas ou transferidas, exceto em caso de eventual liquidação do patrimônio separado, nos termos previstos no Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio para Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 1ª (primeira) e 2ª (segunda) Séries da 120ª (centésima vigésima) Emissão da Virgo Companhia de Securitização lastreados por Direitos Creditórios do Agronegócio devidos pela Aço Verde do Brasil S.A. As transferências de titularidade das Debêntures serão realizadas por meio da assinatura no Livro de Registro de Transferências de Debêntures Nominativas.
<b>Conversibilidade</b>	Não
<b>Possibilidade resgate</b>	Não
<b>Características dos valores mobiliários de dívida</b>	Vide item 18.12 deste Formulário de Referência
<b>Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários</b>	Vide item 18.12 deste Formulário de Referência
<b>Outras características relevantes</b>	Vide item 18.12 deste Formulário de Referência

---

**18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários**

Valor Mobiliário	Pessoas Físicas	Pessoas Jurídicas	Investidores Institucionais
Debêntures	0	1	0

**18.6 - Mercados Brasileiros em Que Valores Mobiliários São Admitidos À Negociação**

Não aplicável, uma vez que na data deste Formulário de Referência, não existem valores mobiliários de emissão da Companhia admitidos à negociação.

## **18.7 - Informação Sobre Classe E Espécie de Valor Mobiliário Admitida À Negociação em Mercados Estrangeiros**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Não aplicável, uma vez que na data deste Formulário de Referência, não existem valores mobiliários de emissão da Companhia admitidos à negociação em mercados estrangeiros.



## 18.8 - Títulos Emitidos no Exterior

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

A Companhia não possuía valores mobiliários admitidos à negociação no exterior nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 e no exercício social corrente.

## **18.9 - Ofertas Públicas de Distribuição**

Nos três últimos exercícios sociais a Companhia não realizou ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários, nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019.

## **18.10 - Destinação de Recursos de Ofertas Públicas**

Não aplicável, tendo em vista que, nos termos da Instrução CVM 480, este item é facultativo para emissores de valores mobiliários registrados na categoria B.

## **18.11 - Ofertas Públicas de Aquisição**

Não aplicável, tendo em vista que, nos termos da Instrução CVM 480, este item é facultativo para emissores de valores mobiliários registrados na categoria B.

**18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários****Informações adicionais àquelas indicadas no Item 18.5**

Em adição às informações prestadas no Item 18.5 deste formulário de Referência, seguem abaixo as descrições das características relevantes das emissões de valores mobiliários realizadas pela Companhia. Os termos indicados em letra maiúscula que não tiverem a definição expressa neste Formulário de Referência, terão os significados a eles atribuídos nas respectivas escrituras de emissão:

**1ª Emissão de Debêntures**

<b>Valor Mobiliário</b>	Debêntures
<b>Identificação do Valor Mobiliário</b>	1ª (primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória e Garantia Adicional Real, em Duas Séries, para Colocação Privada, da Aço Verde do Brasil S.A.
<b>Quantidade</b>	Até 250.000, sendo: 150.000 (1ª Série); e 100.000 (2ª Série).
<b>Valor Nominal Global</b>	R\$250.000.000,00
<b>Data de Emissão</b>	05/05/2021
<b>Data de Vencimento</b>	11/04/2025 (1ª Série); e 10/04/2031 (2ª Série).
<b>Possibilidade de resgate</b>	Sim
<b>Hipótese e cálculo do valor de resgate</b>	<p>A Companhia poderá realizar, a partir do 24º (vigésimo quarto) mês, contado da Data de Emissão, o resgate antecipado sempre de qualquer Série das Debêntures individualmente ou da totalidade das Debêntures, a seu exclusivo critério ("<u>Resgate Antecipado Facultativo</u>"), mediante o pagamento à Debenturista (i) do Preço de Resgate; acrescido (ii) do Prêmio de Resgate Antecipado Facultativo, apurado nos termos da Escritura de Emissão, conforme descritos abaixo ("<u>Valor do Resgate Antecipado Facultativo</u>").</p> <p>O prêmio a ser pago à Debenturista na hipótese da realização, pela Companhia, do Resgate Antecipado Facultativo, será equivalente a 1,00% (um por cento), <i>pro rata temporis</i>, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, considerando a quantidade de dias úteis a transcorrer entre a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo e a data de vencimento das Debêntures versus o prazo inicial total também base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis das respectivas Debêntures, conforme o caso ("Prêmio de Resgate Antecipado Facultativo" ou "Prêmio"). À título de exemplo: caso a Companhia realize o Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures DI faltando 1 (um) ano para a data de seu vencimento, o Prêmio seria equivalente a 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento).</p>

**18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários**

<b>Características dos valores mobiliários de dívida</b>	
<b>Vencimento, inclusive as condições de vencimento antecipado</b>	O vencimento das Debêntures de cada série ocorrerá nas respectivas datas de vencimento, conforme acima indicadas, ressalvadas as hipóteses de Resgate Antecipado Facultativo e Vencimento Antecipado, conforme descritas na Escritura de Emissão.
<b>Juros</b>	<p>O Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série, conforme o caso, não será atualizado monetariamente.</p> <p>Remuneração das Debêntures da 1ª Série: A partir da primeira Data de Integralização, sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100,00% (cem inteiros por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias do DI – Depósito Interfinanceiro de um dia, “<i>over extra grupo</i>” (“Taxa DI”), expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis (conforme abaixo definidos), calculadas e divulgadas diariamente pela B3, no informativo diário disponível em sua página na Internet (<a href="http://www.b3.com.br">www.b3.com.br</a>) acrescida exponencialmente de <i>spread</i> ou sobretaxa de 2,50% (dois inteiros e cinquenta centésimos por cento) ao ano (“Remuneração das Debêntures da 1ª Série”).</p> <p>A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa, <i>pro rata temporis</i> por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série, desde a primeira Data de Integralização ou Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da 1ª Série imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, de acordo com a fórmula constante da Escritura de Emissão.</p> <p>O Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série será atualizado, a partir da primeira Data de Integralização até o segundo dia útil anterior ao dia 15 (quinze) de cada mês (“<u>Data de Aniversário das Debêntures</u>”) pela variação mensal percentual acumulada do IPCA Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (“<u>IPCA</u>” e “<u>Atualização Monetária Debêntures 2ª Série</u>”, respectivamente), calculado de forma <i>pro rata temporis</i> por Dias Úteis decorridos, sendo o produto da Atualização Monetária Debêntures 2ª Série ou seu saldo, conforme o caso, automaticamente incorporado ao Valor Nominal Unitário ou ao saldo Valor Nominal Unitário das</p>

**18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários**

	<p>Debêntures da 2ª Série (“<u>Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da 2ª Série</u>”).</p> <p>A partir da primeira Data de Integralização, sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da 2ª Série será acrescida sobretaxa ou spread de 5,20% (cinco inteiro e vinte centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis (“Remuneração das Debêntures da 2ª Série” e quando referidas em conjunto e indistintamente com a Remuneração das Debêntures da 1ª Série, a “Remuneração”). A Remuneração das Debêntures da 2ª Série será calculada de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis, por Dias Úteis decorridos, desde a primeira Data de Integralização ou a Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da 2ª Série imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento de acordo com a fórmula constante da Escritura de Emissão.</p>
<b>Espécie</b>	As Debêntures serão da espécie com garantia real, com garantia adicional real e fidejussória, nos termos da Escritura de Emissão.
<b>Eventuais restrições impostas ao emissor</b>	As restrições impostas à Companhia estão ligadas ao cumprimento de suas obrigações assumidas no âmbito da Emissão, e encontram-se descritas na Escritura de Emissão.
<b>Agente Fiduciário</b>	VÓRTX Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
<b>Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários</b>	<p>As deliberações para a modificação das condições das Debêntures, assim entendidas as relativas: (i) às alterações da amortização das Debêntures; (ii) às alterações do prazo de vencimento das Debêntures; (iii) às alterações da Remuneração das Debêntures; (iv) à alteração ou exclusão dos Eventos de Vencimento Antecipado Automáticos e/ou dos Eventos de Vencimento Antecipado Não Automáticos; (v) à inclusão de mecanismos de resgate antecipado facultativo, total ou parcial, das Debêntures; e/ou (vi) à alteração dos quóruns de deliberação previstos na Escritura de Emissão, seja em primeira convocação ou em qualquer convocação subsequente, serão tomadas por Titulares das Debêntures que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação.</p> <p>As deliberações relativas a aprovação de não adoção de qualquer medida prevista em lei ou na Escritura de Emissão, que vise à defesa dos direitos e interesses dos Titulares dos CRA, incluindo a renúncia definitiva ou temporária de direitos (waiver), serão tomadas por (i) 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) dos Titulares dos CRA em Circulação, quando em primeira convocação, ou (ii) 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) um dos Titulares dos CRA presentes, se em segunda convocação.</p>

**18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários**

<b>Outras características relevantes</b>	<p>A emissão das Debêntures insere-se no contexto de uma operação de securitização de recebíveis do agronegócio que resultará na emissão de certificados de recebíveis do agronegócio da 1ª (primeira) e 2ª (segunda) séries da 33ª (trigésima terceira) emissão da Debenturista, aos quais os Direitos Creditórios do Agronegócio serão vinculados como lastro por meio da celebração do Termo de Securitização, entre a Debenturista e a VÓRTX DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Rua Gilberto Sabino, nº 215, 4º andar, CEP 05425-020, Pinheiros, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 22.610.500/0001-88 ("<u>Agente Fiduciário dos CRA</u>"), nos termos da Instrução CVM 600 ("<u>Securitização</u>").</p> <p>Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com a Emissão ("<u>Recursos</u>") serão destinados integral e exclusivamente à aquisição, pela Companhia, de lenha e madeira em pé de produtores rurais (conforme caracterizados nos termos do artigo 165 da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 971, de 13 de novembro de 2009), bem como para o desenvolvimento das atividades de extração, produção e comercialização (ou transferência evidenciada por nota fiscal de transferência) de madeira e/ou carvão vegetal, conforme a descrição das atividades da Companhia na Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE identificadas em seu comprovante de inscrição e situação cadastral no CNPJ e no curso ordinário dos seus negócios, nos termos do artigo 23, §1º, da Lei 11.076, e do artigo 3º, I, §4º, II, §9º da Instrução CVM 600, e no curso ordinário de seus negócios, na forma prevista em seu objeto social.</p>
--	---

**2ª Emissão de Debêntures**

<b>Valor Mobiliário</b>	Debêntures
<b>Identificação do Valor Mobiliário</b>	2ª (segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie da Espécie Quirografária, em Duas Séries, para Colocação Privada, da Aço Verde do Brasil S.A.
<b>Quantidade</b>	400.000, sendo 337.500 Debêntures integrantes da 1ª Série e 62.500 Debêntures integrantes da 2ª Série.
<b>Valor Nominal Global</b>	R\$400.000.000,00
<b>Data de Emissão</b>	13/06/2022
<b>Data de Vencimento</b>	13 de junho de 2029 (1ª Série); e 13 de junho de 2032 (2ª Série).
<b>Possibilidade de resgate</b>	Não.



**18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários**

<b>Hipótese e cálculo do valor de resgate</b>	Não aplicável.
<b>Características dos valores mobiliários de dívida</b>	
<b>Vencimento, inclusive as condições de vencimento antecipado</b>	O vencimento das Debêntures de cada série ocorrerá nas respectivas datas de vencimento, conforme acima indicadas, ressalvadas as hipóteses de Resgate Antecipado Facultativo e Vencimento Antecipado, conforme descritas na Escritura de Emissão.
<b>Juros</b>	<p>A partir da primeira Data de Integralização, sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da 1ª Série, incidirão juros remuneratórios equivalentes à 7,1543% (sete inteiros e um mil e quinhentos e quarenta e três décimos de milésimo por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("<u>Remuneração das Debêntures da 1ª Série</u>").</p> <p>A Remuneração das Debêntures da 1ª Série será calculada de forma exponencial e cumulativa <i>pro rata temporis</i>, por Dias Úteis decorridos, desde a primeira Data de Integralização ou a Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da 1ª Série imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento de acordo com a fórmula constante da Escritura de Emissão.</p> <p>A partir da primeira Data de Integralização, sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da 2ª Série, incidirão juros remuneratórios equivalentes à 7,3686% (sete inteiros e três mil e seiscentos e oitenta e seis décimos de milésimo por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("<u>Remuneração das Debêntures da 2ª Série</u>" e quando referidas em conjunto e indistintamente com a Remuneração das Debêntures da 1ª Série, a "<u>Remuneração</u>")</p> <p>A Remuneração das Debêntures da 2ª Série será calculada de forma exponencial e cumulativa <i>pro rata temporis</i>, por Dias Úteis decorridos, desde a primeira Data de Integralização ou a Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da 2ª Série imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento de acordo com a fórmula constante da Escritura de Emissão.</p> <p>O Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série será atualizado a partir da primeira Data de Integralização até o segundo dia útil anterior ao dia 15 (quinze) de cada mês ("<u>Data de Aniversário das Debêntures</u>") pela variação mensal percentual acumulada do IPCA Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE ("<u>IPCA</u>" e "<u>Atualização Monetária Debêntures 1ª Série</u>", respectivamente), calculado de forma <i>pro rata temporis</i> por Dias Úteis decorridos, sendo o produto da Atualização Monetária Debêntures 1ª Série ou seu saldo, conforme o caso,</p>

**18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários**

	<p>automaticamente incorporado ao Valor Nominal Unitário ou ao saldo Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série ("<u>Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da 1ª Série</u>"), segundo a fórmula prevista na Escritura de Emissão.</p> <p>O Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série será atualizado, a partir da primeira Data de Integralização até a Data de Aniversário das Debêntures, acima definida, pela variação mensal percentual acumulada do IPCA ("<u>Atualização Monetária Debêntures 2ª Série</u>" e, em conjunto com a Atualização Monetária Debêntures 1ª Série, "<u>Atualização Monetária</u>"), calculado de forma <i>pro rata temporis</i> por Dias Úteis decorridos, sendo o produto da Atualização Monetária Debêntures 2ª Série ou seu saldo, conforme o caso, automaticamente incorporado ao Valor Nominal Unitário ou ao saldo Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série ("<u>Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da 2ª Série</u>"), segundo a fórmula prevista na Escritura de Emissão.</p>
<b>Espécie</b>	As Debêntures serão da espécie quirografária.
<b>Eventuais restrições impostas ao emissor</b>	As restrições impostas à Companhia estão ligadas ao cumprimento de suas obrigações assumidas no âmbito da Emissão, e encontram-se descritas na Escritura de Emissão.
<b>Agente Fiduciário</b>	OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.
<b>Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários</b>	<p>As deliberações para a modificação das condições das Debêntures, assim entendidas as relativas: (i) às alterações da amortização das Debêntures; (ii) às alterações do prazo de vencimento das Debêntures; (iii) às alterações da Remuneração das Debêntures; (iv) à alteração ou exclusão dos Eventos de Vencimento Antecipado Automáticos e/ou dos Eventos de Vencimento Antecipado Não Automáticos; (v) à inclusão de mecanismos de resgate antecipado facultativo, total ou parcial, das Debêntures; e/ou (vi) à alteração dos quóruns de deliberação previstos na Escritura de Emissão, seja em primeira convocação ou em qualquer convocação subsequente, serão tomadas por Titulares das Debêntures que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação.</p> <p>As deliberações relativas a aprovação de não adoção de qualquer medida prevista em lei ou na Escritura de Emissão, que vise à defesa dos direitos e interesses dos Titulares dos CRA, incluindo a renúncia definitiva ou temporária de direitos (waiver), serão tomadas por (i) 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) dos Titulares dos CRA em Circulação, quando em primeira convocação, ou (ii) 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) dos Titulares dos CRA presentes, se em segunda convocação,</p>

**18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários**

	desde que presentes Titulares dos CRA que detenham ao menos 25% (vinte e cinco por cento) dos CRA em Circulação.
<b>Outras características relevantes</b>	<p>A emissão das Debêntures insere-se no contexto de uma operação de securitização de recebíveis do agronegócio que resultará na emissão de certificados de recebíveis do agronegócio da 1ª (primeira) e 2ª (segunda) Séries da 120ª (centésima vigésima) emissão da Debenturista, aos quais os Direitos Creditórios do Agronegócio serão vinculados como lastro por meio da celebração do Termo de Securitização, entre a Debenturista e a OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., sociedade anônima com filial situada na Cidade São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, nº 1052, sala 132, Itaim BIBI, CEP 04.534-004, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 36.113.876/0004-34 ("<u>Agente Fiduciário dos CRA</u>"), nos termos da Resolução CVM 60 ("<u>Securitização</u>").</p> <p>Os recursos líquidos obtidos pela Emissora com a Emissão ("<u>Recursos</u>") serão destinados integral e exclusivamente à aquisição, pela Emissora, de lenha e madeira em pé, ou de carvão vegetal, de produtores rurais (conforme caracterizados nos termos do artigo 165 da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 971, de 13 de novembro de 2009), bem como para o desenvolvimento das atividades de extração, produção e comercialização (ou transferência evidenciada por nota fiscal de transferência) de madeira e/ou carvão vegetal, conforme a descrição das atividades da Emissora na Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE identificadas em seu comprovante de inscrição e situação cadastral no CNPJ e no curso ordinário dos seus negócios, nos termos do artigo 23, §1º, da Lei 11.076, e do parágrafo 4º, inciso I do artigo 2º do Anexo Normativo II da Resolução CVM 60, e no curso ordinário de seus negócios, na forma prevista em seu objeto social.</p>

## 19.1 - Informações Sobre Planos de Recompra de Ações do Emissor

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Não aplicável, tendo em vista que, nos termos da Instrução CVM 480, este item é facultativo para emissores de valores mobiliários registrados na categoria B.

## 19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Não aplicável, tendo em vista que, nos termos da Instrução CVM 480, este item é facultativo para emissores de valores mobiliários registrados na categoria B.

### **19.3 - Outras Inf. Relev. - Recompra/tesouraria**

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

## 20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Não aplicável, tendo em vista que, nos termos da Instrução CVM 480, este item é facultativo para emissores de valores mobiliários registrados na categoria B.

## **20.2 - Outras Informações Relevantes**

Não existem outras informações consideradas relevantes além daquelas divulgadas nos itens anteriores.



## **21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações**

Não aplicável, tendo em vista que, nos termos da Instrução CVM 480, este item é facultativo para emissores de valores mobiliários registrados na categoria B.

## **21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas**

Não aplicável, tendo em vista que, nos termos da Instrução CVM 480, este item é facultativo para emissores de valores mobiliários registrados na categoria B.

### **21.3 - Administradores Responsáveis Pela Implementação, Manutenção, Avaliação E Fiscalização da Política de Divulgação de Informações**

Não aplicável, tendo em vista que, nos termos da Instrução CVM 480, este item é facultativo para emissores de valores mobiliários registrados na categoria B.

## **21.4 - Outras Informações Relevantes**

Não existem outras informações consideradas relevantes além daquelas divulgadas nos itens anteriores.